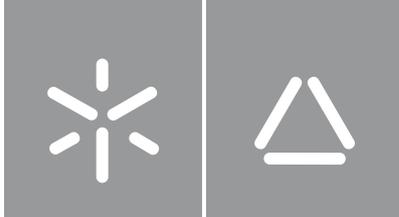


Joana Isabel Antunes Leão Alves

A Muralha do Atlântico Português: o caso do esquecimento do Regimento de Artilharia de Costa (RAC)



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Joana Isabel Antunes Leão Alves

**A Muralha do Atlântico Português: o
caso do esquecimento do Regimento de
Artilharia de Costa (RAC)**

Dissertação de Mestrado
Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professor Doutor José Manuel Lopes
Cordeiro**

Novembro de 2020

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 3

Declaração a incluir na Tese de Doutoramento (ou equivalente) ou no trabalho de Mestrado

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho

[Caso o autor pretenda usar uma das licenças Creative Commons, deve escolher e deixar apenas um dos seguintes ícones e respetivo lettering e URL, eliminando o texto em itálico que se lhe segue. Contudo, é possível optar por outro tipo de licença, devendo, nesse caso, ser incluída a informação necessária adaptando devidamente esta minuta]



Atribuição CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

[Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.]



Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

[Esta licença permite que outros remisturem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações ao abrigo de termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto]

«copyleft». Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial. Esta é a licença usada pela Wikipédia e é recomendada para materiais que seriam beneficiados com a incorporação de conteúdos da Wikipédia e de outros projetos com licenciamento semelhante.]



**Atribuição-SemDerivações
CC BY-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/>

[Esta licença permite que outras pessoas usem o seu trabalho para qualquer fim, incluindo para fins comerciais. Contudo, o trabalho, na forma adaptada, não poderá ser partilhado com outras pessoas e têm que lhe ser atribuídos os devidos créditos.]



**Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

[Esta licença permite que outros remisturem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, eles não têm de licenciar esses trabalhos derivados ao abrigo dos mesmos termos.]



**Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal
CC BY-NC-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

[Esta licença permite que outros remisturem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que lhe atribuam a si o devido crédito e que licenciem as novas criações ao abrigo de termos idênticos.]



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

[Esta é a mais restritiva das nossas seis licenças principais, só permitindo que outros façam download dos seus trabalhos e os compartilhem desde que lhe sejam atribuídos a si os devidos créditos, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.]

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 4

Declaração a incluir na Tese de Doutoramento (ou equivalente) ou no trabalho de Mestrado

(Escolher uma das versões, consoante a língua de redação do trabalho)

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

STATEMENT OF INTEGRITY

I hereby declare having conducted this academic work with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of undue use of information or falsification of results along the process leading to its elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged the Code of Ethical Conduct of the University of Minho.

RESUMO

O Regimento de Artilharia de Costa (RAC) foi uma antiga unidade do exército português extinguida há mais de duas décadas, responsável pela defesa costeira. Constituída por 8 infraestruturas militares principais, foi em geral, esquecida por tudo e por todos. Destaca-se por ser única em território português e, por estrondosamente, se ter feito ouvir ao longo de todo o litoral. Estamos perante um património militar simbólico, com grande relevo para a história cultural e da defesa de Portugal, carecendo ainda hoje, de proteção, de tutelas, de salvaguarda, de urgente preservação e do apoio comunitário. O RAC foi deixado à mercê do destino, sujeito a negligência, a todo o tipo de atos destrutivos e continua degradação.

Palavras chave: defesa costeira, exército português, negligência, património militar, RAC.

ABSTRACT

The Coastal Artillery Regiment (RAC) was a former Portuguese army unit that was extinguished more than two decades ago, responsible for coastal defense. Consisting of 8 main military infrastructures, it was, in general, forgotten by everyone and everything. It stands out for being unique in Portuguese territory and for making a loud noise all along the coast. We are facing a symbolic military heritage, with great relevance to the cultural and defense history of Portugal, still today lacking protection, tutelage, safeguarding, urgent preservation and community support. The RAC was left at the mercy of fate, subject to negligence, to all kinds of destructive acts and continues to deteriorate.

Key- Words: coastal defense, portuguese army, negligence, military heritage, RAC

ÍNDICE DE SIGLAS:

A

ADP	Associação de Defesa do Património
ARTCOSTA.....	Associação dos Amigos de Artilharia de Costa
ASCM	Anti-Ship Cruise Missile ¹
ATMPT.....	Associação de Turismo Militar

B

BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
------------	---

C

CAPI.....	Corpo de Artilharia Pesada Independente
CCDR – LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo
CDC.....	Comando de Defesa de Costa
CDMS.....	Coastal Defense Missile Systems ²
CEIMAC.....	Comissão Executiva para a Instalação do Museu de Artilharia de Costa
CEL.....	Campo Entrincheirado de Lisboa
CEP.....	Corpo Expedicionário Português
CFT	Conselho Federal De Técnicos
CHIMAC	Comissão de Honra do Museu de Artilharia de Costa
CME.....	Contra Medidas Eletrónicas

D

DGEMN.....	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC.....	Direção Geral do Património Cultural

G

GACosta.....	Grupo de Artilharia de Costa
GAG.....	Grupo de Artilharia de Guarnição
GATMAC	Grupo de Apoio Técnico do Museu de Artilharia de Costa

¹ Mísseis Cruzeiroiros Antinavio.

² Sistema Míssil de Defesa Costeira

L

LPIN.....Lei de Proteção de Infraestruturas

M

MMA..... Museu Militar dos Açores

MMB.....Museu Militar de Bragança

MME.....Museu Militar de Elvas

MML.....Museu Militar de Lisboa

MMM.....Museu Militar da Madeira

MMP.....Museu Militar do Porto

P

PPAFCC Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica

R

RAAA1..... Regimento de Artilharia Antiaérea Número 1

RAC..... Regimento de Artilharia de Costa

RGTO..... Redes de Telegrafia e Observação

RHLT.....Rota Histórica das Linhas de Torres

RTP.....Rádio e Televisão Portuguesa

S

SIC.....Sociedade Independente de Comunicação

SIED.....Serviços de Informação e Estratégias de Defesa

SITAC Sistema de Instrução de Artilharia de Costa

SIMAC Simulação para a Artilharia de Costa

T

T. R.....Tiro Rápido

U

UCT..... Unidade de Controlo De Tiro

UL..... Unidade de Lançamento

UNESCO..... Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE DE FIGURAS:

FIGURA 1: LOGOTIPO E EMBLEMA DO ANTIGO RAC (“MOSTRANDO A RUDE FORÇA QUE SE ESTIMA”)	1
FIGURA 2: UMA DAS 3 PEÇAS DE ARTILHARIA DA RESTANTE 1ª BATERIA, ALCABIDECHE	52
FIGURA 3: UMA DAS PEÇAS DE ARTILHARIA VANDALIZADA E ESPAÇO CIRCUNDANTE	53
FIGURA 4: DEPÓSITO DE ARMAS (PAIOL)	54
FIGURA 5: PLANTA DO PROJETO DO MUSEU DE ARTILHARIA DE COSTA DA 2ª BATERIA DA PAREDE	55
FIGURA 6: PEÇA DE ARTILHARIA DE 150 MM	56
FIGURA 7: NOTICIA DO RESGATE DA BATERIA DA LAGE PELA MÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS	57
FIGURA 8: ENTRADA DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO / BATERIA DA LAGE	58
FIGURA 9: UMA DAS SALAS DA BATERIA DA LAGE / ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS	59
FIGURA 10: PARQUE DE MERENDAS DA BATERIA DA LAGE	59
FIGURA 11: FORTE DO BOM SUCESSO	60
FIGURA 12: ENTRADA DO MUSEU DO COMBATENTE OU FORTE DO BOM SUCESSO	61
FIGURA 13: MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR	62
FIGURA 14: PARTE DA 5ª BATERIA, TRAFARIA	63
FIGURA 15: PEÇA DE ARTILHARIA	64
FIGURA 16: PROJETO OCO OCEAN COASTLINE OBSERVATORY	65
FIGURA 17: IMAGENS E PLANTA DO PROJETO OCO OCEAN COASTLINE OBSERVATORY	65
FIGURA 18: EXTERIOR DA BATERIA DA RAPOSEIRA	66
FIGURA 19: VISTA EXTERIOR DA 6ª BATERIA	67
FIGURA 20: UMA DAS PEÇAS DE ARTILHARIA PRESERVADAS DA 6ª BATERIA, RAPOSA	68
FIGURA 21: PEÇA DE ARTILHARIA (VICKER 152MM) DA 7ª BATERIA, OXIDADA	69
FIGURA 22: ESPAÇO INTERIOR VANDALIZADO	69
FIGURA 23: UMA DAS PEÇAS DE ARTILHARIA DA 8ª BATERIA	70
FIGURA 24: EXTERIOR DA BATERIA	71
FIGURA 25: CORREDORES SUBTERRÂNEOS	71
FIGURA 26: FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE ARTILHARIA DE COSTA (ARTCOSTA)	72
FIGURA 27: FORTE DE Sº AMARO DO AREEIRO, VISTO DE CIMA	75
FIGURA 28: FORTE DE S. AMARO DO AREEIRO	75
FIGURA 29: FORTE DE SÃO SEBASTIÃO DA CAPARICA OU TORRE VELHA	76
FIGURA 30: INTERIOR DO FORTE DE Sº SEBASTIÃO DA CAPARICA	77
FIGURA 31: EXTERIOR DO FORTE	78
FIGURA 32: VISTA DE CIMA DO FORTE DO ALTO DO DUQUE	79
FIGURA 33: FORTE DO GUINCHO, 2015	80
FIGURA 34: HOTEL FORTALEZA DO GUINCHO, RENOVADO	80
FIGURA 35: FORTE DE SÃO JULIÃO DA BARRA	81
FIGURA 36: FORTE DE ALPENA	83
FIGURA 37: FORTE DE ALBARQUEL	83

FIGURA 38: OBRAS NO EXTERIOR DO FORTE DE ALBARQUEL.....	85
FIGURA 39: WEBSITE DA ATMPT	87
FIGURA 40: PROGRAMA TURISMO MILITAR DA RTP	88
FIGURA 41: PÁGINA DE TURISMO MILITAR	89
FIGURA 42: PROGRAMA DINAMIZAR FRONTEIRAS	90
FIGURA 43: FORTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE TORRES	91
FIGURA 44: ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES	92
FIGURA 45: ATIVIDADES E EVENTOS DA RHLT	93
FIGURA 46: SITE DA RHLT E UNS DOS SEUS PERCURSOS.....	93
FIGURA 47: EXTERIOR DO MUSEU MILITAR DE ELVAS	95
FIGURA 48: COLEÇÃO DO MUSEU MILITAR DO PORTO	95
FIGURA 49: TORRE DE MENAGEM DO CASTELO, BRAGANÇA	96
FIGURA 50: INTERIOR DO MUSEU MILITAR DOS AÇORES	96
FIGURA 51: FORTE DE SÃO BRÁS, AÇORES	97
FIGURA 52: INTERIOR DO MUSEU MILITAR DA MADEIRA	97
FIGURA 53: FORTE DE S. LOURENÇO (VISTA EXTERIOR)	98
FIGURA 54: EXPOSIÇÃO DE PEÇAS DE ARTILHARIA, MUSEU MILITAR DE LISBOA	98
FIGURA 55: MAPA ORIGINAL DAS LINHAS DEFENSIVAS DE TORRES VEDRAS.....	103
FIGURA 56: MAPA DE CRIAÇÃO DO CEL, 1899	104
FIGURA 57: ESQUEMA ILUSTRATIVO DO DISPOSITIVO DAS BATERIAS DO RAC EM 1995.....	104
FIGURA 58: RASCUNHO DO PLANO BARRON	105

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

GRÁFICO 1: QUESTÃO “SABES O QUE É O PATRIMÓNIO MILITAR PORTUGUÊS?”	106
GRÁFICO 2: QUESTÃO” INTERESSAS TE POR ESTE TIPO DE PATRIMÓNIO?”	106
GRÁFICO 3: QUESTÃO “RECONHECES TE ALGUMAS DAS IMAGENS (RETIRADAS DO CAPÍTULO DAS BATERIAS DO RAC)? “	107
GRÁFICO 4: QUESTÃO” SABES O QUE É O REGIMENTO DE ARTILHARIA DE COSTA (RAC)?”	107
GRÁFICO 5 QUESTÃO “ACHAS CORRETO O DEGRADAMENTO E/OU NEGLIGÊNCIA DE EDIFÍCIOS/LOCAIS/ESTRUTURAS MILITARES?” ..	108

ÍNDICE:

RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
ÍNDICE DE SIGLAS:	VII
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 2- PORQUÊ FALAR SOBRE O ABANDONO/NEGLIGÊNCIA?	3
➤ 2.1 - A DEFESA DO PATRIMÓNIO:	5
➤ 2.2 - DIAGNÓSTICO DE CAUSAS DESTRUTIVAS.....	6
➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:	7
MICRO CRONOLOGIA DA ARTILHARIA PORTUGUESA	8
MICRO RESUMO HISTÓRICO DA ARTILHARIA DE COSTA	9
CAPÍTULO 3 – ARTILHARIA DE DEFESA DE COSTA.....	10
➤ CRONOLOGIA HISTÓRICA: ORIGEM – SÉCULO XV.....	10
• A DEFESA DA ZONA COSTEIRA EM PORTUGAL	10
• DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX.....	14
➤ DEFESA DE COSTA:	16
• CONTEXTO GERAL:.....	16
➤ 3.1.2- ARTILHARIA DE COSTA.....	18
• CONTEXTO GERAL:	18
➤ 3.1.3 - RECURSOS DE ARTILHARIA DE COSTA	18
• BOCAS DE FOGO:	19
• TIPOS DE TIRO DAS BOCAS DE FOGO:.....	20
• FOGUETES:	20
• RAIOS DE AÇÃO:	21
• EQUIPAMENTOS SUPLEMENTARES:	21
➤ 3.1.4 - DISPOSIÇÃO DA ARTILHARIA DE COSTA:.....	22
• BATERIAS:.....	23
• GRUPOS:	23
➤ 3.1.5 - TIPOS DE ALVOS:.....	24
• CARATERIZAÇÃO DO INIMIGO CONVENCIONAL:	25
➤ 3.1.6 - TIPOS DE AMEAÇAS EXTERIORES	26
• OPERAÇÕES CONTRA A DEFESA DE COSTA:	26
➤ 3.1.7 - OPERAÇÕES DA ARTILHARIA DE COSTA.....	27

•	OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO	27
•	OPERAÇÕES DE APOIO	28
	CAPÍTULO 3.2 - ARTILHARIA DE COSTA NO SÉCULO XX	28
•	CRONOLOGIA HISTÓRICA: SÉCULO XIX – 1ª GUERRA	28
➤	3.2.1 - LINHAS DEFENSIVAS OU LINHAS DE TORRES VEDRAS	29
•	1ª GUERRA – SÉCULO XX:	38
➤	3.2.2 - PLANO BARRON	42
	CAPÍTULO 3.3 - SISTEMA MÍSSIL NA ARTILHARIA DE COSTA.....	44
•	CONTEXTO GERAL:.....	44
	CAPÍTULO 3.4 – TRADIÇÕES NA ARTILHARIA.....	46
➤	3.4.1 - TRADIÇÕES:	46
➤	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:	47
	CAPÍTULO 4 – REGIMENTO DE ARTILHARIA DE COSTA.....	49
➤	4.1 – EXERCÍCIOS DE FOGO:	50
➤	4.2 - CONSTITUINTES DO RAC:	50
	CAPÍTULO 4.3 - BATERIAS QUE CONSTÍTUÍRAM O RAC	51
➤	4.3.1-INCLUÍDAS NO GRUPO NORTE:	51
	1ª BATERIA – ALCABIDECHE, CASCAIS:	51
	2ª BATERIA – PAREDE, CASCAIS:	53
	3ª BATERIA – LAGE, OEIRAS:	56
	4ª BATERIA – FORTE DO BOM SUCESSO, BELÉM:	60
➤	4.3.2 – INCLUÍDAS NO GRUPO SUL:	63
	5ª BATERIA – TRAFARIA, RAPOSEIRA:	63
	6ª BATERIA - RAPOSA, FONTE DE TELHA:	67
	7ª BATERIA - OUTÃO, SERRA DA ARRÁBIDA:.....	69
	8ª BATERIA - ALBARQUEL, SETÚBAL:	70
	CAPÍTULO 4.3.3 - DEFESA, SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO RAC:.....	72
	CAPÍTULO 4.4 - PRINCIPAIS FORTES QUE APOIARAM AS BATERIAS.....	74
➤	CONTEXTO GERAL:	74
➤	4.4.1 - FORTE DE Sº AMARO DO AREEIRO:	74
➤	4.4.2 - FORTE DE SÃO SEBASTIAO DA CAPARICA:	76
➤	4.4.3 - FORTE DO ALTO DO DUQUE:.....	78
➤	4.4.4 - FORTE DO GUINCHO:	79
➤	4.4.5 - FORTE DE SÃO JULIÃO DA BARRA:	81
➤	4.4.6 - FORTE DE ALPENA.....	82

➤ 4.4.7 - FORTE DE ALBARQUEL	83
CAPÍTULO 4.5: MEDIDAS PARA MELHORAR AS BATERIAS/ FORTES:	85
➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:	86
CAPÍTULO 5 - TURISMO MILITAR EM CRESCIMENTO	87
➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:	99
CONCLUSÃO:	100
ANEXOS:.....	103
BIBLIOGRAFIA	111



Figura 1: logotipo e emblema do antigo RAC (“mostrando a rude força que se estima”)

Fonte: <http://parede-artilhariadecosta.blogspot.com/>

“Afigura-se-me que há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa. Muitos veem sobretudo o que muda, outros procuram surpreender o que, a despeito delas, permanece.” (Ribeiro, 1945)

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A defesa da zona costeira, ao longo dos tempos, demonstrou se um campo de grande relevância assim como os meios para a proteger, nomeadamente a artilharia de costa. Esta última destacou se quando empregue no CEL, mas, sobretudo, com a elaboração do Plano Barron (ou plano B) em que foi incorporado noutras estruturas mais modernizadas daquela época, alcançando o seu auge em termos de funcionalidade.

Gradualmente surgiram várias reformulações no exército, tais como a individualização da artilharia de costa, passando a integrar um ramo específico: o Regimento de Artilharia de Costa (RAC). Com a grande progressão tecnológica marcante nos anos 90, conduziu a que esta tão ímpar unidade fosse desativada em 1998. Apenas no ano seguinte se deu o fim oficial, em 1999, reunindo personalidades distintas, assim como, membros do setor militar de todas as hierarquias, que assistiram ao último tiro de fogo real de artilharia de costa em Portugal, na 6ª bateria, na Fonte da Telha.

Posteriormente, tornaram se posse do estado e o seu equipamento, documentação e armamento não foi todo recuperado. Por esse motivo, em geral, as unidades sofreram todas profundas e extremas danificações, a todos os níveis. As baterias não foram de imediato conservadas, no entanto, anos mais tarde, algumas foram cedidas a associações outras aguardam uma interminável reabilitação a completo “*céu aberto*”. A restante infraestrutura ainda se mantém na posse do Estado, particularmente do Ministério de Defesa Nacional. Atualmente este cenário ainda se verifica.

A análise de todo este espectro que envolve a Artilharia de Costa não seria possível sem recorrer ao seu percurso histórico e evolutivo, à história de Portugal, e também dos desenvolvimentos presentes nas restantes infraestruturas militares como fortes, torres e baterias. Posto isto, o presente trabalho de investigação encontra se distribuído em cinco partes: **a primeira**, incide se no esclarecimento do abandono do património; numa **segunda parte**, o contexto histórico - desde os séculos XV-XX; numa **terceira parte**, a caracterização da artilharia de costa; numa **quarta parte** o RAC e seus constituintes e, por fim, **numa ultima parte**, um balanço evolutivo no campo do turismo militar.

CAPÍTULO 2- PORQUÊ FALAR SOBRE O ABANDONO/NEGLIGÊNCIA?

Para compreender a ideia de abandono ou, se preferir, negligência do património optei pela análise deste tema através da leitura da obra de Gastão Brito e Silva (Silva, 2014), intitulada “Portugal em Ruínas.” O mesmo apresenta nos, para além da visão do autor acerca deste conteúdo, uma série de imagens de património nacional, desde civil, religioso, militar, arquitetónico, que se encontra em estado de ruína.

Iniciamos esta análise com a menção à Carta de Veneza, tratando-se de um documento bastante discutido em tempos, onde se travou uma grande disputa em relação ao património e aos seus valores, tendo estes últimos ficado de fora da “*prática oficial portuguesa*”. Na Carta de Veneza ou, corretamente referindo, da conservação e Restauração de Monumentos, o conceito de “*Monumento*” foi alargado e adicionado “*não só as grandes criações, mas também a obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural*” (IPHAN, 1964)

Em geral, as obras de arte aqui presentes são consideradas “*obras de arte mortas, por se encontrarem em tal estado de inutilidade, destruição, de espera da sua morte num tempo infinito coberto de cinzas*”. Tratam-se somente de “*destroços*” em silêncio permanente, no entanto, detêm ainda e, apesar de tudo, dignidade. Portugal não só abandonou estes grandiosos edifícios/monumentos, como também menosprezou quem os construiu, quem os idealizou e para os quais foi destinado.

As obras de arte arquitetónicas, estão submetidas a diversos fatores externos e a sua gradual devastação é prova disso mesmo. A ruína não tem de ser o único rumo dos edifícios históricos e outras estruturas edificadas. Esta situação decorre devido à falta de utilidade, a frágeis estados atmosféricos, e “*pressas urbanísticas devido a agentes especulativos agravando o espaço onde se inserem sendo um abuso iconoclástico*”.⁵

Ruínas não são descartáveis, não são patrimónios inferiores aos restantes. São o mesmo que “*grandiosas efemeridades que jazem esquecidas e devastados num estado lento de fenecimento em muitos casos já irremediável*” Do meu ponto de vista, a obra destaca três aspetos relevantes: num

⁵ Iconoclasia: oposição ao culto das imagens

primeiro cenário, destaca-se o papel crucial dos historiadores de arte e entendidos do património cultural e, ainda, os técnicos *“enquanto revalorização cripto artística”*; num segundo cenário, através deste mesmo património, apresentam-se os diferentes tipos do mesmo (civil, militar, religioso, industrial, entre outros) e, em como isso afeta o cenário em que está inserido, expondo o quão urgente são precisos os apoios de tutelas e ações de preservação; no terceiro e último aspeto, é demonstrado através de fotografias reais de monumentos em estado de ruína, o poder, magnitude e simbolismo estético de estrutura histórica que irão ser arrancadas do registo histórico por terem sido, durante toda a sua existência, menosprezada por superiores. Tudo isto, para *apoiar “a consciência de conservação e salvaguarda de um património comum”*.

Na citação *“Retiraram as valências que lhe justificaram o ser”* o que significa que as várias ruínas tornaram-se verdadeiros retratos sem forma, cor, desassociado com a paisagem circundante, o que levou ao desprezo e abandono do mesmo. O autor (Silva, 2014), afirmou que Portugal enquanto país irá deixar de existir, visto que, o olhar consciencioso e estético se perdeu enquanto nos envolvemos com o quotidiano. É desta forma as estruturas históricas e/ou culturalmente simbólicas, atingiram um cúmulo estado, a ponto de se encontrarem em perigo, para as mesmas e para os cidadãos.

E todos eles, independentemente das suas diferenças estilísticas, patrimoniais, culturais ou simbólicas, permanecem a aguardar a sua inevitável morte: *“bairros e casas onde habitavam gentes, fortalezas que deixaram de assumir guerras e de proteger populações, muros de azulejos cobertos de lixo e graffitis”*. Estes encontram-se por toda a parte, de acordo com Paulo Varela Gomes⁶: *“Estão por detrás dos separadores de autoestradas, para lá das colinas das eólicas, no meio de matas e arvoredos”*.

As imagens verificadas nesta obra, atentam para o interesse da construção civil em relação à impossibilidade das condutas de salvaguarda que, dizem ser *“em nome da qualidade patrimonial”*. Alguns casos que exemplificam essa premissa, são a realização de uma obra em meio urbano em que esta invade um centro histórico, em áreas de proteção de edifícios classificados ou, até mesmo em meio paisagístico, como se estes não existissem.

Importa frisar que não foram apenas as guerras, incêndios devastadores, sismos, catástrofes naturais ou ataques inimigos que contribuíram para o agravo e perda do património, foram

⁶ Paulo Varela Gomes (1952-2016): escritor, crítico e professor universitário

inclusive “a inconsciência das tutelas, ambição, a carência de recursos legais de conservação e salvaguarda”.

➤ 2.1 - A DEFESA DO PATRIMÓNIO:

O espírito de defesa do património edificado enquanto “*bem identitário comum*” é uma conquista bastante recente. Alguns dos nomes com esta mentalidade foram Almeida Garrett, Alexandre Herculano, e em tempos mais contemporâneos, Jorge Custódio⁷, deram lugar à “*historiografia patrimonialista*” tendo como base o inventário de monumentos e investigação histórica.

Contudo, quando se vêm em modo de intervenção dessas estruturas do estado e do corpo de investigação académico, reabrem se “*hesitações históricas, páginas, contradições e respostas desconexas de ocupações constantes dos políticos*”.

Reconhece se que apenas com uma análise minuciosa e aprofundada das estruturas, em situações em que a obra está praticamente a desaparecer ou fragmentada, se abre a porta a uma remota hipótese de atingir as mentalidades patrimoniais que justificam essa preservação que se quer fornecer às estruturas, que antes do seu estudo/ investigação, não era possível. Portanto, áreas de estudo como a História da Arte, que dispõe de meios para combater e evitar agressões/estragos causados às obras de arte (“*vivas ou mortas*”), são determinantes para o seu salvamento. Esses meios podem ser o estudo integrado dessa obra e o seu inventário. Infelizmente, Portugal detém uma grande fração deste “*anti património*” onde imperam abandono, negligência e descuido.

Retrocedendo um pouco no tempo, as ADP * que surgiram após a Revolução do 25 de abril – democratização da sociedade portuguesa -, ajudou o povo português a entender a relevância do seu património e, ainda, impediu que se corrompe se e ,até mesmo, que se dizimassem obras arquitetónicas monumentais e civis. Pouco a pouco, o país retornou à sua antiga faceta, aos “*velhos hábitos*” dominados por um olhar e uma atitude completamente absorta, relativamente ao acréscimo de edificações urbanísticas e em que muito desse património considerado descartável,

⁷ Assessor principal do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e autor de vários trabalhos de história, património e arqueologia industrial.

* Ver no índice de siglas

“acabou por ser martirizado causado por intervenções incongruentes, sejam elas do estado, particulares entre outro.”

➤ 2.2 - DIAGNÓSTICO DE CAUSAS DESTRUTIVAS

Mencionam se agora causas (algumas) que levam ao abandono e/ou negligência de edifícios / monumentos: perda do papel /função principal daquela estrutura; depreciação da marca estilística; impedimento para o crescimento urbano e paisagístico, carência de proteção e controlo das entradas ao espaço onde se inserem, deixando a descoberto a qualquer tipo de intervenção (agressões, ataques ao mesmo); mudança de pensamento em relação a um determinado património em ruínas, deixando de ser visto como um registo cultural.

Na arquitetura e no que diz respeito a obras “*desintegradas*”, o mau trato dos humanos ao seu espaço, a perda de conexão entre o espaço e o sentido da mesma, as suas particularidades que a tornam autêntica, não podem desaparecer de forma tão insensível. Deste modo, a obra entra em estado devastador sem uma voz que a defenda, sem alternativa, senão a inevitável e dolorosa ruína. Com exceção de alguns casos, onde um grupo de pessoas manifesta essa perda de memória e da sua identidade.

É de relembrar as diretrizes da UNESCO⁹ sobre conservação e salvaguardada da definição de “*memória comum*” *bem* como, os fundamentos descritos na Carta de Veneza, como podemos verificar abaixo:

Artigo n.º2: “a conservação e o restauro de monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do património monumental (...)

Artigo 3.º: a conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”

(IPHAN, 1964)

⁹ Ver índice de siglas

Recorrendo às *“obras mortas”* é possível recompor a sua memória, enfatizando o seu sentido e significado de *“fragilidade”* de que se desvaloriza, conferindo-lhe maior valor. Mesmo que desaparecidas, essas obras continuam a possuir uma identidade. Por esse motivo, *“o fragmento da obra morta”* é crucial para a *“reconstrução de correntes evolutivas assumindo importância para uma política de gestão integrada e integral do património”*.

A História da Arte apoia a revalorização das obras ditas *“menores”* e justificar a sua conservação, compreendendo a flutuação de gostos de artistas e clientes, resumidamente tudo o que se constitui património.

Em suma, a destruição dessa mesma *“obra morta”* deve-se de *“políticas desencadeadas, da insensibilidade crescente, de valores de grosseira, de auto memorização, de falta de prioridades no esforço de salvaguarda, e alerta nos para a urgência de se criar uma carta de direitos e deveres da cidadania para o património”* para que, primeiramente façam parte da comunidade.

➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:

É bem legítimo e inegável que a condição do nosso património necessita de ser cuidado e de medidas, estudo e respetiva divulgação. Infelizmente são várias as situações de roubo, de descuido, agressão, desmemória, exemplos esses presentes nesta obra.

O termo ruína é o cerne de toda a obra, considerando que nada ou muito pouco se realizou para não se repetir e, para se evitar ataques ao mesmo. Todos os monumentos edificados (igrejas, fortalezas, casas), sem exceção, fazem parte da nossa história, independentemente de um tipo de edifício ter classificação e outro não, do valor simbólico ou cultural. Importa frisar que o nosso país é detentor de um poderoso espólio de riqueza patrimonial e, não devemos atuar como se estivéssemos completamente desconetados desta realidade.

A consciência de proteção e salvaguarda do que nos rodeia, o nosso património, deve ser abrangido a todo o leque de obra de arte *“viva ou morta”*, ou seja, sem preconceitos. Nas medidas da sua prevenção, devemos incluir um estudo bem aprofundado e análise integrada, inventariação minuciosa sendo todas as medidas, inadiáveis e urgentes já que estamos a referir-nos a um marco de identidade que possui um valor incalculável.

Antes de iniciarmos para o **capítulo 3** propriamente dito, apresento uma pequena cronologia da artilharia portuguesa e, seguidamente uma síntese evolutiva da artilharia de costa.

MICRO CRONOLOGIA DA ARTILHARIA PORTUGUESA

- ✓ **Os primeiros canhões:** as primeiras bocas de fogo no século XIV atiravam bolas de pedra, sem qualquer precisão e a curta distância (50 a 100 metros); aperfeiçoaram-se no século XV com a adoção do reparo¹⁰ e o aparecimento de projéteis¹¹ metálicos. A artilharia sofre reorganização no século XVI, sob a formato de serviço civil concedido a particulares, para mais tarde, no século XVII se transformar num corpo militar.

- ✓ **O nascimento da artilharia moderna:** no século XVIII a artilharia é modernizada pelo sistema de Gribeauval¹². No século XIX surge o canhão¹³ estriado (1858), o carregamento pela culatra¹⁴ (1870) e o aumento da potência dos projéteis. Durante a Primeira Guerra Mundial após o sucesso da peça de 75 mm, a artilharia de trincheiras - morteiros¹⁵ - passa por um rápido desenvolvimento, o mesmo sucede à artilharia antiaérea. A Segunda Guerra Mundial assiste ao nascimento do canhão automotor, dos projéteis autopropulsados¹⁶, a generalização dos calibres¹⁷ de 105 e 155 mm e invenção do radar que permite a partir de 1941, o tiro noturno.

- ✓ **A artilharia da era nuclear:** a partir de 1960, a crescente precisão dos mísseis guiados torna obsoleta a artilharia de grande calibre (400 mm e superiores). Por outro lado, a diminuição das cargas nucleares permite a sua colocação em projéteis disparados por canhões clássicos. Com a revolução eletrónica e informática nos anos 90, o artilheiro passa a dispor, para a condução do tiro, de instrumentos cada vez mais aperfeiçoados e mecanizados. (Caldeira, 1994)

¹⁰ Ver glossário (anexos)

¹¹ Ver glossário (anexos)

¹² Sistema Gribeauval foi um sistema implementando no século XVIII criado por Honoré Blanc (1736-1801) desenhador de armas de fogo. Permitia o uso de armas mais leves e uniformes que interveio nas guerras napoleónicas, considerado o melhor sistema de armas europeu.

¹³ Ver glossário (anexos)

¹⁴ Ver glossário (anexos)

¹⁵ Ver glossário (anexos)

¹⁶ Deslocamento ou movimento sem necessitar de força, impulso

¹⁷ Ver glossário (anexos)

MICRO RESUMO HISTÓRICO DA ARTILHARIA DE COSTA

Na História de Artilharia de Costa existem vários períodos e, por isso, é urgente processar os mesmo valores que neles estão contidos, essenciais para a defesa da zona costeira portuguesa. Considerando que ocorreram várias reestruturações e transformações, a nível militar, científico e tecnológico. Apresento a sua evolução tendo em conta os seguintes tópicos:

- ✓ **O ser Humano**, em épocas passadas sentia a necessidade de se proteger;
- ✓ Mais tarde surge outra a necessidade: a de se aproveitar do terreno para realizar um espaço/edifício onde se senti se protegido. Neste caso, as **fortificações**;
- ✓ Os **navios**, posteriormente tornaram se num veículo de defesa com a possibilidade de se deslocar por outro meio que não o terrestre;
- ✓ Depois surge a **artilharia**, meio utilizado para o combate;
- ✓ E por fim, nasce a combinação da **aviação com o radar** que assegurava a proteção já a longas distâncias, em qualquer estado atmosférico. (Berger, 2005)

Agora, sim, o aprofundamento Cronológico-Histórico detalhado da Artilharia de Costa (Primeira Parte) e seu desenvolvimento.

CAPÍTULO 3 – ARTILHARIA DE DEFESA DE COSTA

➤ CRONOLOGIA HISTÓRICA: ORIGEM – SÉCULO XV

- A DEFESA DA ZONA COSTEIRA EM PORTUGAL

Os assuntos referentes à orientação política e tática que parte de cada estado derivam de diferentes modos e origens. Tendo como exemplos aspetos culturais, sociais e económicos, que influenciam estes assuntos. (Cascais, 2017)

O mar desde sempre demonstrou ser um aspeto de grande relevância, tendo em conta que o território português é constituído por um grande litoral, contactando com o Oceano Atlântico assim como, o Mar Mediterrâneo. Por esse motivo, a Península Ibérica apresentava interesse no que respeita à defesa da ala ocidental da Europa, lado esse voltado para o mar. A conquista da Península Ibérica implicaria dominar os cursos comerciais marítimos provenientes da parte norte da Europa, em direção ao Médio Oriente. Esta última na altura, simbolizava o principal núcleo estratégico, assim como, todo o deslocamento até esse local. Em virtude disso, era essencial assegurar a defesa e proteção dos portos marítimos dispersos e, também, a conexão marítima assim como, o comércio. (Berger, 2005)

Quanto a Portugal, a zona da capital lusa coincidia com os rios Tejo e Sado, sendo estes os locais, em termos táticos, os de maior relevo. Por conseguinte, os cristãos ambicionaram conquistar Lisboa, no século XII. Após este acontecimento, surgiu uma época de instabilidade criada pela revolução de 1383¹⁸. A partir deste momento dá se maior importância às trocas comerciais externas, que se pretendia garantir:

(..) a posse e defesa de locais estratégicos das costas europeias e africana (..) (Numero 1, 2005)

No seguimento dos séculos XV e XVI, os cursos marítimos desde a Europa até ao Médio Oriente detinham:

¹⁸ Iniciada com a morte de D. Fernando a 22 de outubro de 1383, designado também de Interregno ou Crise Dinástica.

“(...) o cais da Europa onde afluíam as cobiçadas mercadorias do Oriente” (Numero 1, 2005).

Era extremamente necessário assegurar a proteção da zona costeira e seus portos, mediante a criação de uma infraestrutura militar capacitada. O tema da defesa costeira e apropriação de terras em África, adquiriu maior relevância devido à exploração do território do Brasil no século XVI. Graças a este afluxo destaque das táticas portuguesas e das suas conquistas em terreno africano, alguns países e aliados, tinham permissão para entrar não sendo contrariados pelos donos dos portos. Esta situação não manifestaria desacatos, porém se revelassem algum ato de índole mais invasiva, não se poderia evitar um momento de confrontação entre aliados ou outro. Tendo isto em conta, era essencial detetar possíveis atacantes. No reinado de D. João II (1481-1495) obteve-se a origem dos rivais:

“(...) corsários franceses da Bretanha, navios nórdicos e galés de combate norte-africanas (...). Mais tarde consideraram-se como potenciais inimigos a Espanha e durante a dinastia filipina, os Ingleses.” (Berger, 2005)

Entre os séculos XIX e XX, os ataques surgiam desde Espanha até França e Inglaterra até Alemanha. Por isso, já no final do século XIX, torna-se imperial a reestruturação do sistema de defesa costeira em Portugal, sendo a proteção de Lisboa, propósito desta mudança, mas também algumas questões relacionadas com a ocorrência de guerras. (Numero 1, 2005)

Portanto, o corpo militar teve sempre o encargo da defesa e salvaguarda da extensão litoral de Portugal, aumentando, nos últimos anos do século XX. Este último século, foi deveras uma época apontada por uma grande mundialização e crescente procura de meios que fossem aplicados à defesa marítima. Portugal necessitaria de capital para obter esses meios e assegurar a proteção de todo o seu território. (Emerenciano, 2011)

Em Portugal a artilharia surgiu previamente à pirobalística, sendo este um recurso idílico de defesa costeira. Referenciada pela primeira vez por Fernão Lopes²⁰ em 1381, a artilharia de costa é um recurso de defesa costeira, tendo sido ao longo dos tempos desde a sua implementação, sofrido várias alterações. Os meios deste tipo de armamento teriam sido primeiramente aplicados com D. João II (1481-1495), posteriormente desenvolvida por D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião I. Todavia, essa grande preocupação em relação à defesa costeira, já se tornara um tema de debate

²⁰ Fernão Lopes (1380-1460): escritor português e uma das figuras de destaque da literatura medieval, cronista de D. João I.

desde os tempos de D. Afonso Henriques (1128-1139). Porém, apenas no final do seu reinado é que foram as armas equipadas: (Caldeira, 1994)

“(..) Armar barcas e fustas para defender a costa marítima (Berger, 2005)

Existem autores que referem que foi o rei D. João II (1481-1495), a quem se deve o primeiro emprego destas estruturas na defesa costeira de Lisboa. O plano de defesa compreendia um sistema de bombardas²¹, que seriam posicionadas na Torre de Belém, no Forte de S. Sebastião na Caparica. O plano só se pôs em prática apenas no reinado de D. Manuel I (1495-1521), em 1521, precisamente o ano referente ao término das obras na Torre de Belém. (Emerenciano, 2011)

Em contrapartida, outros autores referem que a artilharia como recurso de defesa costeira, se deu em 1381 quando em Castela, uma frota castelhana é invadida, tanto por meios navais como terrestres. A artilharia assegura a defesa da capital portuguesa, o que torna árduo o processo de reconhecimento com precisão, da utilização inicial destes meios. Contudo, como já mencionei anteriormente, a defesa de costa foi um tema de bastante relevância para vários reis em Portugal. O mestre de Avis, manifestou preocupação em relação a este tema. Isto porque naquela época não havia qualquer controlo no tráfego marítimo de importações / exportações, e não existia nenhuma defesa do porto. No apogeu do período do Renascimento, este determina a construção da primeira fortificação para a proteção do porto de Lisboa, entre 1410 e 1415 muito próximo do rio Tejo, onde posteriormente se edificou o lazareto²². (Caldeira, 1994)

Portanto, estas entradas/ saídas eram realizadas por uma qualquer embarcação de origem desconhecida, podendo se tratar de um aliado ou inimigo. Isto acontecia sobretudo em zonas como Lisboa, Setúbal, Caparica tendo sido analisadas durante muito tempo para que fossem instalados algum tipo de dispositivo para que aí, se efetua se a defesa. (Berger, 2005)

Assim, D. João II (1477-1477) estrutura as zonas de Lisboa e Setúbal com uma bateria que se diz a mais antiga de que há história, posicionada na margem sul e que possuía boa visualização para o porto de Lisboa. Foi também o rei D. João II que ordenou a construção da Torre do Outão em Setúbal. Este último deu prosseguimento ao plano que se iniciou pelo rei D. Afonso IV. (Numero 1, 2005)

²¹ Ver glossário (anexos)

²² Edifício isolado e especializado para receber pessoas a fazer quarentena em caso de doença contagiosa ou epidemia

O ramo da artilharia, no decorrer do reinado de D. Afonso V (1477-1481), sofre um impulso no seu desenvolvimento: passou a ser equipada em navios, modificando se também os projéteis²³ e pólvora²⁴. As estruturas militares já careciam de alteração, uma vez que datava do século XV, tempo em que as fortificações já sofriam gravemente ataques das embarcações. Desta forma, é criado por D. João II (1481-1495), o primeiro plano de defesa costeiro para a barra do Tejo, que se iniciou com a construção da atual torre designada, Torre de Santo António de Cascais. Este plano emerge junto daquele que tinha criado para a bateria na margem sul do Tejo, a Torre de Outão. (Numero 1, 2005)

Tratava se de uma torre de vigilância da costa, localizada em Setúbal, na barra norte do rio Sado. Esta última foi construída com o propósito de defender uma zona voltada para o mar com o apoio da bateria instalada. Assim sendo, também se iniciou a construção da Torre de S. Sebastião da Caparica ou Torre Velha na Caparica. Este planeamento foi previamente estudado considerando ventos, mares, locais onde se efetuavam passagens de embarcações, a fim de que este mesmo plano origina se a Torre de Belém armada com artilharia, cruzando o fogo com a bateria instalada no baluarte da Caparica²⁵. Posteriormente, no reinado de D. Manuel entre (1495-1521) deu se inicio à edificação da Torre de S. Vicente em Belém, mais conhecida por Torre de Belém. A Torre de Belém seria abastecida por duas baterias equipadas com bombardas²⁶, sendo que uma delas se localizava no pico mais alto da torre e a restante, na parte inferior. (Emerenciano, 2011)

O seu propósito seria cruzar o fogo com a Torre de S. Sebastião da Caparica, de forma a obter uma espécie de muralha, por onde fosse impossível penetrarem meios marítimos alheios. A defesa das torres, teve também o apoio de uma nau, que se localizava a meio do rio Tejo, com dupla função: funcionava como barreira para a possível entrada de navios. Afetou também a estruturação do Forte de Nossa Senhora da Luz, em Cascais visto que, somente até aquela altura, existia a Torre Fortificada de Cascais, tendo esta sofrido alterações de dimensão, originando o forte acima mencionado. (Berger, 2005)

²³ Ver glossário (anexos)

²⁴ Ver glossário (anexos)

²⁵ Baluarte: local onde se instalava a artilharia propriamente dita, podendo ser um constituinte da infraestrutura militar em causa ou sozinho.

²⁶ Ver glossário (anexos)

- DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX

A posteriori, emerge no reinado D. João III (1521-1557). Portugal permanece a experienciar uma época verdadeiramente bem-afortunada, onde se dava por essa altura, o expoente máximo da expansão marítima. Este rei considerou crucial a defesa costeira portuguesa, cuja importância para a economia do país era fulcral. O seu reinado fora também marcado por temas como, a expansão do império e, também, a proteção do património. Posto isto, decidiu elaborar a construção de uma fortificação designada, Forte de S. Gião, atualmente destruído e ocupado pelo forte de São Julião da Barra. Implementou um galeão, por este ser um navio de guerra, para substituir pela nau que se encontrava a meio do rio Tejo. Este fora colocado com a finalidade de defesa dos fortes, segundo o plano de D. João III. O galeão ficou célebre pelo nome de “*bota fogo*” por efeito do seu pesado armamento. Cria-se com Carlos V, rei de Espanha, em 1552 uma convenção para se construir uma estrutura de defesa de costa, para que portugueses e espanhóis, beneficiassem de proteção. E ainda foi possível verificar um aumento no uso de dispositivos de artilharia nas infraestruturas marítimas. (Berger, 2005)

Subsequentemente, já no reinado de D. Sebastião I (1557-1578), destacavam-se pela costa portuguesa pontos vulneráveis, tanto a norte como a sul, sujeitos a invasão. Contudo, os ataques oriundos de corsários ou flibusteiros²⁷ não eram correspondidos pelo núcleo nacional. Face a esse acontecimento, era indispensável a edificação de uma espécie de sistema de alerta, não só para proteger aquelas zonas, como também a população. E assim foi demolido o forte de S. Gião e construído o existente forte de S. Julião da Barra. A Torre de S. Sebastião sofre mudanças passando a designar-se por Forte de S. Sebastião da Caparica, sendo esta a mais relevante infraestrutura de defesa da capital portuguesa da época, século XVI. Ainda se responsabilizou pela construção do forte da Trafaria e o de Cabeça Seca, localizado na ilha da Madeira. (Numero 1, 2005)

Já nos reinados de D. Henrique I (1578-1580) e D. António I (1580-1580), não se verificaram quaisquer mudanças neste campo das fortificações. Após estes, sucedeu Felipe I (II de Espanha) (1581-1598) isto devido aos direitos nas Côrtes de Tomar. Este manda construir a Invincível Armada²⁸ que fora derrotada, tendo sofrido ameaças por parte de Inglaterra. Consequentemente Portugal foi subordinado pelos espanhóis, o que causou um enfraquecimento dos equipamentos e das infraestruturas (como fortalezas, castelos) militares, reservando o apenas para os espanhóis.

²⁷ Tipos de piratas.

²⁸ Frota marítima-militar espanhola que foi criada para atacar a Inglaterra e destituir a sua governante, rainha Elizabeth I (1533-1603).

Somente os castelos posicionados em Lisboa, - Vila Viçosa e Setúbal - não sofreram com o sucedido. Porém a entrada na barra de Lisboa deixaria o país desprotegido e sujeito a ser atacado. Deste modo o rei manda construir mais um forte, S. Lourenço, em Cabeça Seca (o atual forte de S. Lourenço do Bugio), de forma a cruzar fogo com o Forte de S. Julião. A zona de Cascais demonstrou se para os espanhóis, um ponto estratégico de interesse na defesa costeira do Tejo e, por conseguinte, de Lisboa. Para além do forte de S. António da Barra esclareceu se que este seria aumentado, originado deste modo, a cidade de Cascais. Foram abastecidas, este e outras estruturas, por militares espanhóis e governantes. (Emerenciano, 2011)

Os lusos escorraçam os espanhóis devido à Restauração da Independência - 1 de dezembro de 1640- , terminada a sua soberania em território nacional, a 13 de fevereiro de 1668. No que diz respeito às estruturas militares que teriam sido negligenciadas, somente as fortificações de costa aparentavam estar um estado satisfatório, as restantes encontravam se ultrapassadas (Numero 1, 2005). Neste tema, deve se salientar o importante papel de D. João IV (1640-1656), que despoletou os avanços das obras que se encontravam em lento progresso. Obras essas de alargamento e de recuperação dos fortes, entre eles o de São Julião da Barra e o de São Lourenço. Estas não ficaram encarregues de defender a barra do Tejo, tendo sido melhoradas para esse efeito. Esse trabalho fora realizado por outros, localizados entre Belém e Cabo da Roca. Além de que detinham um importante valor que pode ser considerado estratégico: afastavam as atenções de possíveis investidas, visto que o seu equipamento conduzia a ideia de emissão de fogo, apenas fictício. (Numero 1, 2005)

Ainda neste reinado, fora desenvolvida a Engenharia Militar Portuguesa e também finalizada a obra na Torre de Santiago do Outão; foi instalada no forte de São Julião da Barra, uma peça de artilharia intitulada “*Tiro de Diu*”; criou se um Regimento de Artilharia de Côrte, decisiva na educação dos artilheiros daquela época. (Berger, 2005)

Nos reinados seguintes o de D. Pedro II (1683-1706) e D. João V (1707-1750) efetuaram se alterações somente no fardamento, visto que os artilheiros vestiam o mesmo uniforme da infantaria. No que diz respeito às estruturas militares, construiu se o forte da Raposeira e Alpena localizados na Trafaria, e concluiu se a construção do forte de Albarquel, Setúbal, com o propósito de proteger o rio Sado. (Anon., s.d.)

Instalava se, por esta altura, um clima de precaridade: Portugal, Espanha e França encontravam se num período de imediação de guerra. Marquês de Pombal, toma a iniciativa de solicitar apoio aos Britânicos com o intuito de integrar um comandante para o exército luso. Os britânicos cedem Schaumbourg Lippe,²⁹ ou conde de Lippe, a Portugal. O próprio era artilheiro, por isso, apoiou no campo da artilharia. O conde de Lippe instituiu a possibilidade das classes oficiais acederem com exames e habilitações específicas, entre outros. (Caldeira, 1994)

Posto isto, nos finais do século XVIII a zona costeira de Portugal encontrava se bem protegida tanto de material, como de corpo militar. A capital lusa era a zona onde se deparavam maior número de bocas de fogo, sendo que na altura em todo o continente existiam 1907 bocas de fogo. Em meio terrestre, locais de desembarque e embarque e nos portos marítimos, estavam protegidos pelas infraestruturas militares por toda a costa e, o meio marítimo propriamente dito, encontrava se protegido por navios. (Berger, 2005)

Seguidamente, irei aprofundar a Defesa Costeira e especificar a mesma, para melhor se compreender este conceito.

CAPÍTULO 3.1- DEFESA COSTEIRA & ARTILHARIA DE COSTA

➤ DEFESA DE COSTA:

- CONTEXTO GERAL:

Este género de defesa a que a artilharia se especifica, é uma inevitabilidade para aqueles países que detém litorais, como é o caso português. A defesa costeira esclarece as necessidades e planos adotados pelas Forças Armadas, com a finalidade de proteger a zona litoral, bem como, a área marítima, contra qualquer ataque que provenha do mar. Contudo, o controlo que deve ser exercido em caso de ataque e a dimensão do litoral, está associado com a natureza do atacante marítimo. Em caso de se conseguir localizar e identificar essa ameaça previamente, não será necessário, a implementação de medidas das unidades de defesa próxima. (Numero 1, 2005)

²⁹ *Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumbourg -Lippe* (1724-1777): mais conhecido como Conde de Lippe. Criou um plano defensivo e, mais tarde, revolucionou as funções militares com a reorganização do exército com Marquês De Pombal, através de uma ideologia de organização e mobilização militar nunca vista. Também publicou regulamentos referentes à cavalaria, infantaria, uniformes dos militares e ensino militar mais coeso e irrepreensível. Todos os seus feitos tiveram um grande impacto no setor militar. (Santo, 1994)

Se se verificar que essa ameaça é naval, é bem provável que a defesa costeira espere invasões de meios aéreos ou operações aeromóveis. O mar é um território de grande imensidão, mas também um ponto estratégico. Torna o ataque do inimigo um ato imprevisível, desconhecendo deste modo, quando, onde e como surgirá esse ataque. Daí ser urgente a existência de tais forças, capazes de prevenir e salvaguarda a costa. Os países que incluem no seu território extensos litorais marítimos, devem empregar os meios necessários como, vigilâncias e sistemas de armas com a capacidade de não só proteger o seu vasto território, mas, potencialmente “distrair” os elementos hostis. (Numero 1, 2005)

Tudo o que mencionei acima implica um máximo apoio de todos os setores das Forças Armadas, de forma a que essa proteção seja levada a cabo com todo os recursos necessários. A palavra de ordem que impera neste trabalho conjunto é **eficiência**, uma vez que se todos os setores realizarem as suas funções desta forma, o propósito a que foram destinados estará cumprido, neste caso, a defesa costeira. (Emerenciano, 2011)

Uma vez que a defesa costeira integra a estrutura defensiva do meio terrestre, os setores como o Exército, devem facultar meios de artilharia costa, de campanha antiaérea, marinha, e ainda, assegurar o domínio marítimo em certas zonas de maior relevo e a salvaguarda de rotas marítimas. Já a Força Aérea, está incumbida de aniquilar os inimigos, quer navais, quer aéreos e fornecer apoio às forças terrestres e navais. Sucintamente, a defesa de costa compreende um sistema estruturado de comandos, controlo, comunicações, sistemas de vigilância, aviso, de armas aplicados aos três meios, aéreo, aquático, marítimo. Tem como propósito a deteção de elementos rivais, que possam transpor ou atacar o seu território. (Exército, 1992)

Esta ação pode ser realizada por atacantes aéreos, marítimos, ou terrestre, daí a defesa costeira estar aplicada aos três meios. Os pontos mais vulneráveis do litoral da costa, portos marítimos, transposição do mar, são alguns locais a ter em especial consideração. Assim como assegurar a proteção e o tráfego marítimo em zonas próximas da costa. Atendendo à extensão do território, sobretudo se for de grande amplitude, importa salientar que é praticamente inexecutável a defesa constante da totalidade do litoral costeiro. Desta forma, consideram se as zonas de maior importância. (Santo, 2004)

A defesa costeira pode divergir em dois tipos distintos:

- ✓ A **Defesa Afastada**, que vai evoluindo ao longo da zona costeira e que pretende proteger, tentando identificar e neutralizar o inimigo brevemente e, a longa distância, caso seja exequível;
- ✓ A **Defesa Próxima** possui uma frente mais extensa. Para assegurar essa proteção, tanto a defesa afastada como a próxima, requer a eficácia dos sistemas de vigilância e de deteção do possível atacante, de sistemas de armas, para que, concomitantemente com os restantes setores das Forças Armadas, se realize este papel que visa a proteção não só do território costeiro, como de todo o país.

Para melhor compreendermos a restante cronologia irei abordar de seguida a Artilharia de Costa e as suas envolventes:

➤ 3.1.2- ARTILHARIA DE COSTA

- CONTEXTO GERAL:

A artilharia é um tipo de armamento das Forças Armadas. Este é o tipo de instrumento que é utilizado em casos de destruição e neutralização. Integra no seu equipamento, projéteis³⁵ com uma elevada capacidade destrutiva. Para além de ser um tipo de arma, é considerada também uma ciência. Ciência essa que estuda a evolução e a aplicação de armamento pesado, bem como, dos seus projéteis³⁶. Em geral, as armas que projetam o fogo de tubo de artilharia são intituladas de “**bocas de fogo**”.

➤ 3.1.3 - RECURSOS DE ARTILHARIA DE COSTA

Em prol de executar as funções que lhe são destinadas, neste caso a defesa de costa, a artilharia dispõe de meios para as realizar. Compõem este setor todos os meios de artilharia de costa, artilharia antiaérea, de campanha. Neles salientamos as **bocas de fogo, lança foguetes e**

³⁵ Ver glossário (anexos)

³⁶ Ver glossário (anexos)

mísseis. Ademais destes, existem ainda dispositivos de **telemetria**³⁷, **visão noturna**, **radares e sistemas de direção de tiro, preditores**³⁸ (Exército, 1992)

- BOCAS DE FOGO:

A artilharia direcionada à defesa costeira apresenta propriedades que lhe são benéficas. Porém, apresenta também alguns inconvenientes. As bocas de fogo que fazem parte do armamento da artilharia de costa, podem estar **fixos** ou **semifixos**. As primeiras proporcionam maior estabilidade e proteção, superiores na forma como as instalações operam, dado que são habitualmente construídas no subsolo. Adquirem a habilidade de celeremente, fornecerem respostas uma vez pedido. Em contrapartida são problemáticas, no que concerne a encobrir as posições e estão também limitadas nas possibilidades táticas, sobretudo, por causa da posição imóvel, à qual foram construídas. (Exército, 1992)

As segundas bocas de fogo, as semifixas, possuem tal como as anteriores vantagens e desvantagens. Entre as vantagens podemos destacar a sua flexibilidade, assim como menos estrutura nos materiais que se encontram imobilizados. Relativamente às desvantagens, podemos destacar a vulnerável posição em que se encontram, nos contra-ataques aéreos. E ainda a sua fragilidade em deslocar se, a carência de vias de comunicação em bom estado de tráfego, a urgência de compatibilidade de equipamentos na rapidez e precisão que são precisos para realizar as suas funções. (Emerenciano, 2011)

As bocas de fogo – ambos os tipos -, também podem ser apelidadas de “*peças de artilharia*” ou ainda, “*canhões*”³⁹. Estes termos normalmente são aplicados para definirem somente as bocas de fogo que realizam tiro tenso, que mencionarei imediatamente. (Exército, 1992)

³⁷ Sistema de monitorização que serve para comandar comunicação de informações entre sistemas, através de dispositivos de comunicação sem fio, como as ondas de rádio ou sinais de satélite.

³⁸ Instrumento que permite apontar para o alvo a atingir calculando a sua distância.

³⁹ Ver glossário (anexos)

- TIPOS DE TIRO DAS BOCAS DE FOGO:

As bocas de fogo subdividem-se em três tipos de tiro: **tenso, curvo e vertical**. Este tipo de arma caracteriza-se por ser capaz de realizar fogos com bastante profundidade, poder, agilidade. Por esse motivo é que é considerado o meio mais eficaz que um comandante detém, de forma a afetar uma situação de combate. Podem ainda atuar em qualquer situação atmosférica, inclusive de terreno e visibilidade. Mais concretamente, a artilharia de costa, já mencionado aqui, aplica-se essencialmente na defesa costeira. Para que a eficiência desta atinja o seu apogeu, temos de considerar vários aspetos como a sua especificidade, o conjunto de materiais, e como é que atua. É extremamente necessário compreender o encargo a que esta se destina, e também, a responsabilidade enquanto setor do sistema de defesa costeiro terrestre. Este tipo de artilharia tem como função primordial, garantir ininterruptamente, o auxílio a fogos e, ainda, a proteção do comandante, aniquilando os obstáculos que se transponham na tentativa de cumprimento da sua função. (Santo, 2004)

- FOGUETES:

Os **foguetes**, em compensação às **bocas de fogos** encontram-se em vantagem: os primeiros possuem um poder de fogo superior, devido ao uso de rampas de lançamento múltiplas. Contudo, possuem uma precisão limitada, conduzindo a um consumo maior de munições. Os mísseis ou sistemas de míssil, são entre todos os mais concisos e servem-se de um sistema de guiamento no fim da trajetória que se demonstra, infalível. Tem a capacidade de atuar em qualquer circunstância, possuem grande poder de destruição e alcance, assim como, tempo de reação inferior. Não obstante, as contra-medidas eletrónicas prejudicam o sistema de guiamento, bem como, o tempo em que se encontra inativo no decurso do carregamento de mísseis, demonstrando assim os pontos fracos do sistema. (Exército, 1992)

- RAIOS DE AÇÃO:

A diversidade de matérias que incorporam os meios de artilharia de costa, podem divergir em 3 níveis de raio de ação⁴⁰, nomeados: “**artilharia de ação longínqua (A/L), artilharia de ação intermedia (A/I), e artilharia de ação próxima**”. (Emerenciano, 2011)

Tendo em consideração, **artilharia de ação longínqua**, os meios aptos para realizar este tipo de ação são os mísseis e os foguetes. O alcance de ambos é acima dos 65 km. Relativamente à **artilharia de ação intermédia**, os materiais também são mísseis e foguetes, porém possuem alcances a compreender os 25 e os 65 km, abaixo dos anteriores. E por vezes bocas de fogo com um alcance maior do que 25 km. Em relação à última ação, **a artilharia de ação próxima**, abrange os meios míssil e foguete com alcances abaixo dos 25 km. Também se incluem as bocas de fogo, com alcances também inferiores a 25 km. (Exército, 1992)

- EQUIPAMENTOS SUPLEMENTARES:

Existem outros equipamentos, nomeadamente os **meios de aquisição de objetivos**. São estes que identificam, localizam e detetam os adversários, de forma a que os meios de tiro atuem prontamente. Estes são também designados **equipamentos complementares**, como os radares, equipamentos de telemetria e vigilância noturna. (Emerenciano, 2011)

Os primeiros subdividem se em: **radares de vigilância** ou **tiro**. As dissimilaridades entre ambos são fundamentalmente em relação à sua aplicação: os **radares de vigilância** apenas são destinados para observar meios navais no meio marítimo, ao ponto que os **radares de tiro** são utilizados para alcançar maior eficiência do tiro, fornecendo elementos topográficos em relação ao objeto, com maior precisão. Como já mencionado, existem equipamentos com as suas desvantagens, como é o caso dos radares. Para que este dispositivo funcione corretamente, é necessária a emissão de radiação. Contudo, esta pode ser facilmente detetada pelos rivais, podendo também sofrer interferências. (Emerenciano, 2011)

Em situações de boa visibilidade e meteorológicas, são aproveitados os **equipamentos de telemetria**. Estes fornecem dados acerca dos alvos navais, como a sua posição, rota, velocidade, ângulo de inclinação, e ainda podem incorporar as baterias de artilharia de costa ou RGTO⁴¹. Já

⁴⁰ Distância compreendida entre o ponto que se encontra até onde a o armamento consegue atingir.

⁴¹ Ver índice de siglas

em situações de má ou reduzida visibilidade, e em relação aos **equipamentos de visão noturna**, têm como finalidade, eliminar possíveis complicações de visualização humana quando as condições não são favoráveis. Neste caso reconhecer os possíveis inimigos, com os radares. Neste grupo, considerados os meios essenciais da artilharia de costa, incluem-se **os projetores de luz, focos luminosos, óculos de visão noturna, intensificadores de imagem e sensores térmicos**. Todavia, eventualmente, consideram-se meios, ou aéreos ou navais de aquisição de objetivos, que não se incluem como “*essenciais*” deste setor da artilharia, porém, cooperam para o mesmo. (Exército, 1992)

No que toca aos **meios de direção de tiro**, encarregam-se pela modificação dos elementos topográficos retirados acerca dos objetivos em elementos de tiro, a serem inseridos no sistema de armas. Esses meios são constituídos por **preditores e sistema de direção de tiro**. Estes últimos são compostos, sobretudo por 2 combinados de equipamentos, designados de equipamentos de controlo tático de tiro e equipamentos que se localizam nas proximidades das bocas-de-fogo. Os **equipamentos de controlo tático** incluem a aplicação de radares, seguidor ótico, usualmente composto por uma câmara de vídeo, telémetro laser, um dispositivo de apresentação dos dados no radar e de vídeo, que possibilita controlar as unidades, e ainda um computador principal. Podem encontrar-se nas baterias, um computador, que é composto por um computador que assente realizar cálculos de balas e, uma unidade de conversão, destinada a modificar os dados calculados em elementos de tiro para as peças. (Emerenciano, 2011)

➤ 3.1.4 - DISPOSIÇÃO DA ARTILHARIA DE COSTA:

A organização dos meios de artilharia de costa proporciona um auxílio eficiente da força, tanto terrestre como naval, desempenhando as tarefas a que estão reservadas. Contudo, existem dois princípios cruciais a que tem de se reger: a missão da artilharia de costa e a disposição das forças que colabora.

As unidades que a artilharia apoia são as **baterias e grupos**. As baterias são as unidades de base de tiro desta especificidade da artilharia. Já os grupos compostos por, cerca de 4 baterias, estão dispostos com materiais de tiro cujo alcance seja o mesmo ou análogo. Em algumas circunstâncias como a guerra, por exemplo, verificam-se situações em que são compostos

ajuntamentos de artilharia de costa, que não superam os dois grupos, comandados pelo mesmo. (Exército, 1992)

- BATERIAS:

De acordo com o tipo de material disponível, cada **bateria** é constituída de forma diversa. Usualmente, possui um comando, uma bateria de tiro, secção de projéteis⁴² e um pelotão de defesa instantânea. Ainda acerca da bateria, detém uma secção de observação que possui dois miradouros para a visualização de tiro e da zona de atuação da unidade, secção de direção de tiro equipada por grupos de identificação, localização de inimigos e grupo de calculadores de tiro. Estão incluídas também na bateria uma secção de transmissões que se encarrega de criar redes internas da bateria, ao passo que a unidade de defesa imediata, tem a finalidade de atuar e proteger a zona de posições onde se encontra a bateria. (Exército, 1992)

- GRUPOS:

Em relação ao Grupo de Artilharia de Costa GACosta⁴³, é composto por duas ou quatro baterias, de maneira a que não se perca a permanência no domínio do grupo. Tido como uma unidade tática elementar da artilharia de defesa de costa, o GACosta, provocado pela separação que possivelmente haja entre os seus constituintes, as baterias, assim como, as numerosas operações que a defesa de costa obrigatoriamente, tem de executar. Por este motivo, é essencial a presença de grupos, de forma a simplificar a atividade de comando e, visto que há escassez de uma unidade de escalão superior às baterias, o grupo auxilia o domínio e a coordenação da intervenção das mesmas. Posto isto, os grupos são formados pelo comando do Grupo, uma bateria de comando, bateria de serviços e ainda baterias de tiro. O domínio do grupo é executado pelo respetivo comandante do mesmo, concomitantemente, com o seu estado maior. (Santo, 2004)

Um dos componentes do grupo, previamente referido, o **estado-maior** inclui na sua composição, um setor e uma equipa de informações, uma ou mais equipas de aquisição de alvos, um setor de operações, um setor pessoal e da administração do mesmo, semelhante aos recursos humanos,

⁴² Ver glossário (anexos)

⁴³ Ver índice de siglas

baterias de comando e serviços que concedem pessoal e ainda, recursos suficientes para que se realizem as operações do comando. (Emerenciano, 2011)

➤ 3.1.5 - TIPOS DE ALVOS:

A defesa costeira, sobretudo, os recursos que a protegem, encontram-se em permanente risco no que toca à receção de atacantes originários dos meios aéreo e marítimo. Contudo, para a sua salvaguarda, são criadas forças conjuntas com os apoios de todos os meios.

Os ataques dos oponentes podem ser distinguidos da seguinte forma: **ações principais** e **ações secundárias**. A primeira ação pode ter vários objetivos, como a conquista de cabeça de praia,⁴⁴ de um dado território para realização de operações conjuntas, para a construção de uma base naval, para bloquear a utilização ou navegação da nossa tropa. (Exército, 1992)

Em relação às **ações secundárias**, sucedem em situações em que as zonas de costa se encontram salvaguardadas ou em que, as forças do nosso território é que dominam o espaço (marítimo). Estas são maioritariamente operações de pequeno “*porte*” criadas inesperadamente por forças navais, cujo objetivo é aniquilar quaisquer infraestruturas ou armamento de índole militar (ou não), meios navais que se encontrem em zonas de costa, assim como, adquirir vantagem em curto espaço de tempo em relação ao domínio do mar. (Santo, 2004)

Atendendo ao que foi referido, é bom lembrar que a artilharia é um meio bastante remoto, o que não significa que os alvos com que esta se depara não tenham sido modificados. Por esta razão, o **tipo de alvo** que se possa considerar nos dias de hoje, possui pouquíssimas ou até, eventualmente, nenhumas analogias com os alvos que em tempos a artilharia de costa se deparou. Portanto, a artilharia de costa tinha convencionado um alvo que estaria disposto a atacar, de acordo com os princípios soviéticos. Outrora, exatamente aquando a queda do Muro de Berlim em 1989, foi convencionado um novo tipo de alvo designado de **inimigo convencional**. Caracterizado como um tipo exilado, sem qualquer conexão quer política quer religiosa, de forma a não manter nenhum vínculo com qualquer nação. Por conseguinte, atende-se que este inimigo valoriza as vitórias obtidas em combate, - na guerra - e que estas são obtidas somente com a ação conjunta de todos os setores das Forças Armadas. As suas unidades de infantaria naval têm como finalidade

⁴⁴ Posição ocupada por uma força militar em território litoral inimigo para assegurar acesso, avanço ou desembarque.

a condução de ações anfíbias, - que posteriormente irei averiguar melhor o conceito, - e os reforços do meio terrestre tem de se prontificar para ,ocasionalmente, render as unidades de infantaria naval após o ataque anfíbio. (Exército, 1992)

- CARATERIZAÇÃO DO INIMIGO CONVENCIONAL:

A apresentação deste inimigo, o **inimigo convencional** é essencialmente composta por meios navais, que possuem um conjunto de recursos que possibilitam realizar operações quer navais quer aeronavais. Nesses recursos compreendem se navios, aeronaves, serviços e também instalações que facilitam a realização de operações marítimas, tendo estes como propósito, os exercícios militares e/ou guerreiros no mar. O corpo naval pode também ter operações atribuídas, podendo se descrever e identificar os diversos tipos de corpo naval, de acordo com a função que lhes foi indicada. Posto isto, importam 5 tipos de forças: a Task Force Naval⁴⁶, força submarina, força naval de apoio à cobertura e, por fim, força naval e anfíbia.

No que toca às forças especificamente, em relação à *Task Force Naval*, o seu objetivo é de alcançar a soberania naval numa certa zona, simplificando a ação de outras missões. O **corpo submarino**, para além de ser composto por esses mesmos meios, destina-se a atacar os alvos que se encontram à face marítima, operações de segurança, tráfego marítimo rival e, no seu interior, projeção de campos de minas. No que concerne ao **corpo naval**, tanto **de apoio como de cobertura**, proporciona auxílio a operações anfíbias, assim como, assegura a proteção do fluxo do meio marítimo e comercial dos seus comandos. Manifestamente, as funções do **corpo naval anfíbio**, focam-se nas operações com a mesma designação. (Emerenciano, 2011)

Tal como se pôde verificar anteriormente, os corpos, as forças referidas, não sendo exceção, necessitam de recursos para que se adaptem às tarefas a desempenhar. Neste sentido, o corpo naval disponibiliza recursos aéreos e navais, com o propósito de executarem prontamente as operações militares. Salientando os recursos navais, estes podem incluir navios, estando estes organizadas por classes, considerando o tipo de navio e a operação a ser executada. Podem ser categorizados do seguinte modo: navios de guerra, navios aplicados a operações anfíbias e navios de apoio logístico. Sendo os **navios de guerra** agrupados em porta aviões de combate e de

⁴⁶ Força Tarefa Naval

apoio, couraçados⁴⁷, cruzadores⁴⁸, destroyers⁴⁹, lança mísseis - propulsão normal ou nuclear - , submarinos de ataque, fragata⁵⁰, draga-minas⁵¹, porta helicópteros de assalto, embarcações de transporte e desembarque. (Botelho, 1944-1948)

Já nos recursos aéreos, compreendem-se meios aéreos de ataque e intercepção, helicópteros com a finalidade de assaltos anfíbios, existindo embarcados em porta-aviões ou porta-helicópteros.

➤ 3.1.6 - TIPOS DE AMEAÇAS EXTERIORES

As **ameaças exteriores** a que a artilharia de costa pode ser sujeita, são terrestres, marítimas aéreas, ou todas. É relevante conhecer os tipos de ação de cada tipo de missões do inimigo, para que os recursos da artilharia de costa tenham a capacidade de reagir eficientemente e, de forma adequada em cada situação.

Em vista disso, o corpo naval integra uma variedade de navios e aeronaves diversas, com particularidades adequadas ao confronto no mar. (Exército, 1992)

• OPERAÇÕES CONTRA A DEFESA DE COSTA:

Considerando, somente as intervenções que os recursos navais podem executar contra a defesa costeira, destacam-se: operações anfíbias, golpes de mão, demonstração anfíbia, bombardeamentos, forçamento de estreitos, minagem, engarrafamento, que irei aprofundar o seu significado abaixo:

- ✓ **Missões anfíbias:** as missões anfíbias, concretizadas pelos opositores, dividem-se em dois tipos: **principais** e **secundárias**. As principais, são investidas contra a costa sendo preciso o uso do corpo de forças naval, aéreo ou terrestre obrigando a mesma ao uso das forças de desembarque. As secundárias, possuem o mesmo cenário que as anteriores, porém esta não exige a presença das forças de desembarque em território;

⁴⁷ Navio de guerra provido de forte artilharia e preservado por espessas blindagens.

⁴⁸ Navio poderosamente armado e utilizado para o comando, escolta e luta antiaérea ou antissubmarina

⁴⁹ Pequeno barco de guerra, muito rápido, destinado a dar caça aos torpedeiros e provido de tubos lança-torpedos. Também pode ser designado de contra-torpedo ou caça-torpedo.

⁵⁰ Tipo de navio antigo de guerra

⁵¹ Barco preparado para neutralizar e apanhar minas submarinas.

- ✓ **Golpe de mão**: esta missão tem como pressuposto aniquilar objetos árdus de se destruir, através de meios aéreos ou navais;
- ✓ **Bombardeamentos**: ataque realizado por projéteis⁵² explosivos, usada para atacar o inimigo e levado a cabo por aviões ou bombardeiros;
- ✓ **Demonstração anfíbia**: esta operação procura criar uma ideia ao alvo a partir de uma demonstração de força;
- ✓ **Forçamento de estreitos**⁵³: usualmente realizada por um imenso corpo naval. É um tipo de operação que permite forçar a entrada em território inimigo. É realizado poucas vezes, devido ao elevado número de casualidades;
- ✓ **Minagem**: compreende na conceção de um campo de minas em redor das zonas costeiras. Quando se executa o seu levantamento, pode ser inteiramente ou parcialmente;
- ✓ **Engarrafamentos**: operação elaborada num período noturno geralmente, onde se barreiras com a não utilização dos portos. (Emerenciano, 2011)

➤ 3.1.7 - OPERAÇÕES DA ARTILHARIA DE COSTA

Sendo a artilharia de costa um recurso de proteção e defesa da costa, confia missões ou operações particulares que, juntamente com outras atribuídas aos diferentes meios totaliza a própria defesa, tornando se eficiente. Assim sendo, iremos referir quais as operações a realizar pelos elementos de artilharia de costa. Posto isto, a artilharia de costa tem como fim, as **missões de proteção e apoio**.

- OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO

Nas operações de proteção, estas são as mais frequente e pressupõem aniquilar os elementos hostis. Estas apontam para a proteção contra meios navais que estejam a proporcionar auxílio ao corpo terrestre e, que se deparem em situação de ataque contra a costa. Visto que estas operações solicitam uma visualização de todo o panorama exterior, por essa razão, torna se urgente que todo o corpo de forças e os seus recursos estejam prontos a atuar, de preferência a aplicar grandes quantidades de fogo. (Exército, 1992)

⁵² Ver glossário (anexos)

⁵³ Canal entre dois mares que divide duas massas de terra, como o estreito de Gibraltar

- OPERAÇÕES DE APOIO

Quanto às **missões de apoio** intendem destruir e cansar aqueles que desejam embarcar para uma operação anfíbia. O que necessita de permanente conexão com o corpo de forças que recebe apoio e, ainda, uma observação constante e adjacente, de maneira a que seja bastante minuciosa, para que não haja erros possíveis nas retificações ao tiro. É de salientar que a artilharia de costa, concretiza as operações que lhe são impostas e, por isso, é capaz de desempenhar vários tipos de missões. Os tipos de operações a que a artilharia de costa se visa a cumprir, estão vinculados com os tipos de ameaças que se deparam, assim como, do tipo de missão concluída pelo atacante. Assim, a artilharia de costa pode executar contraoperações anfíbias, defesa de bases navais e portos, defesa de estreitos e de arquipélagos. (Exército, 1992)

De imediato, prosseguiremos com a abordagem Histórica da Artilharia de Costa, segunda parte.

CAPÍTULO 3.2 - ARTILHARIA DE COSTA NO SÉCULO XX

- CRONOLOGIA HISTÓRICA: SÉCULO XIX – 1ª GUERRA

Retomando um pouco à cronologia histórico-militar, mais precisamente século XIX, época em que Portugal se deparava em crise política e social. Em simultâneo se encontrava em crise, a defesa de costa que fora provocado pelas **Invasões Francesas** e a **Guerra Peninsular** (entre França e Inglaterra). Estes acontecimentos causaram também um imenso impacto, no que diz respeito às infraestruturas militares, que necessitavam de manutenção e de membros capazes de as manusear. (Berger, 2005)

As infraestruturas de destaque em 1807, eram São Julião da Barra e São Lourenço da Cabeça. A primeira possuía 101 bocas de fogo (canhões) e o segundo 26. (Emerenciano, 2011)

Em 1808, prossegue se em Portugal, o encontro dos britânicos com os lusos com a intenção de escorraçar os franceses, ficando conhecido como a **Batalha de Vimeiro e da Roliça (17 a 21 de agosto de 1808)**. Os banidos eventualmente abandonaram o território português, tendo a

“paz” ficando celebrada como Côrtes de Tomar. Mais eventuais ataques foram realizados pelos franceses, porém foram criadas as linhas defensivas ou Linhas de Torres, aprofundado mais a frente. O objetivo deste plano de defesa seria a proteção da capital lusa, para evitar possíveis invasões ou ataques. As linhas foram criadas em 1809, aquando as invasões francesas, por um general britânico que fazia parte do exército luso na altura, General Wellington⁵⁴. Através de sistemas de comunicação, fornecia informações a respeito dos navios que embarcavam/desembarcavam da capital, aos superiores militares, existindo assim uma fiscalização no meio marítimo, controlada. (Gomes, 2009)

➤ 3.2.1 - LINHAS DEFENSIVAS OU LINHAS DE TORRES VEDRAS

Antes de se entrar no tema CEL⁵⁵, temos de compreender o tema linhas defensivas (figura 53)⁵⁶.

O campo entrincheirado, é uma zona fortificada destinada ao abrigo de tropas numa linha de trincheiras, de onde podem defender-se de uma ofensiva inimiga ou passar para uma posição de atacante. A utilização deste campo deve se primeiramente ao rei francês Luís XIV. E em Portugal um dos campos entrincheirados mais conhecidos, construído em 1809, fora o de **Linhas de Torres Vedras**. (Borges, 1994)

As linhas de defesa ou Linhas de Torres Vedras foram construídas nas circunstâncias das invasões francesas chefiadas por Massena e incorpora, cerca de 152 infraestruturas militares. (Marques, 2013)

Em 2019 foram classificadas enquanto **Monumento Nacional**, segundo o Diário da República:

“O sistema defensivo das 1.ª e 2.ª linhas de defesa a norte de Lisboa, durante a Guerra Peninsular, também conhecidas como as «Linhas de Torres Vedras», foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 10/2019, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2019, (...).” (Ministros, 2019)

⁵⁴ Arthur Wellesley (1769-1852), Duque de Wellington: comandante do exército britânico, e também de Portugal e Espanha.

⁵⁵ Ver índice de siglas

⁵⁶ Ver anexos

- CRONOLOGIA HISTÓRICA:

Na transição dos séculos XVIII-XIV, entre franceses e britânicos viviam-se tempos conflituosos a propósito do poder político em termos internacionais. Os países Espanha e Portugal, apresentavam-se como seus partidários, respetivamente.

Napoleão Bonaparte alcança o domínio francês, no ano de 1799. No entanto, a 21 de novembro de 1806, França é derrotada pela Inglaterra no seguimento da Batalha de Trafalgar. Este delinea/estipula o Bloqueio Continental no mesmo dia, procedimento este que impedia a Inglaterra de comunicar com o continente. Napoleão tinha como objetivo gerar uma crise social e também económica, que incitava-se a Inglaterra a pedir paz, ficando a França com o controlo do comércio europeu. (Cruz, 2017)

Os portugueses não compactuaram com este procedimento por efeito da sua associação com a Inglaterra. A dependência da economia portuguesa das transações marítimas, impediria qualquer conflito com a maior potência europeia marítima daquela altura. Consequentemente, a França ignorada em relação à intervenção, a Inglaterra não teve outra opção se não responder eficazmente. (Cruz, 2017)

França e Espanha, em outubro de 1807 assinam o Tratado de Fontainebleau que visava a invasão ao território português, e posterior repartição em três reinos. No mesmo ano, Portugal fora invadido por tropas francesas chefiadas pelo general Junot⁵⁷, obrigando os lusos a suplicar apoio ao seu longo associado, Inglaterra. Por este motivo, a realza retira-se para o Brasil a 29 de novembro do mesmo ano. Posteriormente os franceses atacam Lisboa e, no ano seguinte, em agosto de 1808, o exército luso-britânico chefiado pelo general Arthur Wellesley⁵⁸ derrotam as tropas do general Junot. (Marques, 2013)

Insatisfeitos com a derrota, os franceses invadem mais uma vez Portugal, especificamente Chaves, a março de 1809. As tropas lideradas por Nicolas Jean de Dieu Soult⁵⁹ são coagidas novamente pelo general inglês, que mais tarde, e, devido a este feito, seria consagrado e apelidado de Visconde de Wellington. O general ordenou a construção de uma linha de defesa na capital

⁵⁷ Jean Andoche Junot (1771-1813): Duque de Abrantes. Juntou-se ao exército e interveio em períodos de guerra como a Peninsular; tornou-se ajudante de Napoleão Bonaparte e indicado para governador geral de Portugal.

⁵⁸ Arthur Wellesley (1769-1852), Duque de Wellington: comandante do exército britânico, e também de Portugal e Espanha.

⁵⁹ Nicolas Jean de Dieu Soult (1769-1851): foi político e francês. Combateu lado a lado com Napoleão Bonaparte, na época das invasões francesas.

portuguesa, na hipótese de sofreram invasões inimigas. Ocultamente, a 10 de abril de 1809, são edificadas as primeiras fortificações de defesa - em **Torres Vedras** -, que viriam a construir a primeira linha defensiva. (Cruz, 2017)

Novamente, os franceses invadem o território luso, desta vez liderados por Massena, a 24 de julho de 1810, na batalha de rio Côa. Este acontecimento foi o único em que as tropas lusas participaram no confronto. As linhas de defesa foram postas em prática na batalha do Buçaco a 27 de setembro, onde o exército de Wellington, vence os franceses. Desconformados com a derrota, estes apoderam-se das linhas defensivas da capital. Em 1810, mantinham-se erguidas cerca de 126 fortalezas militares. Até 1812 foram edificadas, mais 26. (Cruz, 2017)

As Linhas de Torres eram célebres pela sua invencibilidade e, mais tarde, comprovou-se isso mesmo: as tropas de Massena iniciam o seu afastamento, a 14 de novembro de 1810. Finalmente a 10 de maio de 1811, o exército francês liderado pelo general Brenier⁶⁰, afasta-se. (Marques, 2013)

- CARATERIZAÇÃO DAS LINHAS DEFENSIVAS:

Inicialmente as **Linhas de Torres** seriam só uma linha, mas produziram-se:

- ✓ *A primeira linha, com uma extensão de 46 km, liga a margem do rio Tejo, em Alhandra, à foz do rio Sizandro, em Torres Vedras*
- ✓ *A segunda linha, tem cerca de 40 km, iniciando-se na Póvoa de Santa Iria e terminando em Ribamar, passando por Bucelas e Mafra.*
- ✓ *A terceira linha, composta por um perímetro defensivo de 3 km, destinava-se a proteger o embarque dos ingleses, em caso de retirada e segue o percurso de Paço de Arcos às Torres da Junqueira.*
- ✓ *A quarta linha, com uma extensão de cerca de 7 km, foi construída a Sul do Tejo, na região de Almada.*

⁶⁰ Antoine-François Brenier de Montmorand (1767-1832): alistou-se no exército onde exerceu sempre carreira no ramo militar. Inteveio nas guerras revolucionárias francesas onde rapidamente foi promovido. Juntou-se a Junot na invasão a Portugal, nos primórdios da Guerra Peninsular (1807-1814)

(Digital, 2020)

As linhas teriam foram edificadas num local com boa visão e amplitude em relação ao seu redor, cujo objetivo seria obter maior rendimento em relação à defesa propriamente dita. Assim sendo, as estruturas foram colocadas em locais elevados de maneira a impedir a aproximação dos inimigos por exemplo, através de vales, planícies ou estradas. (Ferreira, 2015)

As fortificações fizeram parte da planificação do sistema de defesa de Wellington⁶¹, pretendendo ainda usufruir da estrutura do terreno. Por este motivo se criam, de acordo com condutas de ordem militar, “redutos⁶², baterias, estradas militares, posições entrincheiradas” e, ainda, o desmantelamento de pontes e estradas civis. À população, foi solicitado que neutralizassem as suas terras agrícolas e qualquer tipo de utensílio e, que escondessem ou transportassem os seus animais para que, desta forma, os rivais não pudessem utilizar outras alternativas de trespassar em território oposto. A esta ação designou se de “terra queimada”. Para sua proteção, a população ficou salvaguardada nas linhas de defesa. (Marques, 2013)

As linhas a norte de Lisboa eram compostas por cerca de 152 fortificações prolongando se por 80 quilómetros. Uma vez terminadas eram providas por 68 mil homens constituídas cada uma, por mil peças. Este foi considerado o maior sistema defensivo na história militar, edificado entre 1809 e 1812. (Ferreira, 2015)

Em 1814, a posteriori dos invasores franceses serem evacuados da Península, as estruturas defensivas das Linhas de Torres não mostraram qualquer utilidade, e por esse motivo, foram completamente negligenciadas e deterioradas. (Ferreira, 2015)

A construção de infraestruturas militares obscuramente, em Torres Vedras, não passava despercebida e, foi por essa mesma razão que se designou “Linhas de Torres Vedras”. Na totalidade as Linhas Defensivas de Torres e segundo outras edificações prévias, compõem o mais eficaz sistema defensivo - de estruturas móveis e fixas - da história da arquitetura militar. As Linhas de Torres foram o impulso para a construção futura do **Campo Entincheirado de Lisboa**, que irei aprofundar mais à frente. (Marques, 2013)

⁶¹ Arthur Wellesley (1769-1852), Duque de Wellington: comandante do exército britânico, e também de Portugal e Espanha.

⁶² Ver glossário (anexos)

Por conseguinte, a barra do Tejo apresentava se vulnerável e sujeita a ataques provenientes do exterior. A sua defesa tinha de ser urgentemente planeada. Em 1831, o temível acontece: a barra do Tejo fora invadida por tropas chefiadas por **Roussin**⁶³. Por este motivo, em 1840, foi desenvolvido por um Oficial de marinha, Feliciano Pereira, um plano de defesa que impossibilitasse a navegação junto da Torre de Belém e a Torre Velha. Este plano compreendia a colocação de uma obstrução, para impossibilitar a navegação dos navios dos atacantes. Após esta etapa conturbada, Portugal deparava se em complexas situações em relação a assuntos referentes à economia do país, política e, nomeadamente da defesa de costa. Contudo o início do século XIX foi apontado, globalmente, por uma evolução nos navios marítimos. O que significava que o poder dos navios seria superior, uma vez que o vapor passou a ser usado como forma de propulsão dos mesmos, tornando os mais ofensivos. (Berger, 2005)

Ainda sobre os navios, possuíam um poder de fogo maior em relação a outros meios. Em contrapartida, os portos marítimos eram verdadeiros “*alvos a abater*”, uma vez que os navios requeriam mais manutenção, abastecimento e eram submetidos a ataques por se encontrarem expostos. Não só os recursos de artilharia, mas também o exército sofreu alterações neste setor, visto que não se podia desembarcar tantas vezes como o faziam primitivamente. A artilharia de costa por sua vez, tenta se ajustar a todas estas transformações, nomeadamente e ao contrário do que se fazia em tempos, em vez de se bloquear o desembarque, passaria se a reter os atacantes ao largo da costa. (Numero 1, 2005)

As próprias baterias de costa também sofreram com essas transformações: modernizaram se na precisão, regulação de tiro e ainda na aplicação de minas submarinas que suplementaria as baterias. Em território nacional ainda se fazia uso de “*canhões*” de alma lisa, que foram alteradas por canhões⁶⁴ de alma estriada, no decorrer do reinado de D. Pedro V (1853-1861). Também nesta época se deu início ao uso de calibres⁶⁵ 16 e 19 nas peças de ferro estriadas, de calibre 32 aplicados a morteiros⁶⁶ de ferro e as recentes peças de aço, que foram substituídas pelas antigas peças de bronze. (Numero 1, 2005)

⁶³ Albin Roussin (1781 - 1854): almirante da marinha e responsável por chefiar este ataque a Lisboa

⁶⁴ Ver glossário (anexos)

⁶⁵ Ver glossário (anexos)

⁶⁶ Ver glossário (anexos)

Durante o reinado de D. Luís I (1861-1889), gerou se o CEL⁶⁷ (figura 56)⁶⁸, já mencionado acima. Esses revelaram se períodos de grandes progressos no que diz respeito, à artilharia militar assim como as suas infraestruturas. Os trabalhos de construção propriamente ditos tiveram início em 1863, dando origem ao reduto⁶⁹ de Monsanto, na serra de Monsanto. Contudo, Marques Sá da Bandeira⁷⁰ enquanto Diretor Geral das Fortificações, dá seguimento a esse projeto, já que tanto ele como Duval Teles⁷¹, desenvolveram grandes investigações acerca do tema da artilharia e das fortificações, nomeadamente de Lisboa. (Numero 1, 2005)

Os meios de artilharia de costa, como minas submarinas, tornaram a defesa costeira, ativa. Portanto, foi fundado em 1876, um serviço especializado de Torpedos, que também fazia uso de minas. (Exército, 1992)

As melhorias realizadas neste setor foram levadas a cabo por Fontes Pereira de Melo, ministro daquela época. O próprio propõe uma nova reorganização militar, datava 1884. Entre essas mudanças realçam se o armamento Krupp⁷² de calibres⁷³ 15 cm e 28 cm, e ainda peças de 7.5 cm. Estas iriam realizar as defesas da Bateria do Bom Sucesso e do Forte São Julião da Barra. (Numero 1, 2005)

Em 1886, um plano esboçado pelo engenheiro, Duval Teles, distingue se. Para isso, e tal como realizado anteriormente, fora estabelecida uma subcomissão, onde presidia o príncipe real, D. Carlos. Nessa proposta estavam incluídas a visão da disposição da defesa do porto marítimo da capital portuguesa. O projeto continha visitas às infraestruturas e baterias, de modo a corresponder com a entrada do porto marítimo de Lisboa. A investigação *“A defesa do porto de Lisboa e a nossa Marinha de guerra”* redigida pelo príncipe real D. Carlos I (1889- 1908), foi primordial na colaboração entre a marinha e a defesa costeira da capital. Incluíam o armamento a ser aplicado, e ainda distinguia zonas de defesa: a primeira, entendia se como a zona interior do porto, previamente protegida pelas baterias de costa e ainda duas fileiras de torpedos; a segunda

⁶⁷ Ver índice de siglas

⁶⁸ Ver anexos

⁶⁹ Ver glossário (anexos)

⁷⁰ Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (1795-1876): militar e político português. Considerado por Alexandre Herculano “o mais ilustre dos portugueses” Marquês de Sá da Bandeira, cujo nome surgiu da perda de um braço no Alto da Bandeira em 1832, na cidade do Porto. Foi ministro, chefe do governo, e combateu incessantemente contra a escravatura. (Caldeira, 1994)

⁷¹ António Augusto Duval Teles (1852-1906): escritor e militar, coronel de engenharia, efetuou a transformação da Escola Prática de Infantaria e Cavalaria em duas escolas independentes para as respetivas armas, chefe do estado-maior da direção geral de engenharia, entre outros. Recebeu várias honras uma delas foi a de Grande oficial da ordem de S. Bento de Avis, (Arsher, 1994)

⁷² Ver glossário (anexos)

⁷³ Ver glossário (anexos)

entendia se a parte exterior do porto iniciada no cabo da Roca indo até ao cabo de Espichel. (Emerenciano, 2011)

Em virtude de estabelecer a proteção da capital portuguesa, elaboraram se estruturas militares capazes de cumprir esta função, na margem norte e sul do Tejo, sendo as seguintes:

- ✓ Baterias em São Julião da Barra armado com 4 peças Krupp de 28 cm;
- ✓ Reduto⁷⁴ do Duque de Bragança armada com 3 peças Krupp de 15 cm;
- ✓ Bateria do Bom Sucesso (Belém) armada com 2 peças Krupp de 28 cm e 4 peças de 15 cm;
- ✓ Reduto do Alto do Duque (Restelo) armado com 4 peças Krupp de 15 cm;
- ✓ Forte de Caxias armado com 6 obuses⁷⁵ Krupp de 28cm e 7 de 15cm;
- ✓ Bateria da Lage (S^o Amaro de Oeiras) 4 peças Krupp de 15 cm;
- ✓ Baterias Infante D. Afonso (Alpena) armada com 8 obuses Krupp de 28cm;
- ✓ Bateria de S. Gonçalo constituída por 8 obuses Krupp de 28cm;
- ✓ Bateria das Fontainhas 4 peças Krupp de 7.5 cm;
- ✓ Bateria da Raposeira (Trafaria) constituída por 4 peças Krupp de 15 cm;
- ✓ Bateria do Areeiro (Oeiras) com 4 peças Krupp de 15 cm;
- ✓ Bateria da Parede com 6 peças Krupp de 15 cm.

(Emerenciano, 2011)

As infraestruturas referidas também tinham como propósito defender o porto marítimo da capital. Porém, o de Setúbal carecia também de defesa. Portanto, foram ainda edificadas as seguintes baterias: Chã da Zambujal e Casalinho. Todas elas constituídas por peças Krupp⁷⁶ de 28 cm. (Berger, 2005)

⁷⁴ Ver glossário (anexos)

⁷⁵ Ver glossário (anexos)

⁷⁶ Ver glossário (anexos)

A defesa costeira era um dos temas de maior relevância naquele período, tanto para militares como para políticos, e por esse motivo e como foi mencionado acima, gradativamente, observam-se mudanças nos meios e na própria artilharia de costa. Por motivos de doença, D. Pedro V (1853-1861) morre, e sucede-lhe o irmão, D. Luís I (1861-1889). Por sua vez, o tema da defesa de costa mantém-se em aguardo. Mais tarde, um dos mais cativados sobre o assunto foi Marquês Sá da Bandeira⁷⁷. O seu interesse por este tópico era tanto que foi o responsável por vários estudos, acerca da defesa da capital portuguesa. Redigiu, um plano de defesa que se baseava na criação de um Campo Entrincheirado na capital. Este mesmo plano implicaria o uso de meios navais e terrestres, sendo que este último seria útil apenas, na defesa do porto de Lisboa. O plano saiu do papel oficialmente em 1863, tendo sido atribuído a Marquês Sá da Bandeira o cargo de Direto Geral das Fortificações, considerando a sua particular intervenção e interesse neste assunto. (Berger, 2005)

Duval Teles⁷⁸, ajudante de D. Luís I também elaborou a obra “*Comissão de defesa de Lisboa e seu Porto*” em 1866, demonstrando a sua perspetiva da estrutura da defesa. As suas ideias foram estudadas por uma subcomissão, da qual faziam parte oficiais de engenharia que se encarregavam das estruturas militares assim como, oficiais de Artilharia aos quais incumbia a artilharia das mesmas. Foi considerado, “*o trabalho mais completo até então, se havia feito*” (Numero 1, 2005).

O seu plano fundava-se na edificação de fortes em meio marítimo, preparados para impedir eventuais confrontações inimigas na zona costeira, sendo que a zona disposta com artilharia estaria abrangida o suficiente para proteger a barra de Lisboa, salvaguardando toda a capital lusa. (Exército, 1992)

De forma a atingir esse objetivo, a Alemanha auxilia Portugal, no que toca à proteção defensiva através do fornecimento de bocas de fogo. O armamento foi chegando entre 1875 e 1886. Inicialmente as primeiras armas eram de 15 e 28cm, foram repartidas pelos Fortes do Bom

⁷⁷ Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (1795-1876): militar e político português. Considerado por Alexandre Herculano “o mais ilustre dos portugueses” Marquês de Sá da Bandeira, cujo nome surgiu da perda de um braço no Alto da Bandeira em 1832, na cidade do Porto. Foi ministro, chefe do governo, e combateu incessantemente contra a escravatura. (Caldeira, 1994)

⁷⁸ António Augusto Duval Teles (1852-1906): escritor e militar, coronel de engenharia, efetuou a transformação da Escola Prática de Infantaria e Cavalaria em duas escolas independentes para as respetivas armas, chefe do estado-maior da direção geral de engenharia, entre outros. Recebeu várias honras uma delas foi a de Grande oficial da ordem de S. Bento de Avis, (Arsher, 1994)

Sucesso e São Julião da Barra. Estavam incluídas materiais de dimensões com 28cm, 15cm e 7.5 cm, de modelo Krupp⁷⁹, material bastante notável para a época. (Santo, 2004)

Posteriormente terminadas as obras do CEL⁸⁰, era urgente que as forças que iriam integrar este sistema defensivo, reunissem a formação e o conhecimento necessários para usufruir dos novos dispositivos. Com a progressiva evolução na artilharia, desde os fortes aos sistemas defensivos associada às constantes adversidades provocadas pelos ataques inimigos, nasceu um ramo específico, a **Artilharia de Costa**, de acordo o Decreto-Lei, 25 de maio 1911. (Santo, 2004)

(..)Decreto n.º 2572, substituindo a composição dos quadros permanentes do 1.º batalhão de artilharia da costa, constante do quadro n.º 20 anexo ao decreto de 25 de Maio de 1911. (Ministros, 1916)

Este setor, naquele período era composto por 2 batalhões a 7 baterias de costa, com a finalidade de proteger o porto marítimo de Lisboa. Existia ainda um grupo independente, com unicamente 2 baterias que se destinavam à proteção do Sado. Este último foi reorganizado em 1911. (Ramos, 2009)

A revolução política já estava instalada, uma vez que se viviam tempos de volubilidade e mudança, destronando D. Manuel II (1908-1910). A implantação da República fora assinalada a 5 de outubro de 1910. Já D. Manuel II, encontrava se exilado em Inglaterra. Mais tarde, precisamente em 1914, dava se inicio à grande batalha europeia, à **Primeira Guerra Mundial**⁸¹. Portanto, em território nacional pairava, devido ao cenário que se vivia em plena Europa, momentos de instabilidade, uma vez que o governo de Portugal se tinha declarado República, recentemente. Além disso, a Europa naquela época era composta somente por dois países republicanos, a Suíça e a França, sendo os restantes monárquicos. Logo, estes últimos não se apresentavam como um suporte estável o suficiente para Portugal se poder declarar como o novo país-republicano. Em contrapartida, Portugal ingresa na guerra, guarnecendo com o seu corpo de forças militares, apoiando os Aliados. (Caldeira, 1994)

⁷⁹ Ver glossário (anexos)

⁸⁰ Ver no índice de siglas

⁸¹ PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: conflito que de 1914-1918 opôs a Alemanha e a Áustria-Hungria, a que se juntaram a Turquia (1914) e a Bulgária (1915), à Sérvia, França, Rússia, Bélgica e Grã-Bretanha, aliados ao Japão (1914), Itália (1915), Roménia e Portugal (1916) e, por fim, aos EUA, Grécia, China, e a vários estados sul-americanos.

Para a guerra, constitui se o CEP⁸². Considerando a artilharia de costa, foram remetidas para este evento de guerra, o 1º e o 2º batalhão de artilharia de costa, assim com o batalhão de guarnição, grupo de artilharia de guarnição e bateria de artilharia de posição. Esta concentração de forças fora realizada a pedido da França, por necessitar de artilharia para o seu exército. Em vista disso, e por mútuo acordo entre França e Portugal, constitui se o CAP⁸³ referindo que os lusos iriam reter as peças que facultaram. O CAPI teria como suporte, o 2º batalhão de Artilharia de Costa. O 1º Batalhão de artilharia de costa passaria a integrar o CAP do CEP. Este era munido por equipamento inglês Vicker⁸⁵, e artilharia de costa. Em contrapartida, o CEL⁸⁶, era abastecido por equipamento alemão Krupp⁸⁷, como obuses⁸⁸, de calibres⁸⁹ de 7.5, 9, e 28 cm. (Exército, 1992).

Segundo (Emerenciano, 2011), terminada a I Guerra Mundial, Portugal tencionava manter as peças de artilharia que formavam o CAPI, visto que se tratava de materiais de França, de alta qualidade para aquela altura. Possuíam um calibre de 19,24, e 32cm. A 28 de junho de 1919, é declarado o Tratado de Versalhes dando por terminada, a 1ª Grande Guerra.

Portugal lutava contra as adversidades provocadas pela guerra, nos domínios político, social, militar. O setor militar sofre novas reorganizações, em meados de 1927. Por esse motivo, fora instalado um Comando de Artilharia do Governo Militar em Lisboa, entidade que se responsabilizava pela parte educacional, aplicações da Artilharia de Costa, bem como, dos seus recursos suplementares. (Numero 1, 2005)

- 1ª GUERRA – SÉCULO XX:

A posteriori da **1ª Grande Guerra**, estabeleceu se em Portugal o domínio do Estado Novo. Deste modo dá se lugar à Ditadura Militar, cuja intenção seria terminar com o desequilíbrio de democracia que subsistia.

De acordo com (Berger, 2005) Portugal em termos militares, torna a ser reorganizado, desta vez regido por uma premissa que favorecia o ataque e, não, a defesa costeira. Assim sendo, os

⁸² Ver índice de siglas

⁸³ Ver índice de siglas

⁸⁵ Ver glossário (anexos)

⁸⁶ Ver índice de siglas

⁸⁷ Ver glossário (anexos)

⁸⁸ Ver glossário (anexos)

⁸⁹ Ver glossário (anexos)

recursos costeiros como os meios navais e aéreos, adquirem uma posição determinante no que toca à defesa de costa, uma vez que possibilitariam aquilo que já há muito se queria atingir, a defesa avançada.

Essa defesa tem como objetivo retardar o ataque dos rivais, fazendo com que este perca a vontade de contra-atacar e simultaneamente, de obter mais tempo para planear melhor as próximas ações sobre o inimigo. É uma estratégia utilizada também para destruir o corpo de forças do lado oposto, tal como já tinha mencionado no ponto 3.1.(Santo, 2004)

Para alcançar o desejado necessitar-se-ia de meios como os terrestres. Ao invés do que se comprovava em tempos, a defesa ao longo da costa, com a possibilidade de embarque/desembarque nesse local, encontrava-se altamente defendido. O que era realmente essencial de se proteger, eram os locais mais propícios a ataques, as zonas complexas e debilitáveis. Por isso, os meios só seriam aplicados a essas zonas, se não se compromete-se o risco de desperdício de recursos. (Berger, 2005)

Já em 1927, foi instituído o Comando de Artilharia do Governo Militar de Lisboa, cuja principal função seria exercer o comando e gerir a Artilharia de Costa bem como, as suas intervenções. Constituído por dois (RAC), Grupo de Defesa Submarina, Grupo Independente, voltado para a defesa do porto marítimo de Setúbal. Algumas das baterias como as de defesa móvel de costa, permaneceram em algumas das ilhas da Madeira, como Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada. Assim, fora substituído o comando da artilharia e a escola de aplicação de artilharia de costa e contra aeronaves, pela **Frente Marítima da Defesa de Lisboa** (Emerenciano, 2011).

A defesa do porto marítimo da capital portuguesa, encontrava-se vulnerável e exposta, uma vez que as infraestruturas militares, como as baterias, não possuíam qualquer tipo de proteção ficando a descoberto para eventuais ataques por meio aéreo. Por esse motivo, torna-se urgente retificar esta situação, com o apoio de meios aéreos que assegurassem uma maior defesa em profundidade. (Emerenciano, 2011)

Novamente em 1939, o exército sofre nova reorganização. Nas mudanças efetuadas ao nível da defesa costeira, tivemos a passagem do Comando das Tropas da Defesa Costeira desempenhado pelo Comando da Defesa Marítima de Lisboa. Ainda sobre reestruturações militares, um dos RAC e o Grupo Independente são extintos, e as unidades em que estes se dividem, passaram a fazer parte do RAC, com o comando de operações estabelecido em Oeiras. Foi também em 1939 que

se gerou a **2ª Guerra Mundial**,⁹⁰ acontecimento em que Portugal estabeleceu uma posição neutra, baseando-se em dois princípios diplomáticos: a união com o Reino Unido e o Pacto Ibérico. Este último, trata-se de uma aliança acordada com a Espanha onde continha uma espécie de acordo de amizade e anti agressão, em março de 1937.

Ainda assim, Portugal, demonstrou na Artilharia de Costa e Antiaérea, uma grande evolução, providas de ferramentas da marca Krupp⁹¹ bastante notável para aquela época. Porém, este material encontrava-se ultrapassado, como o alcance e dispersão do tiro, sendo por isso necessário efetuar novas mudanças. (Oliveira, 1993)

No que diz respeito a território não continental de Portugal, o Arquipélago dos Açores e da Madeira, estariam a ser alvo de contínuos ataques por parte dos países que integravam a Aliança dos Eixos: entre eles Alemanha, Japão e, mais tarde, Itália ou por países que constituíam a União dos Aliados da 2ª Guerra Mundial. (Oliveira, 1993)

A situação de uma possível renovação, em termos de recursos costeiros, torna-se indispensável e obrigatória no final da 2ª Guerra Mundial. Essa responsabilidade foi atribuída aos ingleses, que iriam realizar a sua análise. Pretendiam recair sobre a posição que as baterias ocupavam e os recursos que utilizavam, assim como, a rede de minas que defendia o porto de Lisboa. (Numero 1, 2005)

Juntamente com os lusos surge um projeto desenvolvido pelo General F.W. Barron, designado "**Plano Barron**", desenvolvido mais adiante. Inicialmente não saiu do papel devido a problemas económicos. A possibilidade de operacionalizar um número superior de baterias de costa torna-se cada vez mais próximo, 10 anos depois. Portanto, em 1954 as baterias de Alcabideche, Raposa, Outão, e Bom Sucesso, encontram-se montadas e em 1958, graças ao Plano Barron, encontram-se totalmente funcionais. A artilharia de costa renasce com um novo impulso. (Numero 1, 2005)

O período 1961-1975 é marcado pela **Guerra do Ultramar Português/Guerra Colonial**, onde era urgente centralizar todo e qualquer apoio para as colónias, quer fossem soldados, quer fosse material. Logo, a artilharia de costa sofre com este grande impacto. Dada a guerra como

⁹⁰ SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: Conflito que de 1939 a 1945, opôs as potências aliadas (Polónia, Grã-Bretanha, Commonwealth, França, Dinamarca, Noruega, Países Baixos, Bélgica, Jugoslávia, Grécia, e posteriormente a URSS, EUA e a China e a maioria dos países da América Latina) às potências totalitárias do Eixo (Alemanha, Itália, Japão, e respetivos satélites, Hungria, Eslováquia, etc.). (Fabião, 1994)

⁹¹ Ver glossário (anexos)

terminada era preciso reabilitar e recuperar a sua funcionalidade. Foi então em 1976, que se funda uma Escola Prática de Artilharia de Costa, projeto SITAC⁹². (Emerenciano, 2011).

A eclosão tecnológica foi surgindo paulatinamente e, a artilharia de costa como qualquer outro meio, tenta adaptar se a essas inovações. Entre todas as mudanças surgem a preparação de oficiais, inserindo os em território internacional para a realização de cursos e, para o reconhecimento de diferentes materiais utilizados por outros países, considerando que estes detinham maior especialização na artilharia; visitas de personalidade distintas em simultâneo com a realização de exercícios de fogo, “*sistemas de direção de tiro com interface radar-computador-peças; sistema de simulação para a artilharia de costa (projeto SIMAC)*” (Berger, 2005)

Nasceram, com os inícios da tecnologia, os sistemas de direção de tiro versão digital, câmaras térmicas, telémetro a laser, e helicópteros com observadores aéreos.

Em inícios dos anos 80, o RAC apresentava a seguinte disposição: **Grupo Norte e Sul**.

No primeiro incluía a

- ✓ 1ª Bateria com calibre⁹⁴ 23,4cm;
- ✓ 2ª Bateria com calibre 15,2cm;
- ✓ 3ª Bateria com calibre 15 cm;
- ✓ 4ª Bateria com calibre 5,7cm.

No segundo grupo incluía:

- ✓ 5ª Bateria com 15 cm de calibre;
- ✓ 6ª Bateria com 23,4cm de calibre;
- ✓ 7ª Bateria com 15,2 cm de calibre;
- ✓ 8ª Bateria com 15 cm de calibre.

Ademais destas, havia mais duas outras baterias situadas em cada uma da ilha dos Açores e da Madeira, no (GAG⁹⁵ 1 e 2), de 15 cm de calibre.

⁹² Ver no índice de siglas

⁹⁴ Ver glossário (anexos)

⁹⁵ Ver índice de siglas

➤ 3.2.2 - PLANO BARRON

Antes de passar à criação do plano propriamente dito, foi elaborada em 1939 uma comissão militar entre ingleses e portugueses cujo propósito seria planejar a defesa da capital, como tinha referido. Havia uma grande urgência em deter um aparelho capacitado para propiciar a defesa nos portos de Lisboa e Setúbal, e dos seus rios Tejo e Sado, respetivamente. Esta equipa era composta pelo general-major F.W. Barron e o seu apoiante, F. H Vaughn. O plano, tal como mencionado anteriormente, designou-se de “**Plano Barron**” ou simplesmente Plano B, que evidenciava a defesa dos rios Tejo e Sado, sendo esta de imensa importância. (Numero 1, 2005)

O Plano B (figura 58)⁹⁶ fora apresentado em junho de 1939. Tinha como finalidade a elaboração de um CDC⁹⁷, zona de contra bombardeamento constituído por dois grupos de artilharia de costa e, ainda, duas RGTO⁹⁸ e zonas de defesa próxima. Esta última, seria composta por dois grupos de artilharia de defesa próxima, duas defesas contra unidades navais, duas zonas iluminadas, duas zonas de projetores de descoberta, uma fila de minas e um obstáculo posicionado a meio do rio, de forma a garantir proteção ao núcleo do porto e ao seu redor. Posteriormente à aceitação do plano, a compra de materiais e equipamento para tal concretização era imperiosa. No sentido de cumprir esse propósito, o Governo fora contactado a fim de simplificar todo o processo de aquisição de novo material e, também, para dar início ao processo de compra de uma peça de artilharia antiaérea, de 9,4 cm de calibre⁹⁹. As transações com a Inglaterra decorrem ainda em 1943, tendo surgido algumas peças modernas de 5,6, 15,2, de 19 e 24 cm de calibre e também de preditores, telémetros e projetores. (Emerenciano, 2011)

O **Plano Barron** consistia na alteração das estruturas militares preexistentes, mas também na instalação de outras tantas. Assim sendo, esta seria a disposição das baterias de costa, segundo o Plano B.

Num primeiro setor encontra-se o **Grupo Norte** (contra bombardeamento):

⁹⁶ Ver anexos

⁹⁷ Ver índice de siglas

⁹⁸ Ver índice de siglas

⁹⁹ Ver glossário (anexos)

- ✓ 1ª bateria instalada em Alcabideche, constituída por 3 peças de 23,4 cm de calibre e ainda um posto de observação de contra bombardeamento;
- ✓ 2ª bateria, situada na Parede (Cascais), constituída por 3 peças de 15,2 cm de calibre e ainda um posto de observação de contra bombardeamento;
- ✓ RGTO Norte com a sua central posicionada em Alcabideche e com 4 postos de observação de contra bombardeamento;

Num segundo setor, surge o **Grupo Sul** (contra bombardeamento):

- ✓ 6ª bateria localizada na Fonte da Telha composta por 3 peças de 23,4 cm de calibre;
- ✓ 7ª bateria instalada em Outão, composta por 3 peças de 15,2 cm e um posto de observação de contra bombardeamento;
- ✓ RGTO¹⁰⁰ Sul com a sua central posicionada na Fonte da Telha e ainda 3 postos de observação de contra bombardeamento;

- ✓ 2ª bateria da Parede, que inclui peças de 15,2 cm de calibre e, ainda, 3 refletores de iluminação;
- ✓ Bateria de Gomes Freire instalada em Oeiras, inclui 3 peças de 15 cm de calibre T.R ¹⁰¹e ainda 2 refletores de iluminação;
- ✓ 3ª bateria situada na Lage, composta por 3 peças de 15 cm de calibre T.R e também 2 refletores de iluminação;
- ✓ 4ª bateria do Bom Sucesso (próxima da Torre de Belém), composta por peças duplas de 5,6 cm de calibre;
- ✓ 5ª bateria da Raposeira localizada na Trafaria, composta por 3 peças de 15 cm de calibre T. R e ainda dois refletores de iluminação;
- ✓ 7ª bateria do Outão, composta por 3 peças de 15,2 cm de calibre e ainda dois refletores de iluminação;
- ✓ 8ª bateria situada em Albarquel composta por 3 peças de 15 cm de calibre T. R, e ainda dois refletores de iluminação.

¹⁰⁰ Ver índice de siglas

¹⁰¹ Ver índice de siglas

Existiam ainda faixas de minas e torpedos, portos especializados para controlar o interior e exterior dos mesmos, secções de projetores, dentre outros. A defesa das baterias, em termos aéreos, estava à responsabilidade de um sistema defensivo antiaéreo composto por 56 peças de 9,4 cm de calibre e ainda 74 projetores. (Exército, 1992)

CAPÍTULO 3.3 - SISTEMA MÍSSIL NA ARTILHARIA DE COSTA

- CONTEXTO GERAL:

Os **sistemas de míssil** são aplicados por outros países nas zonas litorais e também para servirem de apoio a outros meios de defesa, tratando-se de forças como a Força Aérea e a Marinha. Já em Portugal, as baterias de costa não possuíam mísseis: eram apenas compostas ou pelas peças ou por obuses¹⁰². Não se constatou, até agora, a aplicação do sistema míssil enquanto recurso da artilharia de costa. (Santo, 2004)

Este armamento integra um tipo muito específico de armamento na artilharia de costa, tendo de se verificar a sua composição global, uma vez que se trata de um sistema com imensas variedades de armas. (Santo, 2004)

Abordado previamente no tópico das baterias de costa, as baterias de costa com sistema de míssil também podem ser **fixas** ou **movível**. No primeiro cenário, os elementos que fazem parte das baterias de costa precisam de se manter salvaguardados. Logo, esses são posicionados de forma a não estarem expostos a incursões por meio aéreo. Num segundo cenário, as componentes da bateria de míssil, encontram-se montados em veículos sendo estes ou de rodas ou de lagartas, causando uma movimentação superior. Atenta-se que somente as baterias **movíveis** são compostas por duas unidades essenciais, designadas de **UL e UCT**¹⁰³. Existem ainda na sua composição outros elementos que a completam, assegurando o seu funcionamento. Desses, destacamos as unidades de radar, de manutenção, dentre outros. Ainda sobre as unidades, as primeiras UL, localizam-se próximo da zona costeira, visto que apresentam facilidade de

¹⁰² Ver glossário (anexos)

¹⁰³ Ver índice de siglas

deslocação por estarem equipadas em veículos (de rodas). Uma bateria móvel, apresenta 3 ou apenas 2 UL. (Emerenciano, 2011)

As UCT, compostas pelo posto de comandos onde se acha o controlo remoto para direcionar o tiro, por entre o qual é possível assinalar as coordenadas do alvo. Este é o procedimento mais eficaz para neutralizar usando o míssil. É também constituída pelo radar de aquisição de objetivos, concebido para identificar os alvos e estabelecer a sua localização através das coordenadas. (Emerenciano, 2011)

Os CDMS¹⁰⁴, intervém seja qual for o estado atmosférico. Trata-se de um sistema extremamente eficiente, pois possui um definido sistema de guiamento. O sistema possibilita ainda, com o apoio de uma ferramenta designada de *Sea Skimming*¹⁰⁵, em modo rasteio ao mar mantendo-se em proximidade com o inimigo, sem que seja identificado pelos seus radares. O seu trajeto é realizado a cerca de 2 Mach¹⁰⁶ que corresponde a 2,450,088 km/h. (Exército, 1992)

Os mísseis apenas são avistados no seu trajeto final quando atingem uma velocidade a rondar as 20 milhas náuticas, que é o equivalente a 37,04 km. Alguns dos mísseis aptos para estas ações são os mísseis *KH-41Moskit* e o *3M-55 Yankhont* russos, que integram a linhagem de mísseis ASCM.¹⁰⁷ (Exército, 1992)

A utilização deste tipo de sistema, associado com a inúmera dose de explosivos asseguram bastante êxito. Presenteia proteção em relação a CME¹⁰⁸, por efeito das eventuais trajetórias. Em contrapartida, isto não assegura uma total proteção, tendo em conta que algumas dessas medidas CME podem provocar o efeito míssil que, porventura, irá lesar o seu sistema de guiamento. Portanto, faz com que o trajeto do mesmo seja interrompido, não atingindo o alvo a abater. (Emerenciano, 2011)

➤ 3.3.1- COMO FUNCIONAM EM CAMPO

Considera-se a forma de atuar dos mísseis, o seu maior alcance e o intervalo de tempo coincidente ao alcance do radar. Assim sendo, os mísseis operam tanto no interior de alcance radar como no

¹⁰⁴ Ver índice de siglas

¹⁰⁵ Tradução: Deslizando sobre o mar

¹⁰⁶ Mach: medida de velocidade baseada na velocidade do som. Uma vez que o som se propaga a velocidades distintas em diferentes condições, os cálculos aqui são dados a 20 ° C em ar seco, ao do nível do mar. Mach é tipicamente usada na exploração da aviação e do espaço.

¹⁰⁷ Ver índice de siglas

¹⁰⁸ Ver índice de siglas

exterior do mesmo. Se operar no interior do alcance e quando este ter identificado o inimigo, são imitadas à UCT as posições de localização, e após se decidir o método de ataque, será arremessado o míssil em modo *Sea Skimming*, de maneira a que não seja avistado pelo inimigo. (Exército, 1992)

Na fase final do seu trajeto o míssil é controlado por um dispositivo de radar de guiamento terminal, ou designado também de **radar de pesquisa**. Este destina se a retificar o trajeto do míssil, de maneira a que a principal função deste seja cumprida: neutralizar o objeto. Se operar no exterior do alcance radar, primordialmente se deve avistar e conquistar o alvo, podendo ser realizado através de diferentes procedimentos. (Exército, 1992)

Dentre eles, temos um procedimento intitulado *“coordenadas relativas com detecção e seguimento de um helicóptero de bateria”* que se traduz na aplicação de meios aéreos, helicópteros, que avistam o objeto, identificando a sua localização expedindo a para a bateria de costa. Posteriormente, o radar presente na bateria, estabelece a posição geográfica do helicóptero através das coordenadas, sendo estas aplicadas num cálculo que se inicia na bateria com o objetivo de identificar a localização dela, em relação ao objeto a abater, isto é, a sua distância. Numa fase final, expede os dados que foram obtidos para o sistema de guiamento do míssil onde estes serão registados, orientando o míssil para o fim pretendido, a destruição da ameaça. O procedimento seguinte, nomeia-se de *“coordenadas relativas com detecção e seguimento simultâneo pelo helicóptero”*. Este último será provido de um radar de duplo seguimento, visto que realiza o seguimento tanto do alvo como da bateria de costa. Executa a triangulação para conseguir apurar a localização do objeto em relação à fortificação de costa. Por fim, o último procedimento designa-se de *“coordenadas retangulares”* que são definidas pelo helicóptero. De seguida, envia essa informação para a bateria que, por sua vez, trata a informação recebida para logo transmitir ao sistema de guiamento do míssil, a posição geográfica da ameaça. Por isso, tanto o helicóptero como a bateria de costa, têm necessariamente de aplicar o mesmo método de coordenadas. (Exército, 1992)

CAPÍTULO 3.4 – TRADIÇÕES NA ARTILHARIA

➤ 3.4.1 - TRADIÇÕES:

Existem vários santos padroeiros da Artilharia, entre eles S. Sebastião, Santa Bárbara e São Bartolomeu. Desde D. João II (1481-1495), que S. Bartolomeu era visto como uma espécie de pai/protetor na Artilharia. Não só os portugueses tinham devoção, mas também os alemães que embarcavam de serviço militar para Portugal. Segundo se sabe, em memória desse santo foi edificado um santuário, no forte de São Julião da Barra e em Lisboa, fazendo-se festas - até 1945, fim da 1ª grande Guerra. (Executiva, 2014)

A devoção a Santa Bárbara iniciou-se no século XVI, em 1708 tendo existido uma confraria e organizando-se festas em sua honra. É certo e sabido que Santa Bárbara, é célebre por ser protetora contra as tempestades e trovoadas. Mas também o fora dos artilheiros, mineiros e daqueles que trabalhavam com o fogo. A sua festa celebra-se no dia 4 de dezembro. No entanto, Santa Bárbara já foi considerada padroeira dos Artilheiros - substituindo São Sebastião até 1861 - a partir de 1959, data em que se passou a celebrar “*O Dia Da Arma De Artilharia*” no dia 4 de dezembro. (Executiva, 2014)

Um dos artilheiros de maior destaque numa das maiores Guerras, a Guerra Peninsular, fora Alexander Dickson, que declara sobre os militares portugueses:

“ É da minha maior satisfação o ter observado a grande constância, valor e firmeza da artilharia portuguesa, durante todo o conflito da batalha debaixo de um fogo muito ativo e considerável, que faziam os inimigos da sua posição fortificada contra aquela que se achava colocada a artilharia portuguesa, o que igualmente foi observado por todos os oficiais do exercito aliado com grande admiração e gosto..” (Botelho, 1944-1948)

➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:

Através da leitura e análise deste capítulo, podemos constatar que a Artilharia de Costa integrou um dos ramos especializados do Exército, especificamente da artilharia portuguesa . Esta deixou

a sua marca, no que concerne à proteção e salvaguarda da zona costeira. Contudo, a proteção não só esteve encarregue da artilharia de costa complementada com o apoio de diferentes meios, mas também, de outros setores militares, as Forças Armadas e da Marinha. A artilharia de costa ao longo da sua vasta história de vida, sofreu mudanças assim como os alvos a abater, adaptando se às circunstâncias de cada cenário.

Da sua evolução histórica distingo os períodos, desde a sua origem até ao século XV e, do século XV ao século XX. Sublinho a importância que a questão da defesa teve para diferentes reinados, o papel e o relevo que o mar sempre possuiu, quer para a defesa quer para a economia de Portugal. Nos progressos da artilharia que patenteiam neste documento, foco em três grandes momentos históricos: o fim do século XIX até à Primeira Guerra Mundial, o segundo, após a 2ª Guerra Mundial até à Guerra do Ultramar e finalmente a época Pós-Guerra do Ultramar até à dissolução do RAC

No que se refere ao **primeiro momento histórico**, em território português era bastante evidente o tipo de clima que se instalara após a Guerra Peninsular: desequilibrado e precário. Contrastando com o estado geral do país, os navios evoluíam e a defesa costeira carecia de mudanças, visto que somente duas baterias detinham equipamento suficientemente atual. Com a criação do CEL, as necessidades da defesa seriam atendidas, bem como, o armamento e equipamento proveniente da Alemanha que completaria as baterias. A grande obra de Marquês de Sá da Bandeira finalizada em 1906, tornou se de enorme destaque para potências europeias daquele período, sendo esta uma estrutura planificada de defesa do século XX.

Quanto ao **segundo momento histórico**, surge na sequência da reorganização militar, onde a artilharia de costa desponta como um ramo específico da artilharia. E ainda se estabelece uma nova disposição para os elementos que constituem a Artilharia de Costa, estipulando se quais os encargos para a defesa costeira do porto marítimo de Lisboa e de Setúbal. As reestruturações no Exército no ano de 1939, a ida dos lusos para a 2ª Grande Guerra com equipamento e armamento de origem alemã Krupp¹⁰⁹, aliado com o alinhamento das fortificações de acordo com o Campo Entrincheirado de Lisboa, induziu a que a defesa costeira da capital portuguesa e de Setúbal, fossem sujeitas a reformulação. Com o intuito de solucionar esta questão, foi constituída uma comissão de lusos e britânicos. Criaram o Plano Barron graças ao general inglês, adequado às carências daquele período.

¹⁰⁹ Ver glossário (anexos)

Por fim, o **último momento**, que abrange a época do pós-colonialismo e o término do RAC. A sucessão da Guerra Colonial/Ultramar Português, arrastou muitos dos esforços e armamento necessários em Portugal. Assim como a defesa costeira, a economia do país encontrava-se em crise. Todos os recursos monetários foram aplicados na Guerra Colonial e os tão urgentes novos materiais não foram adquiridos. Mais tarde, a artilharia de costa renasce. Com as evoluções tecnológicas a marcar os anos 80, foram incluídas no meio militar, equipamentos como câmaras térmicas, radares, entre outros.

Contudo, para além deste progresso na tecnologia, chegam ainda os sistemas míssil. O mais importante na altura seria adquirir mais equipamento e ainda armamento, o que não foi possível de realizar, visto que o RAC fora desativado.

Imediatamente apresso, o RAC propriamente dito e os seus complementos, a sua defesa enquanto património e unidade única em território português

CAPÍTULO 4 – REGIMENTO DE ARTILHARIA DE COSTA

Como observamos previamente, a Artilharia de Costa é uma componente essencial do RAC. Após ter caracterizado a artilharia de costa e elucidar o seu trajeto cronológico, neste capítulo, incidi-me sobre o RAC. Contudo, existem outros constituintes do mesmo igualmente importantes, nomeadamente as baterias de costa.

Novamente, o RAC responsabilizava-se pela proteção costeira e possuía um posto de comando com 36 peças de artilharia - com calibres¹²⁰ bastante significativo para a época - e ainda, 8 baterias, cuja principal função era a defesa de dois grandes centros (figura 57)¹²¹ : o porto marítimo de Lisboa e a entrada do Tejo e o porto marítimo de Setúbal e a entrada do Sado. Por este motivo, as suas vistas estão direcionadas para o Rio Tejo da mesma forma para a sua foz.

¹²⁰ Ver glossário (anexos)

¹²¹ Ver figura (anexos)

A unidade termina com os avanços tecnológicos em 1998. No entanto, apenas em 1999, termina numa cerimônia oficial de encerramento com membros do setor militar. Atualmente existem vestígios da sua existência e memórias de quem serviu nesta unidade.

➤ 4.1 – EXERCÍCIOS DE FOGO:

A propósito, o poder de fogo desta extinta unidade era algo bastante característico e descrito como absolutamente arrebatador. Para quem exercia funções na bateria, mas também, para aqueles que habitavam nas proximidades. Curiosamente, dias antes dos exercícios de fogo real, os habitantes locais eram avisados para que abrissem as janelas de casa. Caso contrário, o som estrondoso do tiro, fragmentaria tudo. Esses exercícios eram realizados duas vezes por ano: em maio e novembro, sendo que eram realizados com antecedência, treinos práticos. (Antônio, 2018)

As armas eram guarnecidas por mais de 10 homens, o que significa que os militares permaneciam no canhão¹²², ou melhor dizendo, na peça de artilharia, quando este rebentava. Melhor contado por quem viveu realmente a experiência:

“(..) quatro militares permaneciam num espaço próprio (sapata), encarregados de trazer as munições dos depósitos subterrâneos para o elevador. Seis, ficariam na parte de cima, dentro da carapaça metálica. Junto de pequenas janelas, os apontadores de direção e elevação estabeleciam correspondência com o posto central de tiro – que se situava a alguns metros de distancia, dependendo da bateria e, na parte traseira, mais quatro militares que se ocupavam para guarnecer a peça propriamente dita. Quando tudo estivesse pronto, ‘a voz do comando: fogo’”. (Antônio, 2018)

➤ 4.2 - CONSTITUINTES DO RAC:

Retornando aos constituintes do RAC, um dos objetivos das fortificações militares ou fortalezas além de salvaguardar os elementos que lá permaneciam, funcionavam como “*escudo de proteção*” contra as ameaças dos inimigos, oferecendo deste modo, resistência. (Ferreira, 2015)

Considerando a posição geográfica de fortificações militares, tendo em conta a caracterização do terreno, as baterias situam se usualmente em colinas, sendo estes locais, os que apresentam

¹²² Ver glossário (anexos)

maior potencialidade para estes recursos. São frequentemente encontrados neste tipo de locais, isto é, com uma estrutura de grande altitude em relação à área circundante, de maneira a permitir uma resposta defensiva superior nessa área, em particular, nos acessos de ingresso. (Ferreira, 2015)

Após a extinção, as baterias acabaram por ser abandonadas ou com alguma sorte, cedidas. Passados 20 anos após a extinção do RAC, praticamente pouco se alterou.

Abaixo seguem se alguns aspetos que se poderiam ter adotado para efetuar melhorias e, quiçá evitar o desmantelamento da unidade: (Cascais, 2017)

- ✓ As várias fortificações encontravam se a descoberto sem qualquer tipo de proteção, sendo expostas ao possível bombardeamento aéreo;
- ✓ Era necessário atualizar e reavaliar a defesa costeira, tanto a nível aéreo como terrestre;
- ✓ As fortificações não possuíam muito alcance, sendo necessário uma reestruturação defensiva;

Seguidamente irei identificar cada uma das baterias e caracteriza las, bem como, aspetos que dizem respeito a atualidade e aos planos futuros das mesmas.

CAPÍTULO 4.3 - BATERIAS QUE CONSTITUÍRAM O RAC

➤ 4.3.1-INCLUÍDAS NO GRUPO NORTE:

1ª BATERIA – ALCABIDECHE, CASCAIS:

A 1ª bateria do RAC situa se em Alcabideche, distrito de Cascais. Trata se uma bateria de costa de defesa marítima, construída em 1954, altura da aplicação do Plano Barron. Possuía 3 peças de artilharia naval pesada, Vicker ¹²³(234 mm) que alcançava os 32km (fig.2), oito instalações militares, um posto de observação e também um contra bombardeamento, em conjunto com a 2ª

¹²³ Ver glossário (anexos)

Bateria. Nos subterrâneos da bateria encontrava uma espécie de túnel, de cerca de 7 a 8 metros. (Limão, 2011)



Figura 2: uma das 3 peças de artilharia da restante 1ª bateria, Alcabideche

Fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2009/12/1-bateria-de-artilharia-de-costa.html>

- ATUALIDADE:

A única peça de artilharia está situada numa rotunda, nas proximidades de um parque de estacionamento de um hospital, como podemos verificar pela imagem.

Conforme, Alpedrinha Pires, ex-membro do RAC e presidente da ARTCOSTA¹²⁵ relata acerca desta bateria:

“o projeto foi alterado e o edifício (hospital) acabou por ser erguido sobre os subterrâneos da bateria, depois de a propriedade ter sido entregue pelo Ministério da Defesa ao da Saúde e, mais tarde, cedido a uma empresa.” (António, 2018)

Por permanecer num espaço aberto e propício a desgaste e a deterioração provocada por gases e outros componentes, esta carece de musealização e de preservação urgente, já relatado pela própria associação. ((ARTCOSTA), 2018)

¹²⁵ Ver índice de siglas

2ª BATERIA – PAREDE, CASCAIS:

No ano de 1904, encontrava se no conjunto de baterias do CEL¹²⁶, porém foi construída outra, na Parede. A mesma foi planeada pelo Engenheiro Carlos Joyce Diniz. Esta bateria encontrava se numa localização onde tipicamente as baterias se encontram, *“numa elevação a 75 metros de altura do nível de mar”* (Berger, 2005). Apresentava se bem equipada por 6 peças Krupp¹²⁷ de 28 cm, com a possibilidade de atingirem mar a longas distâncias, e até mesmo de S. Julião da Barra até Cascais. Posteriormente, sobre a ordem do engenheiro Carlos Filipe da Costa, foi equipada com 6 peças de 15 cm Krupp e, ainda, foram construídos paíós de depósito¹²⁸ e um quartel. Na década de 40 foi também atingida pelo Plano Barron, originado a 2ª Bateria da Parede como hoje a conhecemos. (Berger, 2005)



Figura 3: uma das peças de artilharia vandalizada e espaço circundante

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-64880717/>

A atual bateria de costa, situada no Alto da Parede, prolonga se desde Cascais até Oeiras (entrada do Tejo). A construção da mesma teve início em 1944 e ficou operacional em 1954. É constituída por depósitos de munições, bunkers, peças Vicker¹²⁹ (152mm) de médio alcance (fig.3) e um posto de observação para a realização do contra bombardeamento, em conjunto com a bateria de Alcabideche (figura 2) e, ainda, realizava a defesa próxima do Tejo, em conjunto com a bateria da Laje, reforçando o seu poder de fogo. (António, 2018)

¹²⁶ Ver índice de siglas

¹²⁷ Ver glossário (anexos)

¹²⁸ Ver glossário (anexos)

¹²⁹ Ver glossário (anexos)



Figura 4: depósito de armas (paiol)

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-64880717/>

- ATUALIDADE

Os aspetos atuais da 2ª Bateria, remetem-se à reabilitação da mesma que permanece em *stand-by* desde 2014-2015, altura em que o canal televisivo SIC¹³⁰ expôs o contexto das baterias de costa, no programa Abandonados.

A ARTCOSTA¹³¹ e outros membros, conscienciosos da relevância em salvar este tão importante património militar nacional combateram, junto de autarquias, para a criação do Museu De Artilharia De Costa. Por esse motivo, estabeleceram uma comissão executiva a CEIMAC¹³². A equipa por detrás da comissão executiva inclui, um GATMAC¹³³, CHIMAC¹³⁴, e entre eles vários membros oficiais da artilharia e do RAC. O objeto da criação do Museu de Artilharia de Costa é realizar um espaço de referência da artilharia de costa em Portugal e da nossa cultura, uma vez que será o único espaço onde vai estar localizada toda a história referente a este tema, abordada por diferentes prismas. (Berger, 2005)

O núcleo museológico destina-se a integrar os bens patrimoniais restantes, – e por preservar – da artilharia de costa e do RAC, - juntamente com a Bateria da Parede, que demanda preservação urgente, como a (fig.4) apresenta. Ainda se pretende aproveitar o extenso espaço verde exterior, com o intuito de construir um parque para confraternização com a comunidade e realização de outras atividades. Na elaboração desta comissão, tiveram o apoio do RAAA 1¹³⁵, alcançando algumas metas. Contudo, por motivos monetários não obtiveram o cumprimento de todos os seus

¹³⁰ Ver índice de siglas

¹³¹ Ver índice de siglas

¹³² Ver índice de siglas

¹³³ Ver índice de siglas

¹³⁴ Ver índice de siglas

¹³⁵ Ver índice de siglas

desejos. Os membros, tanto da associação como da CEIMAC, pretendem unicamente imortalizar a memória dos membros, ex. combatentes, e todo o percurso da artilharia de costa. (Berger, 2005)



Figura 5: planta do projeto do museu de artilharia de costa da 2ª bateria da parede

Fonte: <https://www.cascais.pt/2a-bateria-da-parede-museu-militar-de-artilharia-de-costa-e-parque-tematico>

Desse projeto, assinaram-se protocolos com as autarquias de Cascais entre outras entidades, e até mesmo se criou a planta para o futuro Museu de Artilharia de Costa, como mostra a (fig.5) acima. Juntamente com o Exército Português e o Ministério da Defesa, os representantes das autarquias reuniram-se para discutir esta questão, permanecendo até hoje, sem uma resolução definitiva. (Redação, 2019)

A Câmara de Cascais encontra-se em modo espera para uma audiência, que se pretende realizar com o Diretor Geral de Recursos da Defesa Nacional, com o propósito de estabelecer alguns aspetos em relação ao terreno. Uma das fontes da autarquia de Cascais divulga que:

“Ultrapassada e clarificada toda essa situação, cuja resposta aguardamos da parte do Estado, a autarquia de Cascais está em condições de avançar com o projeto”.

Durante o período em que se aguarda por retorno, as autarquias, primeiramente realizam a limpeza da área e, simultaneamente, se reúne com *“uma equipa do Exército e de técnicos municipais no local para estudar a implementação do Museu”*, onde futuramente tencionam implantá-lo, no Monte de Santa Luzia. (Redação, 2019)

3ª BATERIA – LAGE, OEIRAS:

Construída em 1889, a 3ª Bateria é constituída por 3 peças Krupp¹³⁶ (150mm) de curto e médio alcance (fig.6) para uma defesa mais próxima. Reforçada pela 4ª Bateria, a 3ª apoiava o poder de fogo da 2ª. Estava reservada a proteger a foz do rio Tejo e o porto marítimo de Lisboa. (Oliveira, 2017)



Figura 6: peça de artilharia de 150 mm

Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-02-exercito/001-02-01-frente_interna/001-02-01-04-cel/001-02-01-04-14-lage.html

Esta é a 3ª bateria do RAC, situada no conselho de Oeiras, localizada entre a praia da Saísa e de Santo Amaro em frente ao rio Tejo e ao Atlântico. Encontra se em excelente estado de conservação, em contraste com as restantes. Salienta se o trabalho extraordinário de uma organização sem fins lucrativos, a Associação de Comandos, que ficou na posse da bateria a 12 de julho de 2001, depois de uma longa batalha. (Oliveira, 2017)

- CONTEXTO HISTÓRICO:

No local onde se situa a atual bateria da Lage, foi construída uma bateria em 1887-1889 designada, Rainha Dona Maria. A 3 de fevereiro de 1903, foi incluída no CEL¹³⁷. Esta bateria foi uma das que teve alguma atividade com o passar dos anos: por exemplo em 1936, para evitar a saída de navios que seguiam para Espanha, da barra de Lisboa, à qual era a responsável por

¹³⁶ Ver glossário (anexos)

¹³⁷ Ver índice de siglas

proteger. Em 1942, as peças de artilharia são removidas e expedidas para a colónia portuguesa, Moçambique, em época de início de guerra, pois como mencionei no capítulo 3, eram urgentes equipamentos e recursos para a guerra. (Oliveira, 2017)

No ano de 1946, a Bateria Dona Maria adquire para sua posse as peças 15cm/40 T. R¹³⁸ m/902 Krupp¹³⁹, bem como, projetores. Passou a integrar o Plano Barron em 1951, onde as fortificações sofreram as alterações adequadas à época. Após cessada a Guerra do Ultramar (1961-1975), a bateria Dona Maria foi incluída no RAC, passando a designar-se 3ª Bateria da Lage. Desde a altura em que a unidade foi desmantelada e as infraestruturas foram abandonadas pelo Exército em 1998, a Associação de Comandos tomou conhecimento do contexto em que a 3ª bateria se encontrava. (fig. 7). Por este motivo, a Associação de Comandos decidiu dar início ao processo da sua aquisição que, não foi de todo rápido e eficaz, muito pelo contrário. Foi uma luta bastante longa e complexa. (Machado, 2019)



Figura 7: notícia do resgate da bateria da Lage pela mão da Associação de Comandos

Fonte: <http://associacaocomandos.pt/noticias/bateria-da-lage-comandos-resgatam-espaco-ao-abandono/>

- PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS

No dia 12 de julho de 2002, foi cedido oficialmente pelo Exército a Bateria da Lage à Associação de Comandos. Este acontecimento teve lugar no Quartel do RAAA 1¹⁴⁰, em Queluz. Uma vez que se manteve ao abandono de 1998 - 2002 esta não se encontrava, portanto, no melhor estado. A Associação de Comandos e a sua dedicação, fizeram com que este grande pedaço de história se torna se visível e apresentável a todos. Os responsáveis pela bateria da Lage clarificam que esta

¹³⁸ Ver índice de siglas

¹³⁹ Ver glossário (anexos)

¹⁴⁰ Ver índice de siglas

“*não é um museu militar, mas sim um espaço que foi adaptado*”. Hoje possui, no seu interior salão de jogos, sala de reuniões, conferências, um museu e, no seu exterior, reúne espaços para a realização de rappel, slide, picnics, entre outros. (Oliveira, 2017)

A conservação faz se sentir neste local: inclusive as peças Krupp¹⁴¹ ainda se encontram em muito bom estado, mesmo já não sendo utilizadas para fins militares. Para além disso, este local é único em Portugal, pois mesmo não se tratando de um museu, dá a conhecer e apresenta as peças de artilharia de costa (fig.8). (Oliveira, 2017)



Figura 8: entrada da sede da associação / bateria da Lage
Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/35114072079087367/>

- ATUALIDADE:

A antiga instituição militar, foi muito bem aproveitada para que se pudesse adaptar para um espaço de convívio entre os membros da Associação, tanto no seu interior, como no exterior. Mas acabou por se tornar algo mais. No seu interior podemos destacar três grandes salas que correspondem: a primeira, à da Artilharia de Costa com documentação encontrada em poucos, ou talvez, mais nenhum museu; a segunda, à da Associação de Comandos, destacando o seu papel e feitos até agora, e a última, à dos Comandos do Exército Português (fig.9), - talvez a mais relevante das três -, exaltando o simbolismo e história desta unidade do exército. Contam ainda, com documentação e uma coleção de fotografias relativas a épocas militares. (Machado, 2019)

¹⁴¹ Ver glossário (anexos)



Figura 9: uma das salas da bateria da Lage / Associação de Comandos

Fonte: <http://associacaocomandos.pt/noticias/category/galeria/page/3/>

Na parte exterior, que remete mais para a área do lazer/convívio, possuem o parque de merendas (fig.10) e contam também, com um restaurante onde se podem confeccionar refeições. O espaço circundante é suficiente praticar atividades ao ar livre, acampar, receber grupos de escuteiros e outros encontros que dão vida ao local. Este encontra se afortunadamente posicionado de frente para o mar, fazendo se acompanhar de todo o espaço verdejante. (Oliveira, 2017)



Figura 10: parque de merendas da bateria da Lage

Fonte: <http://associacaocomandos.pt/noticias/bateria-da-lage-o-exemplo-da-associacao-de-comandos/>

Em 2019, a Associação de Comandos reaproveitou outros antigos espaços reservado aos paióis¹⁴² de peças para criar um núcleo museológico da história da Lage; no segundo espaço, criaram uma apresentação expositiva dos Comandos e no terceiro, uma apresentação dedicada à Associação de Comandos. Nesta inauguração a ARTCOSTA¹⁴³ marcou presença neste evento. (Machado, 2019)

Sucintamente, em relação à Lage, trata se de um espaço de convívio da Associação de Comandos. A ele acedem os membros da Associação, as parcerias e aqueles que a pretendem visitar, tendo estes últimos, que marcar visita previamente. Este espaço foi conseguido com muito trabalho, e é

¹⁴² Ver glossário (anexos)

¹⁴³ Ver índice de siglas

necessário um cuidado e tratamento constante para que se mantenha preservado e visitável. A Bateria da Lage, contrariamente às restantes, é um legítimo exemplo de como o património militar português que se encontre degradado e /ou abandonado, pode ter um futuro promissor. É de evidenciar também o papel do Exército e do Ministério da Defesa Nacional, através da cedência de um espaço que se encontrava na sua posse, sem qualquer utilidade para o proprietário. (Machado, 2019)

4ª BATERIA – FORTE DO BOM SUCESSO, BELÉM:

A Bateria do Bom Sucesso ou Forte do Bom Sucesso (figura 11), localiza-se adjacente da Torre de Belém, em Santa Maria de Belém, situada na capital portuguesa. Esta era equipada por 2x2 peças Vicker¹⁴⁴ (152mm) de curto alcance. A sua função essencial era proteger o porto de Lisboa com o auxílio da 5ª Bateria. (Cruz, 2018)



Figura 11: Forte Do Bom Sucesso

Fonte: <https://capeiaarraiana.pt/2019/05/03/viagens-de-um-globetrotter-desde-os-anos-60-16/>

O Bom Sucesso esteve sob a orientação do General Guilherme de Vallère¹⁴⁵ e foi mandado construir pelo próprio, em 1780-1782. Na época da Guerra Peninsular, a residência do governador desta infraestrutura foi edificada às custas da família real portuguesa, a coroa real, segundo a inscrição epigráfica encontrada numa das portas: *“A REAL/ CROA PARA PATRIMONIO DA FORTALEZA/ DO BOM ÇOCEÇO/ANNO DE 1802”*. Ao longo dos tempos, esta fortificação sofreu várias remodelações entre 1870 e 1874, ao receber duas peças de artilharia Krupp¹⁴⁶ L/12 de 280 mm.

¹⁴⁴ Ver glossário (anexos)

¹⁴⁵ G. Vallère (1727-1796): foi um engenheiro militar de origem francesa que exerceu em Portugal e ainda apresentou novas técnicas e saberes das fortificações.

¹⁴⁶ Ver glossário (anexos)

Desde esse período, fez parte do grupo de defesa do CEL¹⁴⁷. No início do século, as Krupp são permutadas por Schneider¹⁴⁸ de 120mm. Em 1950 encontrava se guarnecido por uma bateria, pelo que, mais tarde, integrou o RAC.

Em 1994, foi por fim, integrada no grupo Monumento aos Combatentes do Ultramar, com as seguintes finalidades:

- ✓ *Cumprir um ato de justiça, de homenagem àqueles que, como Combatentes, serviram Portugal no ex-Ultramar português;*
- ✓ *Executar uma ação cultural e educativa de exaltação do amor a Portugal;*
- ✓ *Traduzir de uma forma acessível, mas duradoura e pública, o reconhecimento de Portugal e de todos os combatentes. (Combatentes, 2019)*



Figura 12: entrada do museu do combatente ou forte do bom sucesso

Fonte: <http://www.latinamericanstudies.org/museu-combatente.ht>

- ATUALIDADE:

No que concerne a aspetos atuais a 4ªBateria, encontra se na posse da Liga dos Combatentes, enquanto unidade museológica, extremamente bem conservada tanto interiormente como no seu exterior (figura 12). Possui espaços com fotografias, registos da época do Ultramar como estruturas monumentais (figura 13), salas de convívio e conferência, bar, salas de exposições com equipamentos das Forças Armadas. (Oliveira, 2007)

“(..)Todo este conjunto, Monumento propriamente dito, e a sua envolvente, utilizando já as paredes do Forte, constituem um todo, que simboliza a homenagem de Portugal a todos os

¹⁴⁷ Ver índice de siglas

¹⁴⁸ Adolphe e Eugène Schneider: principais fabricantes de armas de construção naval, ferrovias, em 1836. Utilizavam um tipo de ferro francês e aço para a sua produção. Após a 2ª Guerra Mundial esta desenvolveu-se para Schneider elétrico.

Combatentes que ao longo da nossa história defenderam os ideais nacionais e a continuidade de Portugal como País independente.” (Combatentes, 2019)



Figura 13: monumento em homenagem aos combatentes do ultramar

Fonte: foto original

É possível não só visitar o forte, mas também, realizar tours por esta e, outras fortificações militares, através de uma empresa de animação turística no setor do turismo militar português, a *Mystical Trip*. Através de uma parceira com a ARTCOSTA¹⁴⁹, criaram se roteiros para dar a conhecer as fortificações militares, como o forte do Bom Sucesso. A *“Tour Belém Com Tapas Incluídas E Prova De Vinhas + Visita Ao Museu Do Combatentes”*, é um deles. (Digital, 2019)

Durante a viagem podem se contemplar algumas das fortificações como o Forte do Bugio, forte de São João das Maias, Forte de N^o Senhora de Porto Salvo, Farol da Gibalta, Forte do Bom Sucesso e a Torre de Belém. Nestes últimos, podemos descobrir, através do instalado Museu do Combatente, toda a história, equipamento, documentação de um tempo histórico e, ainda, obter conhecimento acerca de vivências de antigos soldados. (Digital, 2019)

Tendo como ponto de partida a Marina de Oeiras e destino a doca de Belém, a visita tem a duração de 4 horas e um número de participantes compreendidos entre os 4 e os 7. Incluídos na visita estão a visita ao museu, seguros de acidente e responsabilidade cível, degustação de alimentos, a experiência de navegar no Alma do Tejo, guia turístico. O preço ronda os 80 e 90 euros. (Digital, 2019).

Outro muito semelhante é a tour de Oeiras, na Fonte da Telha (6^abateria) que inclui o mesmo preço que o anterior, exceto que este oferece visita à direção de faróis.

¹⁴⁹ Ver índice de siglas

➤ 4.3.2 – INCLUÍDAS NO GRUPO SUL:

5ª BATERIA – TRAFARIA, RAPOSEIRA:

A 5ª Bateria encontra-se na costa do conselho de Almada, entre as regiões de Trafaria e Costa da Caparica (figura 14). Foi edificada entre 1893 e 1911, onde integrou o sistema de infraestruturas do CEL¹⁵⁰ que, posteriormente, incorporam a Frente Marítima de Defesa de Lisboa. Estava introduzida no conjunto com outras baterias no período da 2ª Grande Guerra, cuja função era a defesa de Lisboa. Mais tarde, foi uma das fortificações militares constituintes do RAC. Esta bateria foi pioneira no que concerne às telecomunicações, uma vez que foi neste local, a uma distância de 4.300 metros, que se realizaram os primeiros experimentos de Telegrafia sem Fios, a 17 de abril de 1901 ao forte do Alto de Duque, referido mais adiante. (Oliveira, 2017)



Figura 14: parte da 5ª bateria, Trafaria

Fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2013/02/a-bateria-da-raPOSEIRA-TRAFARIA.html>

Na qualidade de suplemento da bateria, existem ainda dois fortes: o 1 e o 2, ou designados também de “*Grande*” e “*Pequeno*”. Sendo que a “*Grande*”, estava destinada a reforçar o poder do fogo na barra do Tejo com o apoio da 4ª Bateria, e o “*Pequeno*”, reforçava a 6ª Bateria

A “*Raposeira*”, possui um paiol¹⁵¹ e infraestruturas militares táticas equipadas com canhões da Marinha, composto por densas paredes de betão, camuflado pela flora envolvente.

¹⁵⁰ Ver índice de siglas

¹⁵¹ Ver glossário (anexos)

Do seu armamento detém 3 peças de artilharia Krupp¹⁵² T. R¹⁵³ de 15 cm, onde é possível visualizar a data em que foram fundidas as bocas de fogo, entre 1904 e 1907, mesmo no período inicial da celebre empresa alemã, Krupp. Curiosamente, estas últimas foram utilizadas numa fuga marítima. Os marinheiros lusos revoltaram-se com a política salazarista e o apoio de Franco. Estes ambicionavam combater pelo lado republicano em Espanha, mas a artilharia de costa impediu a sua “evasão” da capital portuguesa. (Oliveira, 2017)

- ATUALIDADE

Em termos atuais, a 5ª bateria ainda hoje se mantém, mas num estado completamente arruinado, assim como, o armamento de artilharia (fig.16) mencionado acima. As marcas das munições denunciam que o local é utilizado para a prática de *paint ball* e os graffitis nas paredes do respetivo recinto, denunciam os atos de vandalismo. Hoje, é um dos vários exemplares de património militar esquecidos e entregues à mercê do tempo.



Figura 15: peça de artilharia 5ª bateria, vandalizada

Fonte: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/cova-do-vapor-baterias-de-artilharia-de-costa-da-trafaria-44511930/photo-29214475>

Ainda sobre os aspetos atuais, a “*Raposeira*”, como é conhecida, foi alvo de inspiração para a realização de um projeto: Em 2011, a “*Architecture for Humanity*”, elaborou um concurso com o tema “*Reabilitação de Espaços Militares Desativados*”, de maneira a obter uma aplicação destes locais esquecidos fosse ele de natureza social, ambiental, cultural, outro. Nele competiram cerca de 74 países e um total de 510 equipas, tendo a equipa de portugueses- João Segurado, João Figueiredo, José Pereira, Mauro Jerónimo, Filipe Freitas, Luís Sezões e Manuel Espada - ganho

¹⁵² Ver glossário (anexos)

¹⁵³ Ver índice de siglas

este desafio. O projeto intitulado de “*OCO – Ocean & Coastline Observatory*” (fig.16) tinha como finalidade, a aplicação do mesmo na bateria. (Ferreira, 2015)



Figura 16: projeto oco Ocean Coastline Observatory

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-68039/vencedor-do-un-restricted-access-oco-ocean-e-coastline-observatory>

A final deste projeto consistia na recuperação de um espaço esquecido, tornando o num local cívico, de forma a conservar toda a vasta amplitude costeira. No mesmo plano, propôs se ainda a transformação das baterias, em núcleos observatórios do litoral, bem como, a permanência mais cuidada de toda a vegetação. (Ferreira, 2015)



Figura 17: imagens e planta do projeto oco Ocean Coastline Observatory

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-68039/vencedor-do-un-restricted-access-oco-ocean-e-coastline-observatory>

De acordo com um dos membros do grupo de arquitetos, a estrutura do local deveria se manter, isto é, a sua posição voltada para o litoral, situado numa cumeeira, mas com um “*toque de preservação*”. O observatório poderia ser um espaço de vislumbre da zona costeira, assim como, de convívio. O plano (fig.17) ambicionava assegurar o espaço em geral da “Raposeira”, e simultaneamente, proteger a orla costeira e o meio ambiente. Contudo, a equipa vencedora nunca

chegou a pôr este plano em prática, uma vez que o projeto não mostrou interesse a terceiros (Ferreira, 2015)

Ainda sobre a bateria da Raposeira e outros edifícios militares, em 2017, a deputada do Bloco de Esquerda, Joana Mortágua imite um despacho ao Presidente da Assembleia da República para informar do estado de degradação ambiental e patrimonial presente no conselho de Almada. Um dos casos destacados de maior preocupação, centra se nos fortes de Alpena e da Raposeira, na Trafaria. (Mortágua, 2017)



Figura 18: exterior da bateria da Raposeira

Fonte: <https://greentrekker.pt/agenda/a-conquista-dos-fortes-de-belem-e-da-trafaria-2/>

“A gradual destruição tanto do património como do terreno circundante é de cariz alarmante”, segunda cita a deputada Joana Mortágua.

Esse comunicado declara que o partido foi alertado perante esta situação e de outros edifícios/zonas históricas degradadas e, decidiram dar a conhecer à Câmara Municipal de Almada. Por sua vez, a Câmara afirma que não possui a tutela dos terrenos, nem tem poder sobre o mesmo, muito menos para a sua limpeza e melhoria (fig.18). Por isso, o partido pretende adquirir algumas explicações ao Ministério da Defesa, Finanças, do Mar e do Ambiente, ministérios esses que mantém em sua posse valiosos imóveis que geram imensos problemas ambientais e de saúde pública. (Mortágua, 2017)

6ª BATERIA - RAPOSA, FONTE DE TELHA:

Esta era a 6ª na linha de defesa da costa marítima portuguesa, introduzida na (PPAFCC)¹⁵⁷ “*formação geológica protegida desde 1984, pelo seu interesse científico e paisagístico*”. Estende-se ao longo da orla costeira (fig. 19), desde o amontoado urbano da Costa da Caparica até à lagoa de Albufeira, na zona geográfica pertencente aos concelhos de Almada e Sesimbra. Integrou as fortificações do Plano Barron, tendo por isso, ficado operacional apenas em 1954. Destinada a proteger a zona compreendida entre a foz do rio Tejo e a foz do rio Sado, auxiliada pela 7ª Bateria, a sul e a 5ª Bateria, a norte. Esta possui 3 peças Vicker¹⁵⁸ de (23,4 mm) de longo alcance, montadas em torres blindadas fixas e paióis¹⁵⁹ subterrâneos (depósitos). (Limão, 2011)



Figura 19: vista exterior da 6ª bateria

FONTE: [HTTPS://OLIRAF.WORDPRESS.COM/2017/09/29/%F0%9F%93%8C-A-DESCOBERTA-DO-REGIMENTO-DE-ARTILHARIA-DE-COSTA-A-6ABATERIA-DARAPOSA/](https://oliraf.wordpress.com/2017/09/29/%F0%9F%93%8C-A-DESCOBERTA-DO-REGIMENTO-DE-ARTILHARIA-DE-COSTA-A-6ABATERIA-DARAPOSA/)

Antes da extinção do RAC, houve uma cerimónia de encerramento localizada na 6ª bateria. Foi neste local, que se deu o último tiro em 1998. Existiam diversas personalidades/convidados, nacionais e internacionais, que assistiram a este exercício.

- ATUALIDADE:

Presentemente, é a única bateria que possui militares em serviço: um ex-sargento e quatro soldados. Joaquim Castanheira é o responsável por manter vivo este espaço e por recompô-lo, quando necessário, há 18 anos. Mesmo não tendo feito parte do RAC, sente se parte dele.

¹⁵⁷ Ver índice de siglas

¹⁵⁸ Ver glossário (anexos)

¹⁵⁹ Ver glossário (anexos)

Atualmente, com a ajuda da ARTCOSTA¹⁶⁰ e o RAA1¹⁶¹ consegue manter viva a memória, a bateria e o seu material (ARTCOSTA, 2018).

A associação ARTCOSTA tem um plano para efetuar melhoramentos na 6ª Bateria. Pretendem estabelecer a sede da mesma na bateria, antes que Castanheira a deixe, para se aposentar (António, 2018). Abaixo, apresentam se as subsequentes fases desse plano:

- ✓ 1ª fase: a ARTCOSTA deseja criar salas de exposições e reuniões e também um trajeto que passe pela visualização das peças dos paióis¹⁶², pelo posto de tiro e de observação;
- ✓ 2ª fase: pretendem criar alojamento turístico nas antigas casernas de soldados e, transformar a antiga cantina, num edifício de restauração;
- ✓ 3ª fase: conservar esta bateria para um projeto de turismo militar que, de acordo com os elementos da associação a consideram *“única no mundo, pela sua dimensão, e complexidade”*.

Mesmo se mantendo salvaguardada, a 6ª bateria carece de recursos para dar continuidade ao seu bom estado. É de salientar, as peças de artilharia ainda hoje se mantêm e, estão em excelente estado de conservação (fig. 20).



Figura 20: uma das peças de artilharia preservadas da 6ª bateria, raposa

Fonte: <https://oliraf.wordpress.com/2017/09/29/%f0%9f%93%8c-a-descoberta-do-regimento-de-artilharia-de-costa-a-6abateria-da-raposa/>

¹⁶⁰ Ver índice de siglas

¹⁶¹ Ver índice de siglas

¹⁶² Ver glossário (anexos)

7ª BATERIA - OUTÃO, SERRA DA ARRÁBIDA:

A sétima bateria foi construída em 1944 e ficou operacional em 1954, não só para proteger o porto de Setúbal, mas também, o rio Sado e, ainda, fortalecer o poder de fogo da 6ª e 8ª bateria. Criada após a 2ª Guerra Mundial e integrante no Plano Barron, fora inicialmente equipada por 3 peças Krupp¹⁶³ de (147 mm). Mais tarde, sofreu alterações devido ao avanço da modernidade, alterando a sua artilharia inicial para Vicker¹⁶⁴, de (152 mm) como mostra a (fig.21) abaixo. (Limão, 2011)



Figura 21: peça de artilharia (Vicker 152mm) da 7ª bateria, vandalizada

Fonte: https://www.reddit.com/r/portugal/comments/gbsn74/7a_bateria_do_regimento_de_artilharia_de_costa_de/

Um ano após o desmantelamento do RAC, a 7ª bateria foi entregue ao BISM¹⁶⁵. Em 2001-2002, o espaço foi cedido por tempo incerto, à Federação dos Bombeiros de Setúbal, para a realização de formações. Desde então, que a bateria e o espaço onde se encontram, se apresentam degradados e abandonados (fig. 22), sendo notável o grande risco e insegurança causado pelo acesso facilitado (portões abertos) (ARTCOSTA, 2018).



Figura 22: espaço interior vandalizado

Fonte: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/node/713>

¹⁶³ Ver glossário (anexos)

¹⁶⁴ Ver glossário (anexos)

¹⁶⁵ Ver índice de siglas

- ATUALIDADE:

Considerando os tempos atuais, de acordo com (Lopes, 2019) um dos imóveis incluídos na segunda fase do plano REVIVE - entidade que promove a recuperação de edifícios abandonados através da cedência a privados - inclui o Forte Velho do Outão ou também designado por Bateria do Outão, assim como outros fortes, quintas, castelos e palacetes. As novas aquisições irão juntar-se aos restantes que cujo propósito é ser explorados para fins turísticos. A ministra da cultura da altura, Graça Fonseca apela aos investidores a não recearem divulgar propostas de cariz cultural, hoteleiro ou turístico.

“Há um trabalho conjunto com as autarquias para aproveitarem as sinergias deste programa e criarem novas infraestruturas e valências em territórios onde estas não existem, nomeadamente através do Programa Valorizar, com vista ao desenvolvimento do interior e à coesão económica e social do território”, salientou, também, Ana Mendes Godinho, secretária de Estado do Turismo. (Lopes, 2019)

8ª BATERIA - ALBARQUEL, SETÚBAL:

A 8ª bateria encontra-se situada na margem do rio Sado em Setúbal, com a finalidade de fornecer defesa ao mesmo. Guarnecida com 3 peças Krupp¹⁶⁶ de 150mm, era apoiada pelas baterias do Casalinho, Moinho da Desgraça também situadas em Setúbal. As últimas desempenhavam o papel de posto de comando e observação da 8ª bateria, uma vez que já estavam extintas nos anos 50 – 60, e por esse motivo, não se constituíram baterias do RAC. Atualmente, não se encontram vestígios das mesmas, nem do seu armamento, 6 peças Krupp de 280 mm. (Oliveira, 2018)



Figura 23: uma das peças de artilharia da 8ª bateria

Fonte: <https://oliraf.wordpress.com/2018/05/23/%f0%9f%93%8c-a-descoberta-do-regimento-de-artilharia-de-costa-a-8abataria-de-albarquel/>

¹⁶⁶ Ver glossário (anexos)

Por sinal, os militares que exerciam as suas funções na 8ª bateria eram apelidados de “*Toupeiras*”, uma vez que habitavam e, praticamente, viviam em túneis subterrâneos (fig. 24). Esses túneis representavam não só a “*casa*” dos soldados, mas também um ponto estratégico: era o local onde nunca eram atingidos por nenhum alvo, dado que desconheciam a existência de atividade em subsolo. E ainda havia um elevador de munições, que no ano de 1985 era único na Península Ibérica. A 8ª bateria encontra-se em estado de desgaste bastante agravado, tal como demonstra as figuras abaixo. (Oliveira, 2018)



Figura 24: exterior da bateria

Fonte: <https://www.osetubalense.com/ultimas/2020/02/21/comprador-da-bateria-de-albarquel-avanca-com-processo-contra-o-estado/>

Figura 25: corredores subterrâneos

Fontes: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/06/8-bateria-do-rac-albarquel-setubal.html>

- ATUALIDADE

O despacho n.º 880-A/2015 emitido abaixo, destina-se tanto à bateria como ao forte:

“Considerando que o Município de Setúbal manifestou interesse na utilização do Forte de Albarquel, bem como de uma parcela de terreno com cerca de 7.800 m², inserida em domínio público hídrico, a desanexar do PM37/Setúbal - Bateria de Albarquel, tendo em vista a sua recuperação e adaptação a um espaço multifuncional que integre componentes de ordem social, cultural, museológicas e ambiental, (...) correspondente à realização de um investimento aproximado de (euro) 1 817 100 (...)” (Ministros, 2015)

Nos últimos anos, 2016, o Grupo Libertas que opera no setor imobiliário, decidiu adquirir a 8ª bateria por 2,2 milhões de euros para, futuramente, construir um edifício hoteleiro. No início de

2020, o mesmo Grupo apresentou queixa contra o Estado. De acordo com a CCDR-LVT¹⁶⁷, “o Governo cedeu transferir este espaço para realizar construções, contudo a capacidade para o mesmo estava limitada”. A área abrangida para a construção do hotel é de 5 mil metros quadrados, passando a estar limitada a 3600 metros. O Grupo Libertas já tem em sua posse vários imóveis no setor da hotelaria e, investe, constantemente, em imóveis inutilizados. Esta situação permanece num impasse, contudo possui o apoio das autarquias que corroboram a história da empresa. (Lameiras, 2020)

CAPÍTULO 4.3.3 - DEFESA, SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO RAC:

A data de 23 de outubro de 2015, marca o início da fundação da ARTCOSTA, apresentado na figura 26. Constituída essencialmente por membros do antigo e extinto regimento, a comunicação do mesmo teve lugar no quartel de Queluz de RAAA1 (ARTCOSTA, 2015).

➤ 4.3.4 - PAPEL DA ASSOCIAÇÃO:

O propósito desta junção teve como base a necessidade de conservar, reconhecer, estudar e proteger este tão valioso património histórico militar da Artilharia de Costa e, também, da Defesa de Costa Portuguesa, cientes da também divulgação e criação de encontros. Estes encontros são de índole simplista, mas de grande simbolismo, em meio de convivência entre membros atuais e reformados do exército e civis, assinalando o seu comparecimento em Queluz. (ARTCOSTA, 2015)



Figura 26: fundação da associação dos amigos de artilharia de costa (ARTCOSTA)

Fonte: <http://www.artcosta.pt/>

¹⁶⁷ Ver índice de siglas

Atendendo a este cenário, a ARTCOSTA, apresenta a sua missão que se vincula na valorização e conservação das infraestruturas, fortalezas marítimas e da artilharia de costa. Este comunicado, serve para apelar à comunicação e aos media com o intuito de que, *“entidades do estado prestem a devida atenção, para salvaguardarem este grande pedaço de história”*. (ARTCOSTA, 2015)

Enquanto ex-membros integrantes e essenciais da defesa da capital e de todo o território luso, salientam o papel crucial da artilharia de costa, bem como, de todas as infraestruturas militares marítimas portuguesas que, não só protegeram Portugal do inimigo, como também, conferiram a Lisboa, o título de uma das capitais mais bem defendidas da história.

Segundo especialistas, o tipo de equipamentos que atualmente permanece ou já permaneceu nas baterias, deveria tornar se *“não só património nacional, como património da humanidade”*. (ARTCOSTA, 2015)

Para complementar, o presidente da ARTCOSTA, antigo coronel do RAC, Alpedrinha Pires, refere que:

“A infelicidade de tudo isto é a forma perniciosa como é gerido e libertado o património. O interesse das entidades parece ser única e exclusivamente, abandonar o património até á exaustão, para que não tenha nenhum valor cultural e histórico. E deste modo, que seja exequível fazerem o que entenderem com os edifícios ou a propriedade em que se encontra inserida. No fim de contas, o que valeria a pena conservar desse espaço, já não existe” (António, 2018)

Não só o RAC, como todo o património de índole militar, requer uma precisa valorização e uma mais urgente preservação, tendo em conta o seu potencial atrativo turístico e cultural, já para não mencionar que poderia tornar se num dos elementos identitários de Portugal. ((ARTCOSTA), 2018)

No próximo capítulo, apresento fortes que mesmo não fazendo parte integrante do RAC se tornaram igualmente cruciais para a defesa.

CAPÍTULO 4.4 - PRINCIPAIS FORTES QUE APOIARAM AS BATERIAS

➤ CONTEXTO GERAL:

Os fortes são estruturas edificadas para a defesa do território em tempos de guerra. Tinham como finalidade defender o meio térreo dos ataques provenientes de meio aéreo por exemplo e, evidentemente, proteger a população e a capital. (Ferreira, 2015)

Relativamente à posição geográfica das fortificações militares, considerando a morfologia do terreno, no caso de Lisboa, os fortes são estruturas que estão habitualmente situados por toda a extensão da margem norte do rio Tejo. Posicionam se em locais adjacentes às linhas defensivas e defendem zonas como a foz do rio Tejo, a Península de Setúbal e o mar (em geral). Exemplificando, o CEL constitui o delineamento terrestre de Lisboa suportado por fortes que defendiam a linha do Tejo (Ferreira, 2015).

De seguida, apresento alguns fortes que forneceram apoio do poder de fogo das baterias mencionadas anteriormente ou, que desempenhavam com elas, a defesa costeira:

➤ 4.4.1 - FORTE DE Sº AMARO DO AREEIRO:

Designa se por Forte de Santo Amaro do Areeiro ou Forte do Velho e está situado nas imediações da praia da Lage, na margem da Ribeira da Lage, também próximo da praia de Santo Amaro do Areeiro. Esta fortificação de estilo maneirista, faz parte da freguesia de Oeiras e de São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no conselho de Oeiras. Foi mandada edificar devido à Restauração da Independência Portuguesa pelo Conselho de Guerra, do Reinado de D. João V (1640-1656). Tinha como ação apoiar a defesa da orla do Tejo, cooperando com o apoio fornecido pelo Forte São Julião da Barra. A sua construção iniciou se em 1647 – 1659 e, encontrava se bem equipado com 7 peças de artilharia. No decurso dos anos, sofreu várias remodelações, tendo sido atribuídos a estes fortes, distintos governadores desde o século XVIII- XX. (Cruz, 2016)



Figura 27: forte de S° Amaro Do Areeiro, visto de cima

Fonte: <https://www.cm-oeiras.pt/pt/descobrir/patrimonio/patrimonio-militar/paginas/fortedoareeiro.aspx>

Posteriormente em 1945, pós 2º Guerra Mundial, residiam famílias no forte, aumentando o seu número progressivamente ao longo do tempo. Por fim, deu se o desalojamento em 1950. Três anos depois, esta fortificação foi entregue à Administração do Porto de Lisboa, que nunca usufruiu da mesma. Em 1954, foi transferido para o Ministério da Defesa, que inicia novas obras de reabilitação. Em 1962, a suas instalações são apropriadas pelo Estado e, também serviu mais tarde, de escritório para reuniões pós 25 de Abril de 1974. (Cruz, 2016)

- ATUALIDADE:

Encontra se classificado como, **Imóvel de Valor Concelhio** de acordo com o edital nº184/2004 (2ª série) publicado no Diário da República nº67, // série 19 de março de 2004, artigo nº29:

“Artigo nº 29: A aprovação por parte da Câmara Municipal de Oeiras em reunião de Câmara deste (...), implicará a classificação de todos os elementos patrimoniais nele constantes, como imóveis de valor concelhio.” (Mnistros, 2004)

O Forte do Areeiro já há muito que se mantinha ao abandono, apesar de estar classificado.

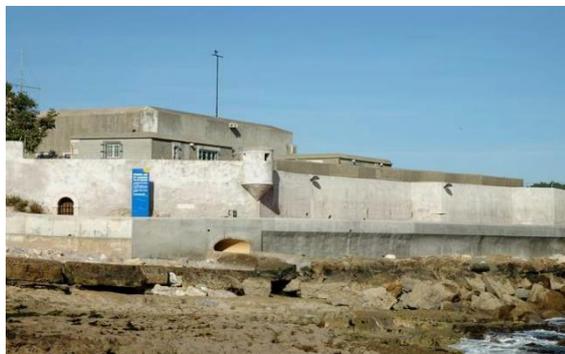


Figura 28: forte de S. Amaro Do Areeiro

Fonte: <https://www.guiadacidade.pt/pt/destino/poigf/805>

Em 2019, através de um acordo assinado com a autarquia do município de Oeiras e do Ministério da Defesa, para a gestão e instalação do mesmo, o Forte do Areeiro irá futuramente integrar o Centro Interpretativo da Barra com a finalidade de divulgar o papel dos fortes na defesa e na história portuguesa, segundo a ARTCOSTA¹⁶⁸. (ARTCOSTA, 2018)

➤ 4.4.2 - FORTE DE SÃO SEBASTIAO DA CAPARICA:

Apelidado de Torre Velha/ Forte de São Sebastião da Caparica/ Fortaleza da Torre Velha. Está situado na vila designada Monte de Caparica, na freguesia de Cascais, conselho de Almada no distrito de Setúbal. Esta torre é tida com um dos exemplares da arte renascentista, e de arquitetura militar daquela época. Foi um dos pioneiros a fazer parte da defesa costeira da barra do Rio Tejo, assim como a Torre - S. Vicente de Belém - e também a Torre de Santo António de Cascais. Localizada lateralmente, relativamente a essas fortificações, a Torre de S. Sebastião da Caparica foi ordenada construir durante o reinado de D. João I entre (1385-1433). (Cruz, 2018)

Nos primórdios do século XV, em que Portugal fora marcado pelos Descobrimentos, a defesa efetuada no rio Tejo e do porto da capital, consistia numa embarcação preenchida por artilharia. Ulteriormente no reinado de D. João II (1481-1495), impôs se um novo plano defensivo que se baseava em 3 torres abaluartadas¹⁶⁹. (Anon., s.d)



Figura 29: forte de S. Sebastião da Caparica ou Torre Velha

Fonte: <https://www.portugaldenorteasul.pt/14353/os-9-melhores-pontos-turisticos-para-visitar-em-costa-da-caparica>

¹⁶⁸ Ver índice de siglas

¹⁶⁹ Tipo de fortificação proveniente da arte renascentista italiana.

A orla esquerda do rio Tejo possuía a Torre de S. Sebastião da Caparica (figura 29) e na orla direita situava se a Torre de Belém e a Torre de S. António de Cascais. Estas últimas colaboravam com as embarcações dos rios, com a finalidade de auxiliar na defesa do mesmo e, também da capital portuguesa. Em meados do século XV-XVI, várias infraestruturas de defesa obtinham nomes de santos, para invocar de certa forma, mais proteção. (Anon., s.d)

Por esse motivo, a torre foi modificada por ordem de D. Sebastião (1557-1578) para uma fortificação maior e, por isso, passou a ser nomeada por Forte de S. Sebastião da Caparica. Posteriormente, por influência da Dinastia Filipina a designação do forte foi, novamente alterada para Torre dos Castelhanos. Tendo em conta a época de 1644, século XVII, esta estava relativamente bem guarnecida para aquela altura. (Cruz, 2018)

No cenário da Guerra Peninsular, no ano de 1801, as infraestruturas que se encontravam na ala sul foram extintas, ainda com uma quantidade satisfatória de material de armamento desde artilharia de cobre, ferro, a carretas¹⁷⁰ de marinha de diversos calibres¹⁷¹. Em 1812, foi ativada para propósito militar, com uma quantidade de material consideravelmente menor. No desfecho do século XIX a Torre Velha, foi destinada única e exclusivamente, para alojamento e armazém. Foi também um local de quarentena, para aqueles que retornavam ou vinham para Portugal, portadores de alguma doença altamente infecciosa, como a Febre Amarela. (Anon., s.d)



Figura 30: interior do forte de Sº Sebastião da Caparica (esquerda)

Fonte: <https://www.patrimonio.pt/post/2019/03/10/torre-velha-da-caparica-ou-a-desvaloriza%C3%A7%C3%A3o-do-patrim%C3%B3nio>

¹⁷⁰ Ver glossário(anexos)

¹⁷¹ Ver glossário (anexos)

Figura 31: exterior do forte (direita)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70145>

- ATUALIDADE

Desde 2012 que foi declarado **Património Nacional**, segundo consta no Diário da República n.º 104/2012, Série I de 2012-05-29:

“Procede à classificação como monumento nacional da Fortaleza da Torre Velha ou Torre de São Sebastião da Caparica, situada no lugar de Porto Brandão, freguesia da Caparica, concelho de Almada, distrito de Setúbal. (...) (Ministros, 2012)

O forte de Sebastião da Caparica, apesar de ter esta classificação, está abandonada e encontra-se bastante desgastada como apresentam as figuras 30 e 31. Desde 2019, que está introduzido no programa Revive, onde se pretende desenvolver um projeto voltado para o turismo. *(Neto, 2019)*

➤ 4.4.3 - FORTE DO ALTO DO DUQUE:

A fortificação do Alto do Duque está situada no distrito e conselho de Lisboa, na freguesia da Ajuda mais concretamente, na extremidade do parque florestal de Monsanto. Foi edificado entre os anos 1875-1890, cujos terrenos da sua construção pertenciam à quinta do Duque do Cadaval, daí o nome da fortificação. Esteve introduzido no grupo de fortificações do CEL¹⁷², cujo propósito era proteger a barra do Tejo, assim como, o forte do Bom Sucesso. Após o 25 de Abril de 1974, a sua sede foi ocupada pelo Comando Operacional do Continente. Mais tarde, em 1990, foi apropriada pelo Comando Operacional das Forças Terrestres e, até 2015, foi base dos SIED¹⁷³. *(Cruz, 2017)*

¹⁷² Ver índice de siglas

¹⁷³ Ver índice de siglas



Figura 32: vista de cima do Forte do Alto do Duque

Fonte: <https://heportugal.wordpress.com/2016/02/05/destacamento-do-forte-do-alto-do-duque/>

- ATUALIDADE:

Encontra-se classificado como **Monumento de Interesse Público**, publicado no Diário da República, II Série, n.º 248 de 24 de dezembro:

“Artigo 1.º Classificação - É classificado como monumento de interesse público o Forte do Alto do Duque, na Estrada Militar do Alto do Duque, Lisboa, freguesia de Santa Maria de Belém, concelho e distrito de Lisboa (...) (Ministros, 2012)

Em 2019 e até aos dias de hoje, tem sido espaço tomado pela Divisão de Investigação Criminal da PSP de Lisboa. No mesmo ano, o Forte do Alto do Duque (figura 32) integra a lista de edifícios militares para cedência, conforme o despacho do Diário da República n.º 216/2019, Série II de 2019-11-11:

“Forte do Alto do Duque se encontra disponibilizado para rentabilização no âmbito da LPIM, (...)” (Secretária, 2019)

➤ 4.4.4 - FORTE DO GUINCHO:

Esta fortificação, comparativamente com as restantes, é um exemplar a seguir. O forte do Guincho encontra-se situado na Praia do Abano, conselho de Cascais, distrito de Lisboa. Está classificado segundo a DGPC¹⁷⁴, como **Imóvel de Interesse Público**, desde 1977. Foi ordenado construir

¹⁷⁴ Ver índice de siglas

por D. António Luís de Meneses¹⁷⁵. Entre os séculos XVIII-XIX esta estrutura militar sofreu algumas alterações e, em 1934 foi cedido ao Ministério das Finanças. Posteriormente, foi transferido para o Clube de Campismo Nacional. Teve várias cedências ao longo dos anos, mas ainda se manteve ao abandono até pelo menos 2015, em completo estado de ruína e bastante desgastado, como mostra a (figura 33). (Oliveira, 2006)



Figura 33: forte do guincho, 2015

Fonte: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/forte-guincho>

- ATUALIDADE:

Em 2016, foram integrados vários edifícios na lista do programa REVIVE e esta fortificação estava incluída no lote. O Guincho foi cedido a uma instituição privada, que garantiu o auxílio monetário necessário à sua reabilitação. O forte do Guincho renasceu em 2017, enquanto Hotel de Charme, designado por “*Fortaleza do Guincho*” e já conta com uma estrela Michelin. Possui vista para o mar e todo o litoral costeiro. (Guincho, 2017)



Figura 34: hotel fortaleza do guincho, renovado

Fonte: <https://chavesandaround.wordpress.com/2015/12/18/hotel-fortaleza-do-guincho-cascais/>

¹⁷⁵ António Luís de Meneses (1603-1675): foi um dos nomes mais importantes no setor militar, mas também da restauração governador da praça de Cascais em 1642, e fez parte do conjunto de estruturas militares que estabeleciam uma linha defensiva na zona costeira de Cascais.

➤ 4.4.5 - FORTE DE SÃO JULIÃO DA BARRA:

É considerado “o escudo do reino”, a mais grandiosa obra de fortificação militar defensiva portuguesa (figura 35). O forte de São Julião da Barra começou a ser construído em meados do século XVI, durante o reinado de D. João III (1521-1557). Localiza-se no distrito de Lisboa, freguesia de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. Exercia apoio ao Forte de São Lourenço do Bugio, onde também suplementava edifícios como, a Torre de Belém, e a Torre Velha da Caparica.

O local onde está situado era uma grande zona estratégica e relevante, do ponto de vista defensivo (acesso ao porto de Lisboa onde se exercia o controlo das embarcações e desembarcações na barra do Tejo). Consequentemente, sofreu inúmeras alterações ao longo dos séculos. Este apesar de ser a maior de todas as infraestruturas militares existentes, não obteve muitos feitos. Foi bastante guarnecido e acolheu grandes nomes do campo das forças militares. Foi sujeito a várias ações destrutivas por parte dos inimigos, num dos seus pontos mais debilitáveis. (Cidade, s.d)

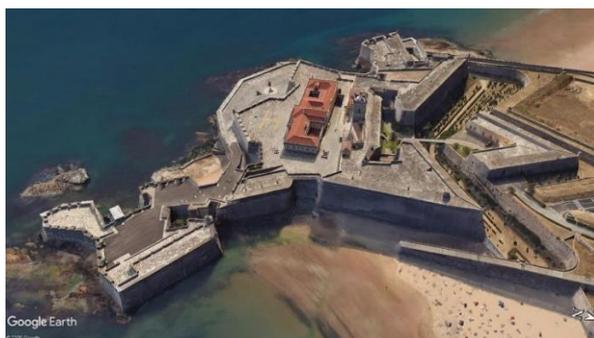


Figura 35: forte de S. Julião da Barra

Fonte: <https://www.visitarportugal.pt/lisboa/oeiras/sao-juliao-barra/forte-sao-juliao-barra>

Em 1807, foi conquistado pelos franceses. Em 1808 graças aos ingleses, aliados dos lusos, foi readquirido, e assim reapoderado pelos portugueses. Integrou como outras fortificações, as Linhas de Torres. Uma vez que se trata de uma grandiosa fortificação, possui inúmeras instalações que, foram utilizadas enquanto encarceramento político. No século XX, perde a qualificação de fortificação militar e é transferido para a presidência do conselho de Oeiras, para se tornar espaço de receção de figuras ilustres, como elementos do governo ou heróis militares, em 1951. (Cidade, s.d)

- ATUALIDADE:

Desde esse período, as suas instalações foram apropriadas para esses fins, tendo por isso sofrido alterações e obras de requalificação para a receção de civis, por parte da antiga DGEMN¹⁷⁶. Nos dias de hoje é propriedade do Ministério da Defesa, onde o seu espaço pode ser alugado. O preço do arrendamento vai depender do tipo de sala e localização da mesma: por exemplo, se se pretende alugar a Sala da Cisterna o custo é de 3 mil euros; se for a Praça do Infante cuja vista é voltada para o mar e próximo da residência do Ministro da Defesa, custa 1200€; a Galeria Interior tem um custo de 500€. Desde que se procedeu ao aluguer destes espaços, arrecadou se um lucro a rondar os 130 mil euros. (Azenha, 2018)

➤ 4.4.6 - FORTE DE ALPENA

O forte de Alpena (figura 36), tal como a bateria da Raposeira (Trafaria), iniciou a sua construção em 1893 tendo integrado o CEL¹⁷⁷ e, ulteriormente incorporado a Frente Marítima de Defesa de Lisboa. O complexo é constituído por 4 baterias, tendo as primeiras sido terminadas em 1901-1902 e as últimas em 1909-1911. A Raposeira esta localizada próxima das primeiras e, as de Alpena, nas proximidades dos redutos¹⁷⁸ da “*Grande*” e “*Pequena*”, estando estas ao abandono. O armamentos das baterias estava armazenada num dos quartéis das baterias. (Cultura, 2009)

No decorrer da 1ª metade do século XX, o forte de Alpena foi guarnecido com armamento Krupp¹⁷⁹ de 28 cm, sendo este o de maior calibre¹⁸⁰ naquele período. Foi também uma das fortalezas de 1ª Linha Defensiva. Terminada a 2ª Guerra Mundial e devido a criação do Plano Barron, foi desativada. Converteu se num sistema de depósitos de armamento e munições, um paiol¹⁸¹ adjacente à 5ª bateria da Trafaria. E mais tarde, após a extinção do RAC, deixada sem destino. (Oliveira, 2016)

¹⁷⁶ Ver índice de siglas

¹⁷⁷ Ver índice de siglas

¹⁷⁸ Ver glossário (anexos)

¹⁷⁹ Ver glossário (anexos)

¹⁸⁰ Ver glossário (anexos)

¹⁸¹ Ver glossário (anexos)



Figura 36: forte de Alpena

Fonte: [HTTPS://mapio.net/pic/p-47773301/](https://mapio.net/pic/p-47773301/)

➤ 4.4.7 - FORTE DE ALBARQUEL

Esta fortificação militar está situada especificamente na margem norte do Rio Sado, conselho e distrito de Setúbal. Relativamente à sua construção, foi ordenado por D. João IV (1640-1656), assim como, o Forte de Santiago do Outão, uma vez que se avizinhavam períodos de grande mudança estratégica de defesa, como a Guerra da Restauração da Independência. Quer o Forte de Albarquel (figura 37) como o de Outão, foram concluídos já no reinado de D. Pedro II (1683-1706), cujo principal papel seria reforçar o poder de fogo de um outro forte, o de S. Filipe de Setúbal. (Cruz, 2015)



Figura 37: forte de Albarquel

Fonte: <https://miscastillos.blog/2017/10/01/forte-de-albarquel/>

Outrora, o Forte de Albarquel fez parte da linha defensiva da “Costa Azul” no século XVII, desde Albarquel a Setúbal, protegendo ainda a população deste último distrito. Em meados do século foi construído nas traseiras do forte, uma outra estrutura militar que possuía 3 peças de artilharia Krupp¹⁸² de 150 mm, sustentado por 30 homens. Estas instalações seriam refeitórios, depósitos e quartéis. O forte esteve na posse do Ministério da Defesa durante vários anos, sujeito a todo o tipo

¹⁸² Ver glossário (anexos)

de degradação e mais tarde, a 21 de junho de 2001, realizou-se um comunicado de aviso em que nele manifestava a necessidade do forte ser possuído pela Câmara do distrito de Setúbal. Em 2015, foi finalmente transferido para a autarquia do conselho. (Cruz, 2015)

- ATUALIDADE:

Em meados de 2015, o forte de Albarquel foi finalmente cedido à Câmara Municipal de Setúbal que pretende recupera-lo rapidamente para um projeto cultural. No processo de transferência, estiveram presentes os ministros de Defesa e das Finanças. (Dores, 2015)

“Estamos perante um momento histórico para a cidade. Este imóvel será restaurado em sala de visitas da cidade, com componentes museológicas e de acolhimento de pequenos espetáculos” segundo cita a Presidente da Câmara de Setúbal, Maria das Dores Meira. (Dores, 2015)

As autarquias pretendem dar uma nova utilidade a um espaço já há muito esquecido, de modo que, esteja disponível à comunidade e aos seus visitantes. Este projeto terá o apoio, não só das autarquias, como também da fundação The Helen Hamlyn Trust.

O projeto inclui várias fases, entre elas temos:

- ✓ A construção de um núcleo museológico de índole histórica e cultural, destinada aos alunos;
- ✓ Na segunda fase, o espaço será também um local de apresentações culturais como poesia, teatro, obras literárias ou plásticas;
- ✓ Numa terceira fase, a realização de um espaço de receção de figuras ilustres.

A reabilitação do forte de Albarquel possibilita de certo modo, *“a requalificação de toda a zona da praia de Albarquel, poderá registar um notável impulso e, assim, transformar-se num polo turístico de excelência”*, de acordo com a Presidente da Câmara de Setúbal.

As obras do interior do edifício iniciaram em 2018 (figura 38) e este ano, 2020, o forte abriria em maio. (Dores, 2015)

E ainda num futuro mais longínquo, quando este projeto inicial estiver em andamento, tencionam criar um espaço hoteleiro com o restante terreno, unindo o parque Urbano de Albarquel à praia. Os equipamentos, como as peças de artilharia militar da bateria, ainda se encontravam na infraestrutura militar que, segundo as autarquias, pretendem conservar o mais breve possível. O acordo foi assinado em 2015-2016. (Noticias, 2015)



Figura 38: obras no exterior do forte de Albarquel

Fonte: <https://www.mun-setubal.pt/requalificacao-do-forte-de-albarquel-avanca/>

CAPÍTULO 4.5: MEDIDAS PARA MELHORAR AS BATERIAS/ FORTES:

Como podemos constatar com as informações anteriores, as baterias e os fortes num sentido generalizado, exigem recuperação, limpeza, obras de reabilitação, conservação e divulgação.

Abaixo, reuni alguns aspetos a considerar, no que concerne a este tipo de espaços em específico, caso as fortificações sejam reabilitadas:

- ✓ Considerar o tipo e as características da área em que se encontra essas construções;
- ✓ Conservar e salvaguardar a morfologia de origem com o intuito de preservar a memória e a sua história;
- ✓ Proteger o espaço circundante, nomeadamente a biodiversidade;
- ✓ Averiguar o potencial de determinado espaço;
- ✓ Divulgar a planificação do projeto aos habitantes locais, estabelecendo um vínculo entre os mesmos e, o local que se pretende transformar;
- ✓ No caso das baterias, retirar as peças de artilharia fixas - que podem ser desmontadas - para incorporar um sistema míssil ou transformadas em peças de artilharia móvel, montadas em veículos. Ou se não for possível, criar um espaço onde estas se possam manter conservadas como, o Museu da Liga dos Combatentes;

- ✓ Aspetos a ter em conta como a desinfecção e limpeza a fundo de todo o espaço;
- ✓ Apelar ao apoio das associações de índole militar e outras, não só para divulgação como conservação;
- ✓ Recuperação de documentos e equipamentos que não foram previamente salvaguardados;
- ✓ Solicitar o apoio das autarquias locais e de núcleos museológicos/ centros interpretativos para criação de roteiros turísticos por exemplo, para promover essas infraestruturas.

➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:

Numa primeira fase do capítulo 4, examinamos as baterias de defesa de costa que, outrora, integraram a unidade do RAC. Tendo isto em conta, comprovámos através de uma análise do contexto histórico contrastando com aspetos da atualidade, que nem todas as fortificações foram “aproveitadas” / reabilitadas como é o caso do Forte do Bom Sucesso: tiveram destinos diferentes, contudo, na generalidade todas foram menosprezadas. O mesmo cenário se aplica aos fortes. É mais que evidente o estado que estas infraestruturas se encontram e, as condições imundas que se mantiveram e que, em alguns casos, se mantêm. Todas elas mereciam o mesmo “tratamento de preservação” já que cumpriram e serviram o seu dever de proteger o litoral, a capital e acima de tudo a população. Porém, a determinação e vontade de um pequeno grupo de pessoas pode tornar-se o motor para que o seu destino, siga outro percurso.

É essencial fornecer apoio e medidas para este tipo de património, que se vem a desfazer-se progressivamente. Um dos planos/projetos que não obtive conhecimento de existir foi por exemplo, a construção de um museu de homenagem a todos os ex. combatentes do RAC.

CAPÍTULO 5 - TURISMO MILITAR EM CRESCIMENTO

Neste capítulo, pretendo demonstrar um pouco o Turismo Militar, as suas conquistas bem como, o seu exponencial progresso. É necessário apresentar também alguns aspetos que englobam fortalezas, nomeadamente projetos futuros.

➤ 5.1 - ASSOCIAÇÃO ATMPT:

O papel das associações enquanto meio de defesa e divulgação, tem se revelado fundamental para que a comunidade se mantenha a par e, conheça um pouco a História de Portugal e dos variados monumentos que participaram na defesa da capital.

Por isso, é de salientar o papel da ATMPT¹⁸³ que desde há cerca de 5 anos, tem desenvolvido um trabalho notável de reconhecimento e divulgação de diferentes estruturas militares, como a realização de atividades digitais e presenciais na sua plataforma, sessões de esclarecimento, workshops, pequenos documentários históricos de variados, quer monumentos quer acontecimentos, marcantes do setor militar (ATMPT, 2020). (figura 30).



Figura 39: website da ATMPT

Fonte: <https://www.turismomilitar.pt/index.php?Lang=pt>

¹⁸³ Ver índice de siglas

➤ 5.2 - PLATAFORMA E MARCA “TURISMO MILITAR”:

Num outro cenário, o Ministério da Defesa apresentou no dia 25 de julho de 2019 em Lisboa, no Palácio da Foz, a plataforma e marca “*Turismo Militar*”. O canal televisivo da RTP¹⁸⁴, como meio de comunicação social, irá divulgar a marca com seis episódios acerca deste tipo de património, como apresentado na figura abaixo. (Veiga, 2019)



Figura 40: Programa Turismo Militar da RTP

Fonte: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p37565>

Para o presidente da ATMP¹⁸⁵ Álvaro Covões, refere acerca deste momento o seguinte:

“São momentos como este que validam e reconhecem publicamente o esforço e o trabalho desenvolvido, quer pela própria Associação de Turismo Militar Português, quer pelos Associados e parceiros, quer por todas as outras organizações (...) neste processo contínuo de salvaguarda e dinamização do património histórico-militar nacional. “. (Matos, 2019).

A plataforma digital de “*Turismo Militar*” é composta por mais de 100 infraestruturas militares. De acordo com Gomes Cravinho, - Ministro da Defesa desde 2018 até ao presente ano 2020 - refere que a “*história militar é uma outra forma de falar do nosso país tendo em conta que o propósito seria dinamização de Portugal*”. (Matos, 2019)

Esta intervenção, pretende estimular e desenvolver a área do património e da defesa, com o auxílio de um plano do turismo militar, sendo esta uma plataforma onde se apresentam diversos roteiros destinados a dar a conhecer um pouco de Portugal, bem como, da sua história no contexto militar. Consoante os dados divulgados, este cobre cerca de “*253 castelos, mais de 300 fortes e*

¹⁸⁴ Ver índice de siglas

¹⁸⁵ Ver índice de siglas

fortificações e fortins, 100 faróis e farolins e ainda mais de 70 castelos povoados enquanto forte e 40 casa forte” (Veiga, 2019)

Mediante o espaço criado para a plataforma (<http://www.turismomilitar.gov.pt/>), a sociedade terá acesso a dados de vários locais que pretendem informar-se, assim como, espaços museológicos e centros interpretativos, que albergam o património militar.



Figura 41: página de Turismo Militar

Fonte: <http://www.turismomilitar.gov.pt/>

Consoante o Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, realçou a relevância da história militar, enquanto

“ (...) Em diversas situações e no decorrer dos séculos foram vários os episódios em que a nossa história foi moldada pela experiência militar. Essa experiência militar deixou marcas muitíssimo visíveis por todo o território nacional, e o património militar, que é valiosíssimo e riquíssimo e é através deste projeto, um tipo de património que vai ser mais conhecido pelos portugueses e estrangeiros”. (Veiga, 2019)

O plano Turismo Militar possibilita ainda o conhecimento das infraestruturas militares, como as fortalezas, que se estendem por todo o território luso, atraindo turistas para os mesmos.

O Turismo Militar implica o apoio do Turismo de Portugal, para a elaboração das rotas turísticas - desenvolvido ao longo de vários anos, acima de tudo, com o apoio de autarquias . Sobre o financiamento deste plano o ministério refere que *“ a disposição de diversas organizações que se espalham por todo o país, já conceberam a sua colaboração para que não se esqueça de se dar relevo ao património“ (Veiga, 2019)*

Menciona ainda que

“Ao tecer os elos entre as diferentes entidades, ao criar um site onde tudo possa ser visto em conjunto, ao criar rotas que permitam uma visão mais sistemática de diferentes aspetos da nossa realidade, o que nós estamos a fazer é simplesmente aproveitar algo que já existe e que não está suficientemente valorizado”. (Veiga, 2019)

➤ 5.3 - DINAMIZAR FRONTEIRAS:

Um outro programa a ser divulgado intitula-se *Dinamizar Fronteiras* que preencheu o dia 23 de julho de 2019. Este inicia-se com as 62 fronteiras que se situam entre Portugal e o seu “irmão”, Espanha. (Portugal, 2019)



Figura 42: Programa Dinamizar Fronteiras

Fonte: <http://business.turismodeportugal.pt/pt/conhecer/estrategia-turismo/programas-iniciativas/paginas/fortalezas-de-fronteira.aspx>

O programa ocupou o castelo de Monção, sendo esta uma das fortalezas a ingressar nesse mesmo programa, uma vez que este tipo de monumentos /edifícios “são âncoras de desenvolvimento regional, podendo criar emprego e gerar riqueza, afirmando-se como novos recursos turísticos” (Portugal, 2019). Tem como propósito tal como o nome indica, dinamizar, divulgar exemplos de monumentos que marcaram a história da arquitetura militar e, ainda que a comunidade possa desfrutar destes grandiosos monumentos, assim como, assegurar a transferência deste património a gerações vindouras, fundamentando-se nos seguintes pontos:

- ✓ Fornecer apoio às regiões que se enquadrem como atrações turísticas, gerando a maior economia e empregabilidade;
- ✓ Representar a geografia de Portugal, segundo o mapa de criação das fortificações;
- ✓ Recriar e reabilitar os locais / monumentos, em espaços apelativos ricos em história e cultura, sobretudo as regiões;
- ✓ Divulgação dos conhecimentos acerca das fortificações;

- ✓ Desenvolver ações de cooperação entre municípios, agentes públicos e privados na composição do programa, da realização de rotas turísticas e outros programas semelhantes como teatros e espetáculos, palestras.)

A razão pela qual se edificaram fortificações numa zona defensiva, foi por motivos de proteção do nosso território que são, nos dias de hoje, um marco na história da cultura e arquitetura militar. O *Dinamizar Fronteiras* pretende sobretudo garantir que o património militar, há muito existente e inutilizado, possa ser divulgado e aproveitado não para intuito militar, mas para outros fins. Destina-se a integrar a comunidade e, simultaneamente, atrair turistas a territórios pouco conhecidos. (Portugal, 2019)

➤ 5.4 - ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES:

Também é deves importante acrescentar neste capítulo, as Linhas de Torres. Como já haveria mencionado no capítulo 3, as linhas de torres foram edificadas secretamente pelo general britânico Wellington¹⁸⁶ na época das Invasões Francesas com a finalidade de proteger a capital lusa dos atacantes de Napoleão, entre 1807-1814, no decorrer da Guerra Peninsular. (Lusa, 2019). As linhas de torres tornaram-se notáveis por integrarem um conjunto de 152 fortalezas (figura 43), possuíam à volta de 1.000 peças de artilharia, sustentadas por 68. homens, repartidas em 4 linhas¹⁸⁷. (Ferreira, 2015)



Figura 43: Fortificação Das Linhas De Torres

Fonte: <https://www.ambitur.pt/mude-o-destino-onde-mudamos-o-de-napoleao-visite-a-rota-historica-das-linhas-de-torres-2/>

¹⁸⁶ Arthur Wellesley (1769-1852), Duque de Wellington: comandante do exército britânico, e também de Portugal e Espanha.

¹⁸⁷ Ver anexos

Atualmente, crê-se que é um dos sistemas defensivos mais económicos e eficazes da história e uma referência na arquitetura militar (Digital, 2020) e, por esse motivo, criou-se uma rota turística através das linhas de torres, uma das mais relevantes rotas turístico-culturais, designada de **Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT)**. É composta pelas fortificações, trajetos visitáveis que se prolongam desde o Oceano Atlântico ao rio Tejo, cruzando-se com 6 concelhos – Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira (Arruda, 2019). Em 2010, assinalaram os 200 anos das Linhas de Torres e, por isso, realizaram-se obras de reabilitação e implementação de 7 centros interpretativos que, rondou à volta de 6 milhões de euros. (Lusa, 2019).



Figura 44: Rota Histórica das Linhas de Torres

Fonte: <https://www.rhlt.pt/pt/>

O objetivo da RHLT¹⁸⁸ é “*contribuir para o desenvolvimento sustentado do território através da salvaguarda, conservação e valorização do património militar das linhas de torres (...) assim como, da sua função enquanto um produto turístico cultural*” realça o presidente da RHLT, José Quintino. (Redação, 2019)

A RHLT faculta aos seus visitantes um vasto leque de atividades (fig.45): inicialmente, o turista pode conhecer os concelhos que fazem parte da RHLT, participar nas festividades como o Dia Nacional das Linhas de Torres, mercado oitocentista, festival Novas Invasões, Marcha dos Fortes, ou na vista noturna “*vem descobrir os fantasmas no forte do zambujal*”. É também possível experimentar as visitas às adegas e fazer provas de vinhos, ir a restaurantes com menu e temática oitocentista e realizar atividades mais desportivas, como caminhadas, surf, equitação e golf (Redação, 2019)

¹⁸⁸ Ver índice de siglas



Figura 45: atividades e eventos da RHLT

Fonte: <https://www.rhlt.pt/pt/>

Os trajetos (figura 46), que compõe a RHLT¹⁸⁹ são os seguintes: “*Torres Vedras na 1ª linha*”, “*Wellington*”, “*A defesa do Tejo*”, “*Grandes Desfiladeiros*”, “*O nó das linhas*” e “*Do palácio ao Atlântico*” (Redação, 2019). Através dos trajetos, o turista pode conhecer não só a história das Linhas de Torres, como os fortes, quartéis gerais como do general Wellington. O trajeto na totalidade é de 112 quilómetros, e pode ser realizada a pé ou de bicicleta (Farinha, 2019).



Figura 46: site da RHLT e uns dos seus percursos

Fonte: <https://www.rhlt.pt/pt/>

Em termos de reconhecimentos e classificações, em 2011, a RHLT, foi premiada pelo Turismo de Portugal com o **Prémio Requalificação Projeto Publico** “*destacou se pela qualidade do acolhimento, uma vez que o acompanhamento é feito por técnicos especialistas*” salientando Frederico Costa, presidente do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal. Fez destaque também à “*reabilitação do património, assim como as fortificações militares e a criação de apoios a vários agentes como restauração e hotelaria, autarquias locais que cooperam em prol da promoção regional e turística*”.

Em 2014, recebe o **prémio Europa Nostra** na categoria “*conservação*”, atribuído pela União Europeia e a Rede Europa Nostra, que realça o trabalho de recuperação e salvaguarda dum

¹⁸⁹ Ver índice de siglas

património cultural da Europa. No presente ano, é assinalada a 20 de outubro, o **Dia Nacional das Linhas de Torres**, pela Assembleia da República. Em 2018, torna se membro da **Federação Europeia das Cidades Napoleónicas** e faz parte do trajeto “*Destination Napoleon*” (Arruda, 2019).

Este é um dos 33 países, que existem pela Europa ligando 60 cidades de Portugal à Rússia, ao redor da figura de Napoleão. Em 2019, é classificada como **Monumento Nacional** pela DGPC¹⁹⁰, já mencionado e, finalmente em 2020, anuncia a sua candidatura a **Património Mundial da Humanidade** pela UNESCO¹⁹¹. Por esse motivo, estão a ser realizadas novas obras de melhoramento enquanto promoção de um produto turístico, que ronda os 1,5 milhões de euros. Até ao próximo ano, vários agentes trabalham em conjunto para dinamizar e valorizar este produto nacional (museus, 2020).

Enquanto presidente da RHLT, José Quintino, refere “*o futuro da RHLT, até pela natureza do seu património está intimamente ligado ao desenvolvimento do turismo militar*” (Redação, 2019)

Para aqueles que quiserem saber mais informações sobre RHLT, também as pode obter através do site <https://www.rhlt.pt/pt/>.

➤ 5.5 - ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS MILITARES:

Relativamente a espaços que concentram objetos e relíquias de tempos militares variados, existem os espaços museológicos e/ou centros interpretativos. Em Portugal existem 6 principais museus militares, que se encontram na Rede Portuguesa de Museus e que são coordenados pelo Exército português, dentre eles destacam se: Museu Militar de Elvas, Porto, Lisboa, Bragança e das ilhas Açores e Madeira. Na sua totalidade, contém cerca de 3 dezenas de coleções militares relacionado com antigas unidades, edifícios, órgãos. Os museus militares são visitáveis com orientadores especializados para esta área. (Militar, 2019)

Em termos mais específicos, abordaremos o museu militar de Elvas (MME)¹⁹². Este é o museu com maior área, cerca de 150.000 m². É composta por coleções do exército, como dos serviços de saúde, transmissões, veículos militares, armamento como peças de artilharia datado do século

¹⁹⁰ Ver índice de siglas

¹⁹¹ Ver índice de siglas

¹⁹² Ver índice de siglas

XIX. O MME (figura 47) está situado no antigo Regimento de Infantaria nº8. Criado oficialmente em outubro de 2009, o MME é um caso bastante singular em contextos museológicos a nível nacional, uma vez que, incorpora parte significativa das fortificações e da muralha, classificado como **Património da Humanidade** em junho 2012. Por esse motivo, Elvas adquiriu o título de *“Cidade Quartel Fronteiriça de Elvas e suas fortificações”* (DGPC, 2020)



Figura 47: exterior do museu militar de Elvas

<https://www.cm-elvas.pt/descobrir/cultura/museus/museu-militar/>

O MMP¹⁹³, por exemplo foi oficialmente fundado em 1980 por Ramalho Eanes, presidente da República da época. É um espaço detentor de uma grande coleção de soldados em miniatura, onde nele podemos constatar as evoluções do uniforme do soldado até a atualidade (figura 48). (DGPC, 2020) Possui uma vasta coleção de armamento pesado, objetos de diferentes épocas militares, uniformes, dos séculos XVI-XX (Porto, 2019). Este museu permite também dar a conhecer como a Invicta, foi o núcleo de acontecimentos marcantes de natureza militar.



Figura 48: coleção do museu militar do Porto

Fonte: <http://www.helloguideporto.com/pt/porto/cultura/museus/museu-militar-do-porto>

¹⁹³ Ver índice de siglas

Outro exemplar é o MMB¹⁹⁴. Fundado em 1929, é provavelmente o mais visitado de todos. Recebe cerca de 55 mil visitantes, de acordo com o Tenente Coronel Paulo Rodrigues, que se deve à sua particular localização na Torre de Menagem do Castelo (figura 49). Contudo, traz “*mais responsabilidades e conseqüentemente, mais trabalho a salvar*”. Para além deste núcleo apresentar a história militar do nordeste transmontano, também divulga a transformação do armamento ligeiro e equipamentos que foram utilizados pelo Exército. (Brigantia, 2019)



Figura 49: torre de menagem do castelo, Bragança

Fonte: http://www.rotaterrafria.com/pages/226/?geo_article_id=6963

Outro caso em particular e aberto oficialmente ao público em 2005, é o Museu Militar dos Açores. Relata através de exposições históricas, a fundação da nacionalidade portuguesa. O seu espólio (figura 50) permite ao turista perceber o que fomos, o que queremos ser e o que pretendemos deixar à próxima geração. (Açores, 2020)



Figura 50: interior do museu militar dos Açores

Fonte: <https://observador.pt/2016/12/26/museu-militar-dos-azores-vai-ampliar-espaco-em-2017>

O MMA¹⁹⁵, reúne uma exposição de viaturas militares e exposição dos momentos mais significativos da história, quer da 1ª Grande Guerra, quer da Guerra do Ultramar Português. O museu encontra

¹⁹⁴ Ver índice de siglas

¹⁹⁵ Ver índice de siglas

se na fortificação de São Brás (figura 51), concedendo aos turistas uma visita cultural mais completa. Trata-se de um monumento do século XVI, repleto de história e classificado pela UNESCO¹⁹⁶, como “**Monumento de Interesse Público**”, um dos primeiros a ser construídos na Europa e único na ilha. Tal como muitas fortificações, esta permitiu proteger a população, e é também, referência do espírito combatente. (Açores, 2019)



Figura 51: forte de São Brás, Açores

Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=605&muda_idioma=pt

Outro exemplar, é o Museu Militar da Madeira que foi construído no palácio de São Lourenço, sendo este “**Monumento Nacional**” classificado pela UNESCO¹⁹⁷, desde 1943. Este edifício é uma fortificação construída no século XV, sendo um palácio e forte em simultâneo. O MMM¹⁹⁸ está situado no palácio, possui salas que se dedicam à evolução da Bandeira Portuguesa e quadros artísticos de distintas fortificações militares, no início do século XIX (figura 52) (Património, 2020). Atualmente, foi inaugurada uma sala com efeitos visuais, um filme em 3D, para presentear o turista com uma experiência contemporânea sobre um tempo remoto.



Figura 52: interior do museu militar da Madeira

Fonte: <http://www.visitfunchal.pt/pt/cultura-e-patrim%C3%B3nio/museus/118-museu-militar-da-madeira.html>

¹⁹⁶ Ver índice de siglas

¹⁹⁷ Ver índice de siglas

¹⁹⁸ Ver índice de siglas

Uma das salas do MMM, é ocupada pela história e evolução da fortificação de São Lourenço (figura 53) e, as 3 restantes salas, são ocupadas por coleções de armamento ligeiro e de bronze. Apresenta também ilustrações que, demonstram o papel da ilha da Madeira no Exército português. (Madeira, 2020)



Figura 53: forte de s. Lourenço (vista exterior)

Fonte: <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/o-que-fazer/cultura/pesquisa/nucleo-museologico-do-palacio-de-sao-lourenco>

O Museu Militar de Lisboa, é o mais antigo da capital portuguesa e é considerado o maior museu militar de Portugal. Inaugurado em 1851, o MML¹⁹⁹ está situado no Ex Arsenal Real do Exército, sendo este edifício, por si só, fascinante, visto que o seu pórtico da entrada sobreviveu ao terramoto de 1755. As primeiras salas do museu, concentram o tema da 1ª Grande Guerra. Por exemplo a sala de Vasco da Gama, dedica o seu espaço ao tema da descoberta do Caminho para a Índia, contando com canhões e peças de arte (Lisboa, 2019).



Figura 54: exposição de peças de artilharia, museu militar de Lisboa

Fonte: https://www.geocaching.com/geocache/GC45YTQ_museu-militar?guid=426788a3-735d-4be8-bc96-a8ca3ac28a75

Detém uma vasta coleção de arte e escultura, armamento e equipamento militar bastante singular, por se tratar de uma das coleções de armamento mais completas a nível mundial, já vistas. Uma das salas dos MML, a Sala dos Gessos, encontra-se o molde para a estátua que está situada na Praça do Comércio, do rei D. José I. (Lisboa, 2020). Existem também outras divisões como o pátio

¹⁹⁹ Ver índice de siglas

que alberga, em azulejaria a história de Portugal desde os tempos da Reconquista Cristã – 1ª Guerra Mundial (figura 54) (Lisboa, 2019). Desde 1963 que se encontra classificado como **Monumento de Interesse Público.**

➤ CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:

No presente capítulo averigui, inicialmente o desenvolvimento do Turismo Miliar em Portugal. Apesar de ser um conceito ainda bastante recente, tem dado os seus primeiros passos. A partir dele divergiram se associações, marcas, programas que servem para transmitir à comunidade que o setor militar, o seu património que é o contexto essencial do trabalho, não pode nem deve cair no esquecimento. Outros meios de divulgação, como a televisão ou a rádio deveriam, com os seus recursos e maior plateia, tornar se mais dinâmicos neste tema. Evidentemente, que este campo necessita de investimento, dedicação e meios para o tornarem um setor notório.

Seguidamente, fiz referência às rotas turísticas tendo como exemplar, a Rota Histórica das Linhas de Torres. A RHLT são um modelo padrão de como fortificações de defesa integradas em roteiros, podem tornar se apelativas às crianças, à prática de desportos, a despertar novos conhecimentos, e a visitar uma estrutura única em Portugal. Assim como as rotas, os núcleos museológicos, são espaços que reúnem toneladas de história. Dos museus militares de Portugal, foquei me nos principais, Elvas, Porto, Bragança, Lisboa e, das ilhas, Açores e Madeira. Neles imperam a preservação da memória de distintos períodos, personagens marcantes, e acontecimentos intemporais.

CONCLUSÃO:

A cidade de Lisboa tornou-se neste trabalho o “*centro de operações*”, tal como o mar em plena época dos Descobrimentos. Enquanto capital em desenvolvimento e expansão por todo o mundo, sentiu-se prematuramente a urgência de a proteger. E, por isso mesmo, a questão da defesa da capital portuguesa adquiriu uma posição de grande relevo em vários reinados.

A diversidade de momentos históricos permitiu a análise sintética da cronologia da Artilharia de Costa, bem como, desde a origem à sua evolução, século XV ao século XIX. A Artilharia de Costa foi marcada por períodos inesquecíveis da história militar, como as Guerras Mundiais, Ultramar Português, a inclusão nas Linhas de Torres Vedras e, posteriormente, no CEL²⁰⁰.

Em sincronia, particularizou-se o campo da Artilharia de Costa, desde o tipo de operações, aos equipamentos utilizados, a sua constituição e processamento.

O tema do trabalho de investigação, foca-se precisamente, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, onde se encontra o desativado e *sui generis* RAC. Esta antiga divisão individualizada do Exército Português, estava incumbida de proteger dois grandes centros: Lisboa e Setúbal. Apesar de nunca ter entrado realmente em combate, as baterias de costa fizeram-se ouvir por toda a orla costeira.

Após a sua desativação e cedência das mesmas ao estado, a maioria das infraestruturas militares, atravessaram um período de pura e crua decadência: nos espaços onde se encontram, predominava um ambiente completamente imundo, onde apenas restam os escombros de uma memória histórica longínqua. Com sorte, foram cedidas a associações, mas as restantes aguardam, assim como ruínas, um “projeto de reabilitação” que, se encontra para lá das linhas do horizonte. Duas décadas depois o contexto, mantém-se na generalidade. E o mesmo cenário, também se aplica a alguns dos fortes.

Constatamos em algumas, senão na maior parte, aspetos que apontam para o vandalismo, o evidente abandono, degradação e, até mesmo de ruína, carência de saneamento das respetivas infraestruturas e do espaço envolvente, uma absoluta e evidente perda simbólica do Património Militar Português. Os planos de reabilitação vindouros, não se aplicam a todas as baterias de costa ou fortes prevalecendo, os restantes, expectantes.

²⁰⁰ Ver índice de siglas

Importa salientar a relevância das associações de defesa, no que diz respeito, há sua contínua luta pela salvaguarda dos espaços, assim como, da memória de todos os ex-combatentes deste regimento. Destaquemos, também, o constante empenho para efetuar melhorias na divulgação da História da Defesa e do Património Militar Nacional.

Importa salientar o papel do Turismo Militar que, apesar de ainda ser algo bastante contemporâneo, o paulatino crescimento deste recente setor, tem dados provas que valham a pena investir: conferências online, storytelling sobre monumentos históricos que contribuíram para defesa e proteção da pátria, criação de programas, workshops, curtos documentários e, notícias, para quem quiser estar sempre atualizado, sem ser necessário deslocamentos, poder obter um pouco mais de conhecimento.

A construção e idealização de trajetos para acesso ao património cultural, permite ao público desfrutar de um passeio ao ar livre onde, simultaneamente, se desfruta de monumentos edificados e da paisagem. A Rota Histórica das Linhas de Torres, provou ser um agente cooperante do turismo, nomeadamente, do Turismo Militar. No seu vasto leque de trajetos, estão do mesmo modo, incluídas atividades lúdicas, como o mercado oitocentista, que remete ao passado, mas também atividades desportivas, como a prática de equitação. Os Museus Militares nacionais, são igualmente um outro meio de “mergulhar” numa época histórica. Não só é possível conhecer o conteúdo do mesmo, como o armamento usado em linha de combate, objetos, peças de arte e, inclusive, conhecer a própria localidade onde o núcleo se encontra. Em território continental, destaquei os principais museu militares: Elvas, Lisboa, Porto, Bragança e, das ilhas, Açores e Madeira.

É importante reforçar que os museus não têm, por vezes, um espaço “próprio” e, por esse motivo, ocupam se das instalações de outros edifícios. Estes podem ser monumentos antigos, sem funcionamento e negligenciados, conferindo lhes uma nova utilidade. São um excelente exemplo de preservação e imortalização da memória cultural e militar, assim como, as rotas turísticas. Difundem a informação ao turista e à comunidade de forma expositiva, tecnológica e dinâmica. Deste modo, todo o conhecimento se dirige à população, apenas o interesse diverge.

Tendo em conta este último aspeto, frisemos, o papel da comunidade portuguesa em geral. A maioria não se mostra curiosa, da mesma forma que os britânicos, por exemplo. De acordo com os resultados obtidos nos inquéritos – por questionário - a 100 pessoas, apenas 50% sabe o que

é o património militar (gráfico 1)²⁰¹; apenas 43% se interessa por este tipo de património (gráfico 2)²⁰²; 23% talvez conheça algumas das imagens das baterias de costa (gráfico 3)²⁰³; cerca de 73 % desconhece o RAC (gráfico 4)²⁰⁴; e por fim, a maioria não acha correto o abandono/negligência de infraestruturas militares (gráfico 5)²⁰⁵. O que se concluiu que se desconhece, ou se conhece pouco o RAC, mas não aprovam o seu, ou outro abandono, a estruturas edificadas.

Essencialmente e, para finalizar, devemos todos adotar uma atitude mais responsável e civilizada, em relação ao património ao nosso redor. Desde a comunidade, ao proprietário às autarquias, empresas de construção e outros. O monumento e/ou espaço foi construído com uma finalidade que, pode não estar a ser desempenhada no momento, mas merecer ser respeitada e, acima de tudo, conservada. A sua estrutura, bem como, a sua memória.

Em relação ao RAC, a preservação e musealização são fundamentais: da 1ª bateria de Alcabideche, da urgente construção de Museu de Artilharia e Costa na Parede, do legado do RAC e da Artilharia de Costa - documentos, armamento, equipamento militar – que, ainda predominam em várias baterias sem um espaço próprio, de adaptar a 5ª bateria da Raposeira a uma nova função, entre outros.

Para além das medidas de melhorias das baterias mencionadas no capítulo 4 - que também se podem aplicar aos fortes - , aponto que, o papel dos media e da comunicação social se deve tornar mais ativo, uma vez que são esses os principais detentores de maior público. Sobretudo, propagar à comunidade este singular regimento e, alertar para as consequências que, atitudes desmazeladas e indiferentes que, notoriamente estão presentes em todo o território nacional e não apenas no caso do RAC, são na verdade, inaceitáveis e prejudiciais.

O contínuo investimento das associações, das autarquias na luta para obter as infraestruturas, do apoio de privados para o seu financiamento, a ininterrupta difusão de informação quer digital quer verbal, não deve dar sinais de abrandamento. Apenas desta forma conseguiremos manter viva a memória e transmitir o valor do RAC, o relevo o Património Militar e da Artilharia de Costa Portuguesa, assim como, a transmissão da nossa História, da nossa identidade.

²⁰¹ Ver anexos

²⁰² Ver anexos

²⁰³ Ver anexos

²⁰⁴ Ver anexos

²⁰⁵ Ver anexos

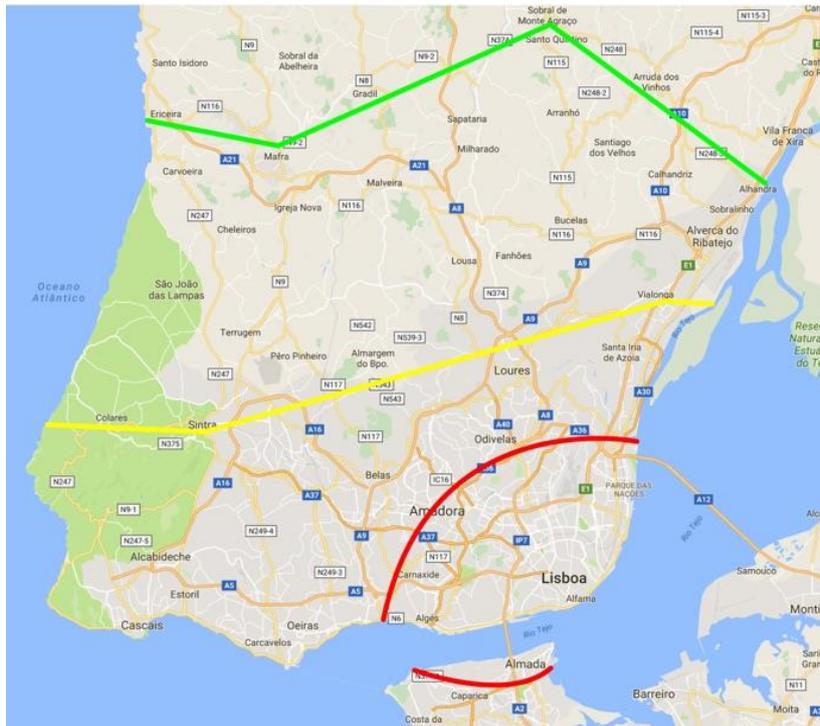


Figura 56: mapa de criação do CEL, 1899

Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-02-exercito/001-02-01-frente_interna/001-02-01-04-cel.html

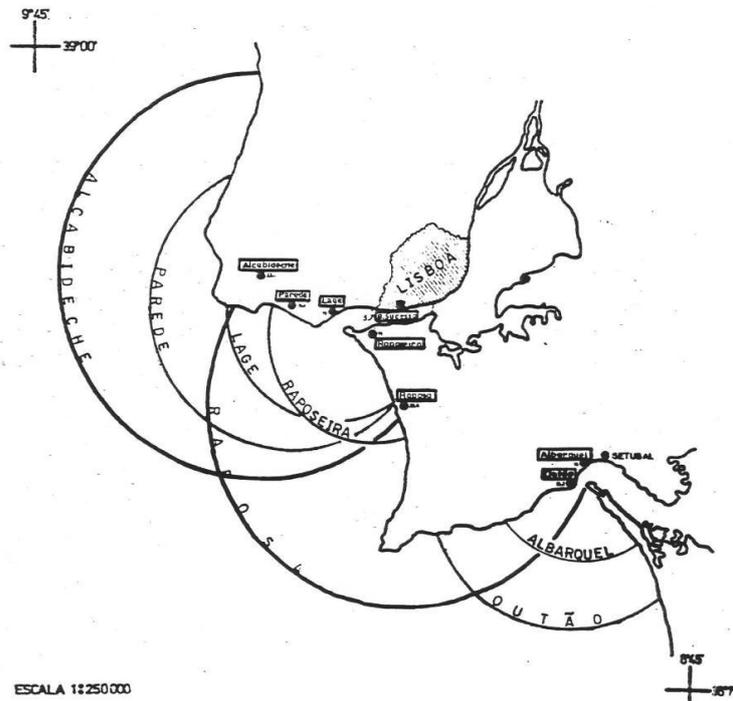


Figura 57: esquema ilustrativo do dispositivo das baterias do RAC em 1995

Fonte: Emerenciano, J., 2011. Curso De Artilharia-Mestrado Em Ciencias Militares. *A Artilharia Na Defesa De Costa Em Portugal*, Fevereiro, Pp. 19-57.

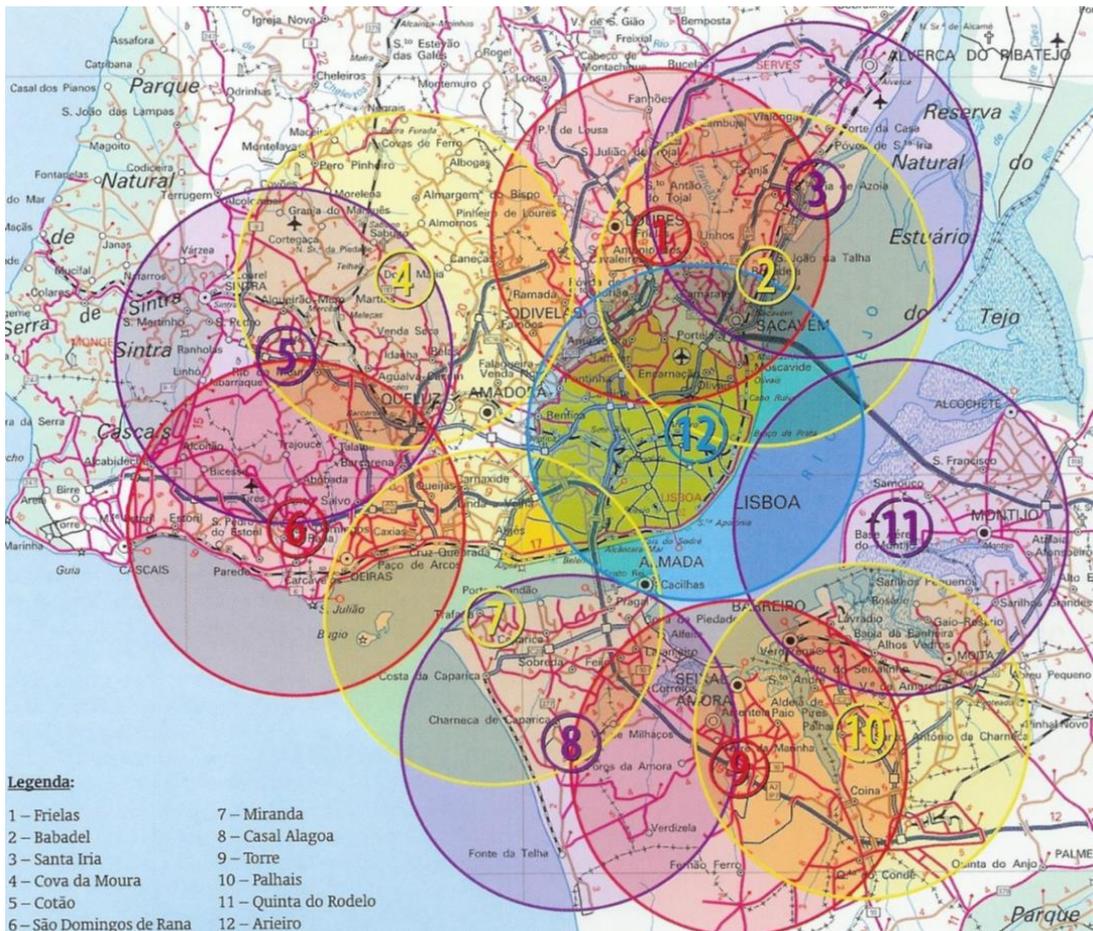


Figura 58: rascunho do plano Barron

Fonte: emerenciano, j., 2011. Curso de artilharia-mestrado em ciencias militares. *A artilharia na defesa de costa em portugal*, fevereiro, pp. 19-57.

INQUÉRITOS

➤ 100 respostas

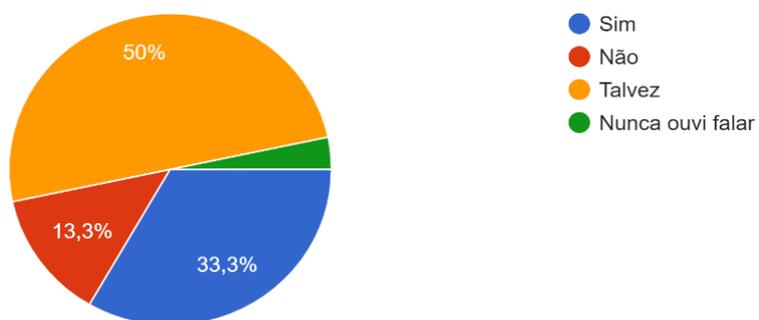


Gráfico 1: questão "sabes o que é o património militar português?"

➤ 90 respostas

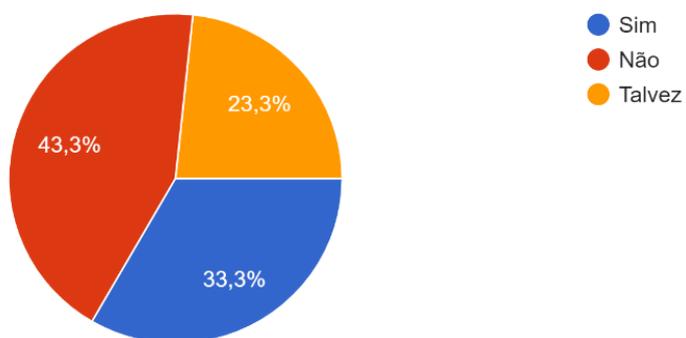


Gráfico 2: questão "interessas te por este tipo de património?"

➤ 85 respostas

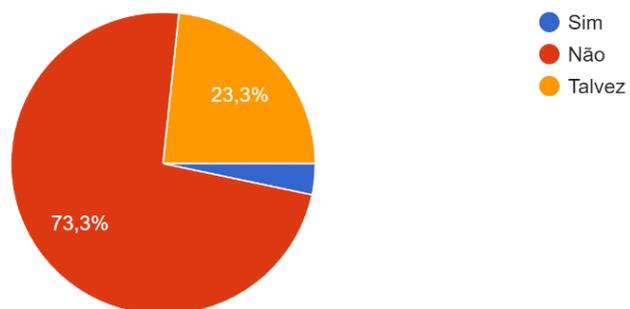


Gráfico 3: questão "reconheces te algumas das imagens (retiradas do capítulo das baterias do RAC)? "

➤ 100 respostas

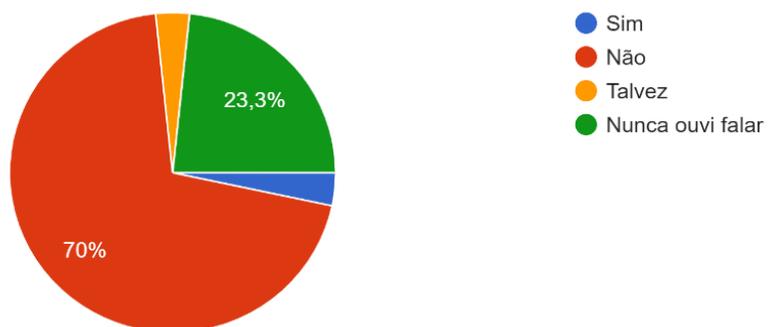


Gráfico 4: questão "sabes o que é o regimento de artilharia de costa (RAC)?"

➤ 90 respostas

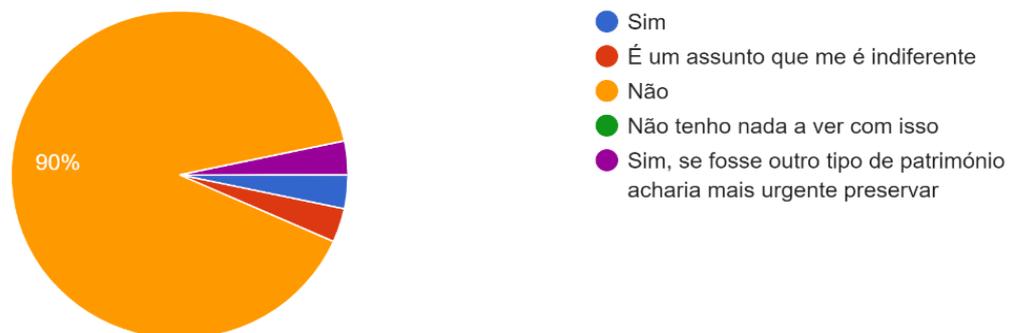


Gráfico 5 questão "achas correto o degradamento e/ou negligência de edifícios/locais/estruturas militares?"

GLOSSÁRIO:

MORTEIROS: tipo de peças que possui uma boca maior e uma câmara. A sua utilização voltava se sobretudo, para operações de sítio e para arrematões de balas ocas com pólvora (bombas), com o objetivo de destruir quer fortificações, quer edifícios de inimigos.

OBUSES: peça curta, mais cumprida que o anterior (idealizado pelos alemães). Eram também usados em operações de sítio e em campanha: *“preenchem o espaço de intervenção na fronteira das peças e dos morteiros dado que realizavam tiro curto (tiro de ricochete) e de acessível transporte”*. (Executiva, 2014)

KRUPP: Família de industriais alemães onde Alfred Essen pôs em funcionamento um processo de produção de aço. Em 1847, fabricou os primeiros canhões pesados em aço, com tubo fundido numa só peça, e introduziu o processo Bressemer no continente. (Almeida, 1994)

VICKERS: criada por Edward Vicker em 1828, a célebre empresa inglesa produzia armas militares e até munições, navios e outros. A sua designação foi alterada diversas vezes, bem como, o seu proprietário. Manteve se ativa até 1999. (Anon., s.d)

CULATRA: parte traseira do cano das armas de fogo onde, usualmente se carregam as mesmas, mais propriamente, espaço onde está situada a pólvora e o final da arma.

CARRETA: possui a designação de carreta, os reparos que se encontram nas bordas dos navios.

DESMONTAR PEÇAS: ato de extrair a peça do seu reparo ou carreta.

CANHÃO: o mesmo que boca de fogo.

CALIBRE: diâmetro dos projéteis, e também o diâmetro do tubo onde são colocados os projéteis.

PAIOL: depósito de pequenas dimensões que se encontra nas traseiras das baterias onde é armazenada a pólvora necessária, permanecendo cobertas de faxina.

FAXINA: termo militar usado que significa série de paus de madeira ou ramos dispostos.

PROJÉTIL: refere se a qualquer corpo que é disparado, por qualquer arma/dispositivo e por qualquer elevação. O trajeto que este realiza nem sempre se trata de uma linha retilínea, uma vez que descreve uma curva devido à força da gravidade, a que é sujeita todo o percurso.

PÓLVORA: trata-se de uma substância explosiva que possui na sua constituição elementos como o enxofre, carvão e nitrato de potássio (salitre), nas proporções adequadas.

REAPARO: designa o suporte da peça de artilharia /boca de fogo. A construção deles deve possibilitar o disparo quer por baixo do horizonte quer por cima.

REDUTO: pequeno forte isolado ou no baluarte que servia de proteção contra o poderio de fogo.

SISTEMA DE BOMBARDAS: Sistema de morteiro que arremessava grandes pedras.

(Gomes, 2009)

BIBLIOGRAFIA

(ARTCOSTA), A. d. A. d. A. d. C., 2018. 20 ANOS DO ÚLTIMO TIRO DE ARTILHARIA DE COSTA EM PORTUGAL. *Comunicado à imprensa*, Dezembro.

Açores, J., 2020. *Açores 9*. [Online]

Available at: <https://jornalacores9.pt/museu-militar-dos-acores-comemora-o-seu-27-o-aniversario-a-30-de-junho/>

Açores, M. M. d., 2019. [Online]

Available at: <http://www.redemuseuscolecoesvisitaveisacores.pt/museu/museu-militar-dos-acores/>

Almeida, L. d., 1994. Enciclopédia Larousse - volume 13. Em: Lisboa: Circulo de Leitores, p. 4056.

Anon., 2010. *Geocaching*. [Online]

Available at: https://www.geocaching.com/geocache/GC24QHN_1-bateria-de-alcabideche?guid=830204ce-2df3-47b5-b2c7-82f7ef13c007

Anon., s.d. [Online].

Anon., s.d. *Wikipedia*. [Online]

Available at: https://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia_de_costa

António, M., 2018. *HISTÓRIAS DE PORTUGAL - de saudade e outras coisas*. [Online]

Available at: <http://historiasdeportugal.com/o-ultimo-tiro/>

[Acedido em 4 4 2019].

Arruda, C. d., 2019. *Município de Arruda dos Vinhos*. [Online]

Available at: <http://www.cm-arruda.pt/rota-historica-das-linhas-de-torres>

Arsher, E., 1994. Enciclopédia Larousse - volume 16. Em: Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 4978-4979.

ARTCOSTA, 2015. *ARTCOSTA*. [Online]

Available at: http://www.aofa.pt/rimp/Artilharia_de_Costa_Comunicado.pdf

ARTCOSTA, 2018. *COMUNICADO À IMPRENSA: 20 ANOS DO ÚLTIMO TIRO DE ARTILHARIA DE COSTA EM PORTUGAL*. Lisboa: s.n.

ATMPT, 2020. [Online]

Available at: <https://www.turismomilitar.pt/?lang=pt>

- Cruz, C., 2018. [Online]
Available at: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1410
- Cultura, C. N. d., 2009. *E-cultura - patrimonio material*. [Online]
Available at: https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/2101
- DGPC, 2020. *Museu Militar de Elvas*. [Online]
Available at: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-militar-de-elvas/>
- DGPC, 2020. *Museu Militar do Porto*. [Online]
Available at: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-militar-do-porto/>
- Digital, Q., 2019. *Rota do antigo Regimento de Artilharia de Costa (RAC)*. [Online]
Available at: <https://mysticaltrip.quintadigital.eu/rota-antigo-regimento-de-artilharia-de-costa/>
- Digital, Q., 2020. *Mystical Trip - Rota das Linhas de Torres Vedras*. [Online]
Available at: <http://mysticaltrip.quintadigital.eu/rota-das-linhas-de-torres-vedras/>
- Dores, R., 2015. *Inglesa apaixonada por fortes paga 2 milhões de euros pela recuperação de Albarquel*. [Online]
Available at: <https://www.dn.pt/portugal/inglesa-apaixonada-por-fortes-paga-2-milhoes-de-euros-pela-recuperacao-de-albarquel-4371261.html>
- Emerenciano, J., 2011. Curso de Artilharia-mestrado em Ciências militares. *A artilharia na defesa de costa em Portugal*, Fevereiro, pp. 19-57.
- Executiva, C., 2014. A artilharia e os artilheiros portugueses na Guerra Peninsular. pp. 262-274.
- Exército, E. M. d., 1992. *RC20-110 Tiro de Artilharia de Campanha, Volume II - Observação do Tiro*. Lisboa: s.n.
- Farinha, R., 2019. *10 rotas incríveis para descobrir em Portugal*. [Online]
Available at: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/viagens/01-20-2016-10-rotas-incriveis-para-descobrir-em-portugal/attachment/25364>
- Ferreira, S., 2015. Reabilitação de espaços militares desativados no contexto da estrutura ecológica urbana - caso do quartel de Sacavém. *Universidade de Lisboa-repositório*, fevereiro, pp. 16-17, 25, 30, 37 -38, 52.
- Freire, M. C., 2011. *Defesa vendeu forte desejado pelo General Valença Pinto*. [Online]
Available at: <https://www.dn.pt/portugal/defesa-vendeu-forte-desejado-pelo-general-valenca-pinto-1746955.html>
- Gomes, J. V., 2009. A Artilharia Portuguesa na Guerra Peninsular. Em: Lisboa: Editora Tribuna, pp. 123-129.

Guincho, F. d., 2017. [Online]

Available at: <https://www.fortalezadoguincho.com/>

IPHAN, 1964. Carta de Veneza. maio, p. 2.

Lameiras, F. A. R. e. H., 2020. *Comprador da Bateria de Albarquel avança com processo contra o Estado*. [Online]

Available at: <https://www.osetubalense.com/ultimas/2020/02/21/comprador-da-bateria-de-albarquel-avanca-com-processo-contra-o-estado/>

Limão, F., 2011. *Regimento de Artilharia de Costa*. [Online]

Available at: <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/8-bateria-de-albarquel-setubal.html>

Lisboa, C.-. m. m. d., 2019. *Lisbon IDEE*. [Online]

Available at: <http://www.lisbonne-idee.pt/s3081-6-27-museus.html>

Lisboa, T. d., 2020. [Online]

Available at: <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/locais/museu-militar-de-lisboa>

Lopes, C., 2019. *Construir - O jornal de negócios de construção*. [Online]

Available at: <https://construir.pt/2019/07/25/ultima-hora-ja-sao-conhecidos-os-imoveis-da-segunda-fase-do-revive/>

Lusa, 2019. *Rota das Linhas de Torres Vedras no itinerário dos destinos de Napoleão*. [Online]

Available at: <https://www.noticiasaminuto.com/pais/1256469/rota-das-linhas-de-torres-vedras-no-itinerario-dos-destinos-de-napoleao>

Machado, M., 2019. *Bateria da Lage - Associação de Comandos*. [Online]

Available at: <http://associacaocomandos.pt/noticias/bateria-da-lage-o-exemplo-da-associao-de-comandos/>

Machado, M. S., 2019. *Funchal militar: nicho de turismo a crescer*. [Online]

Available at: <https://www.publico.pt/2019/12/21/fugas/noticia/funchal-militar-nicho-turismo-crescer-1897490>

Madeira, D. a., 2020. [Online]

Available at: <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/o-que-fazer/cultura/pesquisa/museu-militar-da-madeira>

Marques, T. d. D. e. F. L. d., 2013. ATLAS SIPA de Património. *Linhas defensivas de Torres Vedras*, pp. 11-13.

Matos, I. d., 2019. *Publituris*. [Online]

Available at: <https://www.publituris.pt/2019/07/26/turismo-militar-apresenta-nova-plataforma-e-conteudos/>

Militar, D. d. H. e. C., 2019. *REDE DE MUSEUS MILITARES E COLEÇÕES VISITÁVEIS DO EXÉRCITO*. [Online]

Available at: <https://patrimonioweb.exercito.pt/sobre.aspx>

Ministros, C. d. P. d., 2012. *Diário da República n.º 104/2012, Série I de 2012-05-29*. [Online]

Available at: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/177808/details/normal?search_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=133720

Ministros, C. d. P. d., 2012. *DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE – N.º 248 – 24 DE DEZEMBRO de 2012*. [Online]

Available at: <https://fdocumentos.tips/document/diario-da-republica-2a-serie-no-248-24-de-dezembro-a-epoca.html>

Ministros, C. d. P. d., 2015. *Diário da República - Despacho n.º 880-A/2015*. [Online]

Available at: https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/66372616/details/normal?serie=II&search=Pesquisar%2Fen&ano=2015&types=DR&advancedPublicSearch_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=66372614

Ministros, C. d. P. d., 2019. *Diário da República n.º 61/2019, Série I de 2019-03-27*. [Online]

Available at: <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/121579661/details/maximized?dreId=121579647>

Ministros, P. d. C. d., 1916. *Diário da República n.º 165/1916, Série I de 1916-08-16*. [Online]

Available at: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/268625/details/normal?q=25+de+maio+de+1911+artilharia+de+costa>

Ministros, C. d. P. d., 2004. *Diário da República n.º 67/2004, Apêndice 36/2004, Série II de 2004-03-19*. [Online]

Available at: <https://dre.pt/home/-/dre/3314279/details/maximized>

Mortágua, J., 2017. *Requerimento- Degradação Ambiental e de património no Conselho de Alameda*. [Online].

museus, P. d., 2020. *Património dos Museus*. [Online]

Available at: <https://www.pportodosmuseus.pt/2020/10/15/rota-das-linhas-de-torres-prepara-candidatura-a-unesco/>

Neto, R., 2019. *Fortaleza da Torre Velha, em Almada, vai integrar segunda edição do Programa Revive*. [Online]

Available at: <https://eco.sapo.pt/2019/07/25/fortaleza-da-torre-velha-em-almada-vai-integrar-segunda-edicao-do-programa-revive/>

Noticias, A. d., 2015. *Forte de Albarquel*. [Online]

Available at: <https://www.adn-agenciadenoticias.com/2015/01/forte-de-albarquel-ja-foi-entregue.html>

Numero 1, R. d. A., 2005. A Artilharia e a Defesa da Costa da Barra do Tejo a Cascais nos séc. XIX e XX. O Museu da Artilharia de Costa. outubro.

Oliveira, C., 2006. *DGPC*. [Online]

Available at: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74121/>

Oliveira, C., 2007. *DGPC*. [Online]

Available at: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70951>

Oliveira, M. A. d., 1993. Mini Enciclopédia. Em: Lisboa: Circulo de Leitores, p. 593.

Oliveira, R., 2016. *uma aventura ruinosa pelo Forte de Alpena*. [Online]

Available at: <https://oliraf.wordpress.com/2016/02/14/uma-aventura-ruinosa-pelo-forte-de-alpena-trafaria/>

Oliveira, R., 2017. *À descoberta do Regimento de Artilharia de Costa: a 3ª Bateria da Laje*. [Online]

Available at: <https://oliraf.wordpress.com/2017/11/26/%F0%9F%93%8C-a-descoberta-do-regimento-de-artilharia-de-costa-a-3abateria-da-laje/>

[Acedido em novembro 2020].

Oliveira, R., 2017. *Oliraf - o Forte-Presidio da Trafaria e a 5ª Bateria da Raposeira*. [Online]

Available at: <https://oliraf.wordpress.com/2017/01/09/%F0%9F%93%8Ca-descoberta-da-arquitectura-militar-da-trafaria-o-forte-presidio-da-trafaria-e-a-5abateria-da-raposeira/>

Oliveira, R., 2018. *À descoberta do Regimento de Artilharia de Costa: a 8ª Bateria de Albarquel*. [Online]

Available at: <https://oliraf.wordpress.com/category/regimento-de-artilharia-de-costa-rac/>

[Acedido em 6 2019].

Património, C. e., 2020. *Funchal - é mais turismo*. [Online]

Available at: <http://www.visitfunchal.pt/pt/cultura-e-patrim%C3%B3nio/museus/118-museu-militar-da-madeira.html>

Porto, M. M. d., 2019. [Online]

Available at: <http://www.helloguideoportocom.pt/porto/cultura/museus/museu-militar-do-porto>

Portugal, T. d., 2019. [Online]

Available at:

http://business.turismodeportugal.pt/pt/Investir/Financiamento/Programas_incentivos/Paginas/Valorizar-programa-de-apoio-a-valorizacao-e-qualificacao-do-destino.aspx

Portugal, T. d., 2019. [Online]

Available at: <http://www.turismodeportugal.pt/pt/Noticias/Paginas/lancado-programa-dinamizar-fortalezas.aspx>

Ramos, R., 2009. A evolução da organização e do quadro de oficiais da arma de artilharia da república à atualidade. *trabalho de investigação aplicada*, pp. 9-12, 17, 19-22, 25-26.

Rebello, A. T., 1793. Tratado de Artilharia de John Muller - volume 2. Em: s.l.:s.n., pp. 129-224.

Redação, 2019. *Bateria da Parede: Impasse atrasa requalificação*. [Online]

Available at: <https://fregues.pt/bateria-da-parede-impasse-atrasa-requalificacao/>

Redação, 2019. *O presidente da rota histórica das linhas de torres esteve à conversa com ATMPT*. [Online]

Available at: <https://www.radioeste.pt/o-presidente-da-rota-historica-das-linhas-de-torres-esteve-a-conversa-com-a-associao-de-turismo-militar-portugues/>

Ribeiro, O., 1945. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico - Estudo Geográfico*. Coimbra: Coleção Universitas.

Santo, G. A. d. E., 2004. *Revista militar - A grande guerra e a arte militar (Fevereiro/Março)*. s.l.:s.n.

Santo, M. D. E., 1994. Enciclopédia Larousse - volume 14. Em: Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 4242-4243.

Secretária, G. d. S. d. E. d. T. e. d., 2019. *Despacho n.º 10136/2019*. [Online]

Available at: <https://dre.pt/home/-/dre/126001991/details/maximized>

Silva, G. B. e., 2014. Portugal em Ruínas. Em: Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 11- 46.

Veiga, N., 2019. *Governo quer dar a conhecer História de Portugal através do turismo militar*. [Online]

Available at: <https://observador.pt/2019/07/25/governo-quer-dar-a-conhecer-historia-de-portugal-atraves-do-turismo-militar/>

Wikipédia, s.d. [Online]

Available at: https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_de_S%3A3o_Juli%3A3o_da_Barra